

CADERNOS DE HISTÓRIA

<i>Cad. hist.</i>	Belo Horizonte	v. 6	n. 7	p. 1-84	jul. 2001
-------------------	----------------	------	------	---------	-----------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler

Dom Serafim Fernandes de Araújo

Reitor

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

Decano da Reitoria

Caio César Boschi

Pró-reitores

Extensão – Bonifácio José Teixeira; *Gestão Financeira* – Janete Lara de Oliveira Bertucci; *Graduação* – Miguel Alonso Gouvêa Valle; *Infra-estrutura* – Fábio Horácio Pereira; *Logística* – José Márcio de Castro; *Pesquisa e de Pós-graduação* – Léa Guimarães Souki; *Planejamento e Desenvolvimento Institucional* – Carlos Francisco Gomes; *Recursos Humanos* – Maria Luiza de Fátima Costa Proença Doyle; *PUC Minas Arcos* – Ângela França Versiani; *PUC Minas Betim* – Carmen Luiza Rabelo Xavier; *PUC Minas BH 2* – Paulo Sérgio Martins Alves; *PUC Minas Contagem* – Geraldo Márcio Guimarães; *PUC Minas Poços de Caldas* – Geraldo Rômulo Vilela Filho; **Chefe do Departamento de História**: Carla Ferretti Santiago; **Coordenação Didática**: Carla Ferretti Santiago e Elizabeth Guerra Parreiras Baptista Pereira; **Conselho Editorial**: Carlos Fico (UFOP), Eliana Fonseca Stefani (PUC Minas), Liana Maria Reis (PUC Minas), Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC Minas), Maria do Carmo Lana Figueiredo (PUC Minas), Maria Efigênia Lage de Rezende (UFMG), **Coordenação Editorial**: Alysson Parreiras Gomes e Cláudia Teles; **Coordenação Gráfica**: Pró-reitoria de Extensão – PROEx; **Revisão**: Virgínia Mata Machado; **Estagiária**: Mariangela Porto Gonçalves



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

Caixa postal: 1.686 • Tel: (31) 3319.4220 • Fax: (31) 3319.4129

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil



Tiragem

1.000 exemplares

Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Cadernos de História. — out. – 1997 — Belo Horizonte: PUC Minas,

v.

Anual

1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98 (05)

SUMÁRIO

A Igreja Católica e a construção do espaço urbano em Belo Horizonte <i>Carla Ferretti Santiago</i>	5
Somos seres de um dia só <i>Yonne de Souza Grossi</i> <i>Amauri Carlos Ferreira</i>	20
História da população brasileira: balanços e perspectivas <i>Tarcísio Rodrigues Botelho</i>	30
Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas <i>Elizabeth Parreiras</i>	49
Os silêncios e tantas histórias ... <i>Núbia Braga Ribeiro</i>	57
O espaço e o lugar da participação <i>Sonila Morelo</i>	66
História kaxixó: aspectos etnográficos <i>Vanessa A. Caldeira</i>	74



A IGREJA CATÓLICA E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BELO HORIZONTE*

Carla Ferretti Santiago**

RESUMO

Em 1930, é instalado, na região noroeste de Belo Horizonte, o Seminário do Coração Eucarístico de Jesus. Na década de 70, as antigas instalações do Seminário passam a abrigar o campus da então Universidade Católica de Minas Gerais. A partir da presença dessas importantes instituições de ensino católicas nesse território de Belo Horizonte, este ensaio pretende avaliar como a presença da Igreja em uma área específica da cidade funcionou como elemento dinamizador da ocupação do espaço, e os nexos que estabeleceu com a comunidade de moradores vizinha. Nesse sentido, pretende-se perceber a ação da Igreja Católica como sujeito atuante na construção do espaço urbano de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Cidade; Construção; Igreja Católica.

(...) a organização e a fisionomia das cidades são (...) construções; mesmo que os agentes que fazem a cidade sejam múltiplos, são homens que fazem a cidade (...). As modalidades de construção das cidades não são dados, mas resultados de vontades explícitas ou implícitas de indivíduos ou de grupos. (Henri Lefebvre)

Quando se pensa na atuação da Igreja Católica em Belo Horizonte, na maioria das vezes resalta-se a ação dessa instituição na vida cultural da cidade, na sua atuação pasto-

ral e política, nos marcos arquitetônicos por ela criados. Pretende-se, aqui, acrescentar uma outra dimensão à atuação da Igreja, ou seja, analisar sua ação na ocupação do espaço urbano de Belo Horizonte. Nesse sentido, elegeu-se a região circunvizinha ao atual *campus* da PUC Minas – bairros Coração Eucarístico e Dom Cabral – como objeto específico de investigação, a fim de se avaliar como a presença da Igreja na região dinamizou a ocupação da área, e os nexos que estabeleceu

* Este trabalho é parte do resultado da pesquisa “Cidade e Universidade: trajetória de uma aproximação”, financiada pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa (FIP) da PUC Minas.

** Professora do Departamento de História da PUC Minas.

com a comunidade ao seu redor. A investigação das iniciativas da Igreja nesse local da cidade permite percebê-la como agente participante na construção do espaço urbano de Belo Horizonte.

O marco inaugural da presença da Igreja na região noroeste de Belo Horizonte foi a aquisição, em 1925, pelo então Arcebispo da cidade, Dom Antônio dos Santos Cabral, de uma área de treze (13) alqueires, da fazenda Bela Vista, com o objetivo de ali construir as instalações do Seminário de Belo Horizonte. Antes mesmo de sua elevação a arquidiocese (1924), a Igreja em Belo Horizonte já havia criado o seminário da cidade, que funcionou, precariamente, junto ao Palácio Episcopal, à rua Rio Grande do Norte. Com a intenção de dotar o seminário de uma instalação própria e maior, foi adquirido o terreno da Bela Vista, localizado, então, na zona rural da cidade, distante sete quilômetros do centro. Naquele momento, a ocupação da região era praticamente inexistente, sendo a referência urbana mais próxima a fazenda modelo da Gameleira e o Instituto João Pinheiro.

Preocupada com o crescimento populacional da cidade e com o pequeno número de sacerdotes para atuar junto a essa população – em 1927 a Arquidiocese de Belo Horizonte contava somente com 74 sacerdotes do clero secular, dos quais apenas 21 possuíam menos de 40 anos –, a Igreja passa a agir no sentido de dotar a cidade de um amplo seminário, capaz de formar um grande número de padres. Em 1927, D. Cabral lança uma Carta Pastoral na qual apela ao clero e ao povo de Belo Horizonte para se esforçarem em prol da construção do Seminário. Tal tarefa é des-

tacada pelo Arcebispo de Belo Horizonte como a prioridade da comunidade de católicos da cidade:

Obra alguma, porém, se nos afigura mais destacada e urgente entre as múltiplas que aí temos a reclamar os arrebatamentos do zelo de nossos filhos amantíssimos, do que a da construção do edifício do Seminário do Coração Eucarístico de Jesus, e a constituição de um sólido patrimônio, para ampará-lo. (Cabral, 1927, p. 5)

Visando ao envolvimento da população da cidade nessa tarefa eleita como prioritária, a Arquidiocese passou a promover cruzadas de orações, criação de comissões em paróquias, arrecadação de doações em dinheiro. Os católicos da cidade acabam tendo participação efetiva em tais iniciativas, atendendo ao apelo do arcebispo. As plantas do novo prédio do Seminário foram expostas em uma vitrine da Av. Afonso Pena, com o objetivo de sensibilizar ainda mais a população da magnitude do empreendimento.

O Seminário, edificado no topo de uma colina, seria grandioso, um conjunto composto de seis edifícios formando um hexágono, tendo ao centro um amplo pátio. O conjunto dos pavilhões ocuparia uma área de 30.000 metros quadrados. Constava do projeto a construção, na entrada central da edificação, de uma grande basílica, duas vezes maior em extensão do que a Igreja São José. Essa construção, entretanto, não saiu do papel. As grandes dimensões do complexo do Seminário eram justificadas não só pela necessidade de se abrigar um grande número de seminaristas (o novo prédio teria capacidade para 600 alunos), mas também sua concepção arquitetônica era justificada como forma de prover as instalações necessá-

as para a adequada formação dos futuros sacerdotes. A esse respeito, argumenta Dom Cabral que

A estrutura espiritual, moral, intelectual e social do Seminarista está íntima e inelutavelmente jungida ao ambiente de sua formação. De fato, como estilar no jovem sacerdote o espírito litúrgico, o apreço à vida litúrgica que tão profundo reflexo deverá revelar em suas ações sacerdotais, se as cerimônias, preces e atos do culto divino se desenrolam em um recinto, sobre exíguo, desgracioso, falho de atrativos? (Cabral, 1927, p. 26)

Justificada a necessidade de sua instalação em edifícios de grande envergadura, o novo Seminário serviria, ainda, para marcar simbolicamente a presença da Igreja na cidade. Ele poderia ser visto de longe, destacando-se na paisagem, constituindo um verdadeiro monumento da presença cristã em Belo Horizonte. Tal intenção é anunciada na Carta Pastoral de 1927, onde Dom Cabral afirma que:

Urge, pois, erigir um novo monumento, o Seminário da Arquidiocese de Belo Horizonte, coração e cabeça do próspero e pujante Estado de Minas. Que nesta magnífica cidade universitária, onde pompeiam soberbos edifícios de instrução e afamadas Escolas superiores, compreendendo todos os departamentos e especializações das ciências humanas, não nos falte, em inexplicável e humilhante lacuna, o edifício condigno à Escola Superior, o instituto de formação apurada do nosso Clero com tantas responsabilidades e direitos no engrandecimento futuro de Minas Gerais. Não se trata, já se vê, de uma obra suntuosa ou de mera decoração para a donairoso Capital mineira. (Cabral, 1927, p. 27-28)

A importância do Seminário como iniciativa prioritária da Igreja, por constituir necessidade para a formação de um grande número de sacerdotes, por representar um símbolo da Igreja na cidade, justifica a realização de pomposa cerimônia,

em 14 de agosto de 1927, de lançamento de sua pedra fundamental. Esta, construída em granito, foi oferecida pelo então prefeito da capital, Christiano Machado. A solenidade contou com a participação de autoridades religiosas e civis, com destaque para a presença do então Presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, num claro apoio do governo do Estado às iniciativas da Igreja na cidade. Fato digno de nota, pois, em geral, no Brasil, nos primeiros anos da República, a Igreja e o Estado mantinham relações marcadas pela hostilidade mútua. Contudo, em Minas Gerais, nesse mesmo momento, poder público e poder eclesiástico buscam diluir suas diferenças e “muita gente chegava a achar meio medieval aquela sempre normal presença do arcebispo ao lado do chefe do poder civil” (Torres, 1972, p. 175). A participação de altas autoridades civis na cerimônia inaugural da construção do Seminário é sintoma dessa atitude que busca estreitar as relações entre Igreja e Estado em Belo Horizonte.

Essa proximidade entre poder público e eclesiástico não chega ao extremo de confundir as singularidades e diferenças de interesses entre as duas esferas. Ao contrário, a relação entre os dois poderes, em Minas Gerais, desde a década de 20, pautou-se pela parceria com autonomia (Mata, 1996), num relacionamento caracterizado por Mata como de “santa harmonia”, ou seja, “identidade na alteridade, compromisso com independência”. (Mata, 1996, p. 89)

Contudo, as dimensões de seu projeto tornaram a construção do Seminário uma tarefa onerosa e demorada. Durante os

anos em que se realizaram as obras, a coleta de dinheiro junto à população se intensifica. Excursões periódicas às obras são feitas, visando a estimular as doações da população.

Somente em 16 de fevereiro de 1930 foi inaugurado o primeiro edifício do Seminário e, nesse momento, mais uma vez, as já estreitas relações entre Igreja e Estado se revelaram. D. Cabral, na solenidade de inauguração, agradeceu ao governador Antônio Carlos e ao prefeito, pois este estava “entre os que cooperaram mais diretamente em proveito do Seminário, provendo-o de água, limpa e cristalina, elemento precioso de saúde e higiene” (**O Horizonte**, 19/2/1930, p. 1). Percebe-se, portanto, nesse momento, a introdução de algumas melhorias urbanas na região, como a instalação de um sistema de abastecimento de água para o Seminário. O governo estadual, ocupado pelo Presidente Antônio Carlos, participa igualmente das mudanças na região: construção da estrada de rodagem e de ponte ligando o Seminário à Gameleira, ligação de energia e força, doação de verba no valor de 100 contos de réis para auxiliar nas obras do Seminário (**Livro de Tombo do Seminário**, 22/3/1931). Em 1936, foi inaugurado serviço de ônibus para o Seminário do Coração Eucarístico, criado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Ao que parece, esse serviço de ônibus não chegou a funcionar por muito tempo, pois, durante muitos anos, a forma mais usual de se chegar ao Seminário era seguir de bonde até a estação da Gameleira e, de lá, continuar a pé até aquele local. Para os professores, o Seminário mantinha um automóvel que os transportava até a estação de bonde. As

lembranças de pe. Augusto são reveladoras nesse sentido:

Para os padres que moravam aqui e que iam diariamente à cidade, ou alguns professores que vinham, o Seminário tinha um carro que ia buscá-los no ponto do bonde. Durante o tempo da guerra, em que não havia gasolina, o Seminário tinha uma pequena charrete, puxada a dois cavalos. (...) E o motorista passou a ser cocheiro. (Depoimento de pe. Augusto Pinto Padrão)

Além das dificuldades de transporte ao longo do demorado processo de construção do Seminário, as dificuldades financeiras também foram inúmeras. Até 1939, concluídos quatro pavilhões e estando o quinto em construção, as obras já haviam consumido a elevada soma de 3 mil contos de réis. Poucos foram os donativos de peso. A arrecadação vinha principalmente das “esmolas dos mais humildes”. Por isso, afirma o jornal **O Diário** (21/5/1939, Suplemento) que quase a totalidade das despesas de construção era custeada pelo Exmo. Arcebispo, que empregava no Seminário toda a renda de sua mesa episcopal e da Cúria Metropolitana. O último pavilhão do Seminário só foi concluído em 1948, mais de vinte anos depois do início das obras, quando já enfrentava dificuldades de manutenção dos alunos, muitos deles sem condição de custear seus estudos.

Ao longo de todo esse período, a ocupação da região ao redor do Seminário se deu muito lentamente e de maneira rarefeita. Ao ingressar no Seminário, em 1935, pe. Augusto lembra-se de que:

A gente tinha a impressão de que nós estávamos no início de um deserto. Deserto não no sentido de falta de vegetação, mas separado de tudo. Porque as últimas casas existentes naquela época estavam ali, à rua Monte Simplon, naquela pequena curva para se entrar na Amazo-

nas. (...) E havia uma ponte muito precária que atravessava um rio. E havia um córrego também, que hoje está canalizado, que a gente atravessava em uma verdadeira pinguela mesmo. E entrava em um milharal, numa estradinha, e subia. E como havia uma curva, dava quase um quilômetro. (...) A gente enxergava ao longe as últimas casinhas do Calafate. (Depoimento de pe. Augusto Pinto Padrão)

O Seminário era, assim, isolado do restante da cidade. Esse isolamento físico era tido como adequado à boa formação do sacerdote. Importante lembrar que, até os anos 50, a atuação da Igreja, no Brasil, foi marcada pelo modelo da neocristandade (Mainwaring, 1989), que enfatiza a separação entre Igreja e mundo, considerando a missão da Igreja como a de cristianizar a sociedade. Seguindo a argumentação de Mainwaring, dentro desse modelo, a Igreja permanecia preocupada com suas próprias necessidades, sendo sua atuação no “mundo” apenas instrumento para realização daquela missão maior. Nessa perspectiva, os seminaristas mantinham uma rotina de reclusão quase absoluta. Nem mesmo as visitas de familiares eram permitidas, a não ser em feriados religiosos. Somente alguns alunos do Seminário Maior prestavam assistência religiosa ao Instituto João Pinheiro. Esse isolamento dos seminaristas é assim descrito por Padre Hélio Raso, em seu depoimento:

Na história do nosso Seminário, eu posso dar o testemunho de que o período até 1951 era um período em que normalmente os internatos eram muito rigorosos. Isto era tido como um valor. Naquela visão de que havia necessidade de separar o candidato ao sacerdócio, à vida religiosa, do mundo. Havia, muito marcante, a oposição entre mundo e a vocação religiosa ou sacerdotal. Então, era fruto de uma situação da época. (Depoimento de pe. Hélio Razo)

Percebe-se, dessa maneira, a pouca interação entre o Seminário e a cidade de Belo Horizonte, a não ser naquilo que constituía seu objetivo maior, ou seja, a formação de sacerdotes para atuar nas paróquias da cidade. Apesar desse isolamento, a região em torno do Seminário foi sendo lenta e espaçadamente ocupada. Predominavam na área pequenos casebres, em ruas sem pavimentação. A maioria dos terrenos da região pertencia à Mitra Arquiepiscopal de Belo Horizonte e as habitações neles existentes acabaram por criar um novo bairro, o do Coração Eucarístico, onde serviços urbanos como esgoto, rede de água e iluminação pública eram inexistentes. As dificuldades de comunicação com o restante da cidade eram enormes, pois, além do bonde que parava na estação da Gameleira, forçando o deslocamento no restante do caminho a pé, só havia um serviço de ônibus que servia o Seminário desde 1936, partindo da Praça Sete em intervalos de uma hora e meia. O contato dos seminaristas com essa diminuta população praticamente não se realizava, a não ser aos domingos, quando os moradores vizinhos compareciam à missa celebrada na capela do Seminário.

No mesmo ano do término das obras do Seminário, em 1948, o Arcebispo de Belo Horizonte inicia um novo empreendimento: a criação de uma Universidade Católica em Minas Gerais. A idéia de criação dessa universidade já vinha sendo debatida nos círculos católicos da cidade desde 1939, quando foi lançada uma carta pastoral coletiva dos arcebispos e bispos do Brasil em favor da fundação da Universidade Católica Nacional, defendi-

da “como expressão cultural superior de catolicismo e como instrumento imprescindível de sua irradiação ampla e benfeitoria para o Brasil, e penhor da sua vida presente e promessa do mais seguro porvir” (*O Diário*, 20/7/1939, p. 1). A criação de uma instituição católica de ensino superior é, assim, vista como uma necessidade de se garantir um Brasil católico, formando lideranças comprometidas com os valores e crenças da Igreja.

Criada a Universidade Católica Nacional em 1940, passa a ser difundida a idéia de dotar Minas Gerais de uma instituição semelhante, pois, conforme o discurso da Igreja, “a criação desse espírito universitário nitidamente católico produzirá uma sementeira de homens públicos, de mestres, de orientadores verdadeiramente capazes de traçar novos rumos para esta nossa terra desorientada”. (*O Diário*, 4/12/1949, p. 4)

Em 1948, Dom Cabral lança oficialmente a idéia de criação de uma Universidade Católica de Minas Gerais. O primeiro passo nesse sentido foi a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, fundada em 1943 pelas religiosas dominicanas, destinando-se à formação de professores, com cursos em Filosofia, História, Geografia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Pedagogia. Previa-se, ainda, a criação de uma Faculdade de Direito e outra de Serviço Social, pela incorporação da Escola de Serviço Social já existente desde 1946. A universidade teria sua sede provisória no Palacete Dantas, Praça da Liberdade, passando a denominar-se Faculdades Católicas de Minas Gerais.

Quando do início das atividades regulares e efetivas das Faculdades Católicas

de Minas Gerais, em março de 1949, a Arquidiocese anunciou que, no ano seguinte, seriam iniciadas as obras de construção de uma cidade universitária nos terrenos próximos ao Seminário. Para o financiamento das obras, foi lançada uma campanha de arrecadação de dinheiro, recebendo o doador o diploma de benfeitor da Universidade. O lançamento da pedra fundamental do primeiro prédio da UCMG se deu em março de 1950, mas as construções não vão adiante.

Se as obras de um novo edifício na vizinhança do Seminário não se concretizaram, a idéia de criação da UCMG tornou-se realidade rapidamente, com a criação e incorporação de faculdades em diversas áreas de saber, funcionando em locais dispersos por Belo Horizonte. Assim é que, em 1958, dez anos após lançada a idéia, é criada a Universidade Católica de Minas Gerais, pela integração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, a Escola de Enfermagem Hugo Werneck, a Faculdade Mineira de Direito, a Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e a Escola de Serviço Social, sendo agregada a Escola de Educação Física.

Em processo de contínua expansão, a Universidade Católica manteve sua orientação de formar profissionais de acordo com os princípios cristãos. Funcionando principalmente na região central da cidade e ocupando, em 1963, sua nova sede à avenida Brasil, ao lado do Palácio Episcopal, as atividades da universidade pouco se estendiam para além de suas próprias dependências. Alguns cursos de extensão eram oferecidos, como o que foi criado em 1950 pela Faculdade de Filosofia, tendo como objetivo ser

um centro irradiador de cultura católica, interessando a todos quantos desejam conhecer mais profundamente esse cabedal de riqueza intelectual que é a doutrina da Igreja em conjunção com os demais conhecimentos humanos. (O Diário, 22/10/1959, p. 8)

A extensão universitária era concebida claramente, então, não como uma iniciativa visando ao atendimento das necessidades e demandas da população da cidade, mas como um meio de se transmitir os valores da Igreja, voltada, dessa forma, mais para as necessidades desta última.

As duas grandes instituições de ensino da Arquidiocese de Belo Horizonte – o Seminário do Coração Eucarístico e a Universidade Católica de Minas Gerais – tinham em comum sua pequena inserção na cidade, sua pouca penetração junto a camadas mais amplas da população.

Se esse fato aproxima as duas instituições, entretanto, a dinâmica que cada uma enfrentou foi bastante diversa. Se os anos 50 são pródigos para a Universidade Católica, o mesmo não se pode afirmar em relação ao Seminário do Coração Eucarístico. Em 1955, um longo artigo publicado no jornal da Arquidiocese, **O Diário**, traça um triste quadro da situação do Seminário.

(...) causam dó o vazio daqueles corredores imensos e a solidão daquelas salas de aula. Custa crer que saiam tão poucos padres de uma instituição erguida sob a inspiração da Divina Providência. Se o leitor duvidar do abandono em que se encontra aquela casa, pergunte a dez pessoas de suas relações onde fica o Seminário de Coração Eucarístico de Jesus. Se quatro souberem, dê-se por satisfeito, porque muita gente nem sabe que Belo Horizonte possui um dos maiores seminários do país. (O Diário, 11/8/1955, p. 9)

O abandono do Seminário refletia a dificuldade que a Igreja enfrentava, na-

quele momento, de formar seus próprios quadros. O número de vocações caía em todo o país e, no Seminário do Coração Eucarístico, somente 10% dos alunos que se matriculavam no primeiro ano chegavam ao sacerdócio. Evidente era, também, o completo abismo existente entre o Seminário e a população da cidade. Apesar de o mesmo artigo de **O Diário** afirmar ser “superior, aliás, a orientação do ensino religioso da Gameleira, sob o ponto de vista de que o padre deve viver em contato estreito e cordial com a comunidade” (**O Diário**, 11/8/1955, p. 9), o isolamento do Seminário não se rompeu nos anos 50, estando os seminaristas autorizados a prestar assistência somente à Vila dos Marmiteiros (favela próxima, onde hoje está a Via Expressa) e ao Instituto João Pinheiro, o que se dava exclusivamente aos domingos e feriados.

Além da falta de seminaristas e do evidente esvaziamento do Seminário, os problemas financeiros por ele enfrentados se avolumaram. Por exemplo, em 1951, a instituição tinha a receber o valor de Cr\$ 51.258,00, contra o valor de Cr\$ 675.935,80, acumulando um débito de Cr\$ 624.677,80. (**Memorial do Reitor a Dom Cabral**, 14/2/1951)

Diante de seus problemas de falta de alunos e de verbas, em 1952 é criada a Associação dos Amigos do Seminário, entidade que tinha por objetivo angariar recursos para a manutenção da instituição. Essa associação, sob a orientação do governo da Arquidiocese, assume em 1959 uma grande empreitada em favor do Seminário: a construção do Edifício Pio XII, cuja exploração comercial de suas salas renderia recursos para a manutenção do

Seminário e para bolsas de estudos aos seminaristas pobres. Para arcar com a construção do edifício, foram colocados à venda lotes pertencentes ao próprio Seminário no Coração Eucarístico, bairro que já tinha o mesmo nome.

Esse bairro, até então esparsamente ocupado por uma população extremamente pobre, não havia ainda atravessado modificações expressivas em seu perfil social de ocupação, nem no que se refere aos equipamentos urbanos, inexistentes até então. A venda dos terrenos do Seminário incrementou a ocupação da região, que continuou, contudo, habitada principalmente por segmentos de baixa renda. Em 1966, o bairro era descrito como

um bairro pobre, bem isolado, não recebendo benefícios das autoridades públicas. Água não há. Um poço artesiano, único no bairro, tem de abastecer os lares de 15.000 habitantes. Esse líquido corre nos encanamentos apenas 20 minutos por dia. (O Diário, 18/2/1966, p. 7)

Mesmo com a conclusão do Edifício Pio XII, em fevereiro de 1964, a situação financeira do Seminário não se alterou. Ao mesmo tempo, agravava-se a ociosidade do prédio, gerando um déficit de 30 milhões de cruzeiros por ano.

Desde o final dos anos 50, a Igreja no Brasil atravessava intenso debate interno, com os setores mais progressistas do clero preocupados com a questão social do país, exigindo dos católicos e religiosos uma postura mais agressiva junto à população pobre e engajando-se na luta pela melhoria das suas condições de vida. Assiste-se, assim, a um progressivo deslocamento das preocupações do clero católico, dos problemas que propriamente afe-

tavam a instituição religiosa para aqueles vividos pela população. Nas raízes desse deslocamento encontram-se, igualmente, transformações operadas no nível da Igreja universal, bem como aquelas verificadas na realidade brasileira.

Quanto a esse último aspecto, desde o final da década de 40 avança, no Brasil, o processo industrial e, com ele, o êxodo rural e o crescimento urbano. A expansão da influência do Partido Comunista, do espiritismo e do protestantismo junto aos setores sociais mais empobrecidos, acompanhada de crescente processo de mobilização popular, faz com que a Igreja brasileira reavalie sua missão. Para amplos setores do clero, a Igreja deveria dedicar-se mais ao combate das injustiças sociais que afligiam os mais pobres. Dessa forma, se até a década de 40 a Igreja assumia uma atitude de autodefesa, nos anos 50 ela muda de estratégia, passando a ir ao encontro das aspirações das camadas populares (Pierucci et al., 1984). E, para tanto, a doutrina social da Igreja expressa em documentos pontifícios dava respostas adequadas no sentido da promoção de mudanças sociais que resultassem no fim das injustiças. Entretanto, nem todos os elementos do clero abraçavam tal perspectiva, persistindo como um grupo importante os tradicionalistas, que permanecem apegados ao modelo da neocristandade (Mainwaring, 1989). As diferenças internas à Igreja acentuam-se a partir do final dos anos 50.

Simultaneamente, a Igreja Católica Romana experimenta mudanças significativas que repercutem no Brasil e em Belo Horizonte. Em 1958, tem início o pontificado de João XXIII. Suas encíclicas **Mater**

et magistra (1961) e **Pacem in terris** (1963) modificam o pensamento católico oficial.

Ambas desenvolveram uma nova concepção de Igreja, mais em sintonia com o mundo secular moderno, comprometida em melhorar os destinos dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social. (Mainwaring, 1989, p. 62)

Em síntese, o desafio lançado por João XXIII era o de *aggiornamento* da Igreja, ou seja, colocá-la em dia com os valores e desafios do mundo moderno para melhor cumprir sua tarefa de evangelização (Gutierrez, 1995). Não que essa perspectiva estivesse por completo ausente entre o clero católico até então. Ao contrário, o que fazem as novas encíclicas é legitimar tendências, propostas e experiências preexistentes entre teólogos, bispos e movimentos católicos. Importante é, igualmente, a abertura do Concílio Vaticano II que, desde o início de suas reuniões, postula a necessidade do diálogo da Igreja com o mundo moderno, no sentido de fazer da religião um meio de transformar e libertar os homens em sua existência social.

É na confluência desses fatores – internacionais, nacionais e específicos de Belo Horizonte – que se pode compreender a mudança da Igreja na capital mineira em relação à cidade. De maneira evidente, desde o final da década de 50, a Igreja tomou a cidade não apenas como local de sua atuação, mas politizou-a, passando a tomá-la em si mesma como objeto de sua preocupação e ação. Claramente, a Igreja

assumiu-se como agente responsável pela transformação do urbano.

Marco em Belo Horizonte é, nesse sentido, um manifesto lançado em junho de 1959 sobre o problema das favelas na cidade, assinado por trinta destacados sacerdotes, intelectuais do clero¹ e vigários de paróquias operárias e favelas. Uns, sensibilizados pelos escritos pontifícios sobre a necessidade de ação da Igreja no mundo, e outros, já praticando essa orientação, julgaram necessário um posicionamento explícito da Igreja diante do problema das favelas em Belo Horizonte.

O manifesto condenava o descaso dos poderes públicos diante do problema das favelas, ao mesmo tempo que lançava a discussão sobre a propriedade de amplos terrenos urbanos pela Igreja em Belo Horizonte.

No início da década de 60, outro fato foi decisivo para o posicionamento da Igreja em relação ao problema da carência de moradias na cidade. Em um momento em que invasões de terrenos tornavam-se cada vez mais frequentes, ocorreu uma dessas invasões na vizinhança do Seminário. A área invadida pertencia à empresa Faial, de propriedade de Antônio Luciano, famoso proprietário de extensas glebas em Belo Horizonte. No momento da invasão, Padre Hélio ocupava a função de Reitor do Seminário e se lembra do episódio:

¹ Dentre os signatários do manifesto, encontram-se elementos do clero que ocupam posições de destaque na hierarquia das instituições eclesiais de ensino na cidade: pe. Arnaldo Ribeiro (Reitor do Seminário do Coração de Jesus), pe. Orlando Vilela (Reitor da Faculdade de Filosofia Santa Maria), pe. William Silva, pe. Luis Viegas de Carvalho, pe. Orlando Machado, Frei Boaventura Chasseriau e Frei Francisco de Araújo (professores da Universidade Católica).

Naquele período [de sua reitoria, entre 1962 e 1966] houve uma invasão de terras. Os limites do Seminário eram terras do então conhecido Luciano. (...) Na ocasião, o Luciano ficou até muito zangado porque esses invasores não invadiram as terras do Seminário, só invadiram as dele. E ele chegou até a organizar um caminhão com capangas que puseram fogo no sopé das terras do Seminário, e nós tivemos que apagar esse fogo, nós seminaristas e os próprios invasores, que nos ajudaram também. E assim nasceu uma ligação muito forte entre os invasores e os seminaristas. Nós já estávamos despertados para o problema social. Então nós procuramos participar ativamente dessa situação, buscando uma solução que fosse justa. Naquela época, alguns seminaristas (...) já estavam junto dessas pessoas fazendo a relação do Seminário e os invasores. E também a justiça, porque houve uma sentença obrigando a retirada dessas pessoas. E os seminaristas e os assistentes sociais da época estavam procurando não dar uma execução imediata à ordem judicial, na busca de uma solução mais humana. (Depoimento de pe. Hélio Raso)

A solução encontrada foi a doação de uma parte das terras do Seminário e outra pertencente à Prefeitura para a instalação definitiva dessa população. A empresa Faial negou-se a contribuir com qualquer parcela de suas terras. Dessa iniciativa surgiu a Vila 31 de Março, com a qual os seminaristas continuaram a manter relações, desenvolvendo um trabalho de catequese junto aos seus moradores.

Todas essas questões – as dificuldades financeiras da Arquidiocese e, particularmente do Seminário, a discussão interna da Igreja em favor dos segmentos sociais mais pobres, a experiência junto à Vila 31 de Março – acabaram por levar a uma segunda intervenção da instituição no que se refere à ocupação dos terrenos próximos ao Seminário. Em 1964, através de um acordo com o governo estadual chefiado pelo udenista Magalhães Pinto, foi vendido à Caixa Econômica Estadual um ter-

reno de 300 mil metros quadrados, onde seriam construídas 1.000 casas populares, dando origem, assim, ao bairro Dom Cabral.

A planta desse bairro, planejado para ser um bairro popular, era bastante moderna, com avenidas e alamedas confluindo para uma grande área central, onde seriam construídas igrejas, escolas, centro esportivo e comercial, cinemas. Quando de sua inauguração, em 1965, muito pouco do projeto inicial havia sido realizado: as ruas não possuíam qualquer pavimentação; os serviços de água e esgoto eram precários, a área central era um enorme descampado. Esses problemas, somados à ausência de serviço de coleta de lixo no bairro e à precariedade do transporte coletivo, afligiram os moradores do Dom Cabral por quase vinte anos. Nos primeiros anos, um dos mais sérios problemas era a constante falta de água, pois o bairro era abastecido por poços artesianos, insuficientes para suprir a demanda. Em momentos de falta de água, alguns moradores, particularmente aqueles cujas casas estavam mais próximas do Seminário, iam até essa instituição, que se mostrava solícita ao abrir suas portas para que lá fosse buscada a água necessária.

Nem mesmo a instalação do *campus* da UCMG nas dependências do antigo Seminário trouxe modificações expressivas para o Dom Cabral. A idéia de se instalar o campus na região começa a ser discutida no final dos anos 60. Não era mais possível deixar ocioso o enorme complexo do Seminário, cuja manutenção era cara. A existência de um Seminário Menor começa a ser questionada dentro da própria Igreja. Ao mesmo tempo, a UCMG alcan-

cava a marca de seis mil alunos, dispersos em várias unidades na cidade, muitas delas em prédios adaptados e inadequados para seus fins. Assim, o governo da Arquidiocese, em 1966, desativa o Seminário Menor, instalando em seu pavilhão a primeira unidade do campus da UCMG, o Instituto Politécnico (IPUC). Até 1969, estudantes de engenharia e seminaristas partilhavam, mesmo que de maneira distante, o mesmo espaço.

A partir de 1969, começa a ser instalado no prédio do Seminário, definitivamente, o *campus* da UCMG. A transferência se dá de forma gradativa, completando-se em 1972.

Percebe-se que é a partir desse momento que importantes modificações começam a se dar na região, particularmente no bairro Coração Eucarístico. Situado defronte à entrada principal da universidade, o bairro passou não só a beneficiar-se de algumas melhorias que a presença da universidade trouxe para a região (asfaltamento das principais vias, ampliação da rede de água e esgoto, criação de um ramal de ônibus), mas também a se orientar para a universidade, mediante prestação de serviços, principalmente comércio e aluguéis, visando a atender a ampla população que o campus aglutina. Mas a presença da universidade na região não é avaliada somente de forma positiva pelos moradores do Coração Eucarístico. Um dos mais antigos moradores do bairro, Welbher Moterani, tem a seguinte opinião a respeito dos efeitos da transferência do campus para o Coração Eucarístico:

O bairro cresceu muito depois da vinda da universidade. Mas, em compensação, tiraram muita

coisa dos moradores. (...) Nós achávamos que a universidade ia trazer progresso para a gente, ia trazer melhoramentos para a gente. Mas para os moradores do bairro a universidade não trouxe nada, nada, nada... Pelo contrário. Para nós a universidade aqui não foi boa coisa. Acabou o sossego dos moradores. (Depoimento de Welbher Moterani)

Outro impacto sensível da presença da universidade foi o crescimento do número de edificações no bairro, especialmente prédios de apartamentos, inexistentes até então. À medida que o Coração Eucarístico se integrava a Belo Horizonte, particularmente no final da década de 70, essa verticalização tornou-se irreversível, alterando profundamente a configuração do bairro. Lembra-se, a esse respeito, o sr. Moterani:

Com a vinda da universidade, começaram a surgir os prédios. Inicialmente, quando nós compramos aqui, o que nos foi dito pela Associação dos Amigos do Seminário é que aqui não seriam construídos prédios, eram somente casas. De repente, quando surgiu a universidade, surgiram os três primeiros prédios do bairro. E nós não conseguimos segurar mais. (...) Isso a universidade trouxe, esse crescimento vertical ela trouxe. E com isso a população do bairro aumentou muito. (Depoimento de Welbher Moterani)

No bairro Dom Cabral, bairro popular, a transferência do *campus* provocou poucas alterações imediatas. A quase inexistência de serviços urbanos no bairro persistia e, em alguns casos, foi até agravada. Tal era a situação do transporte coletivo, desde o início do bairro bastante precário. O deslocamento dos estudantes fazia os poucos ônibus andarem ainda mais cheios. Por diversas vezes, os moradores do Dom Cabral foram procurar o Reitor da UCMG, buscando seu apoio na pressão aos órgãos públicos para a melhoria

das condições do bairro. Dom Serafim mostrava-se solidário, afirmando, contudo, que “não seria função da universidade de prestar assistência. Ela fugiria à sua finalidade”. (**Marco**, 5/12/1972)

A grande integração da universidade com o bairro Dom Cabral deu-se com a criação do jornal-laboratório dos alunos de jornalismo, denominado **Marco**. Esse jornal, criado em dezembro de 1972, foi, ao longo da década de 70, um verdadeiro jornal da comunidade do bairro, publicando notícias-denúncia sobre os problemas vividos pelos moradores, informando-os e permitindo sua manifestação nas suas páginas. O **Marco** também auxiliou nas iniciativas da associação comunitária do bairro, no sentido de pressionar os poderes públicos (estadual e municipal) para a implantação de melhorias e serviços urbanos no local. Lembra-se, a esse respeito, um ex-presidente da associação de moradores:

O Marco para nós aqui foi instrumento. Porque nós descobrimos logo no início que uma das coisas que incomodava o poder público era o fato de você tornar pública a má vontade deles, aquela conversa fiada toda. Então nós levávamos o Marco; toda entrevista que nós fazíamos com os homens públicos nós levávamos o Marco para mostrar que havia um jornal que circulava na região, que era um jornal da universidade. Isso tinha um certo impacto. (...) A gente levava os estudantes para fazer as notícias. (...) Eles iam como repórteres do Marco. Isso tinha um impacto impressionante. Nós descobrimos a importância da comunicação com o Marco. (Depoimento de Humberto Moreira da Costa)

Além dessa inserção fundamental para os moradores da região, o *campus* da UCMG abria-se, em algumas ocasiões, para os moradores do Dom Cabral, em apresentações de festivais nos auditórios da universidade, na utilização de sua praça de espor-

tes. Em outros momentos, ainda, a universidade manteve atividades de extensão no Dom Cabral, como a realização de um programa de alfabetização popular junto aos moradores.

Mas, mesmo com a presença da UCMG, a região apresentou, na década de 70, baixo incremento de população, correspondendo a uma taxa de 1,8% ao ano, de acordo com os dados do Plambel. A grande transformação nos bairros Dom Cabral e Coração Eucarístico, que constituem, hoje, dois aglomerados urbanos expressivos, dotados de bons serviços urbanos, deu-se muito mais em virtude da expansão da cidade para a região oeste e de seu crescimento no final dos anos 70 do que à presença da nova instituição religiosa na região. O incremento populacional nesses bairros, bem como sua integração efetiva ao conjunto da cidade de Belo Horizonte, foram ainda favorecidos pela construção da Via Expressa Leste-Oeste, grande artéria viária de rápida locomoção de veículos, inaugurada no final dos anos 70.

Da análise dos dados recolhidos podem ser tiradas algumas conclusões finais, tendo em vista os diferentes momentos da presença da Igreja Católica na região noroeste de Belo Horizonte. Em primeiro lugar, percebe-se que, até o final dos anos 50, quando ainda estava instalado na região o Seminário do Coração Eucarístico, a Igreja não foi promotora direta de maiores alterações no perfil de ocupação da região. Isso se deve, antes de mais nada, à própria concepção dominante no meio eclesial brasileiro, de pouca inserção da Igreja no mundo. Até esse momento, ainda, predominava uma orientação de formação do sacerdote caracterizada pelo

seu isolamento, por uma dicotomia entre a vida religiosa e a cidade. À medida que a Igreja foi repensando suas estratégias de atuação no meio social, o Seminário passou a manter maiores contatos com a comunidade à sua volta, influenciando mais ativamente a história da região.

Em segundo lugar, ainda no período do Seminário, foram as próprias demandas deste e do clero católico da cidade, demandas de ordem financeira e de ordem ética e política que promoveram a criação dos dois grandes bairros da região – o Coração Eucarístico e o Dom Cabral – ambos instalados nos terrenos do Seminário e por iniciativa da própria Igreja de Belo Horizonte. No entanto, os contatos entre a instituição religiosa e os moradores dos dois bairros mantiveram-se pouco estreitos, limitando-se a eventuais e esporádicas iniciativas e momentos.

Por fim, com a transferência do *campus* da Universidade Católica de Minas Gerais para as dependências do Seminário,

as transformações urbanísticas se aceleraram na região, especialmente no bairro Coração Eucarístico, que se orientou cada vez mais para a prestação de serviços à população universitária. Quanto ao Dom Cabral, as alterações na configuração espacial da região são indiretamente relacionadas à universidade, merecendo destaque, nesse sentido, a atuação do jornal **Marco**, efetivo colaborador das lutas dos moradores. Mas a expansão demográfica e as alterações urbanísticas mais sensíveis que a região noroeste de Belo Horizonte experimentou deveram-se mais à própria explosão populacional e espacial da cidade nas últimas décadas, alcançando a região no final dos anos 70. Por fim, percebe-se que a PUC Minas ainda necessita enraizar-se em sua região, estabelecendo com seus vizinhos laços de complementaridade maiores do que a simples prestação de serviços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M.; AZEVEDO, S. Cidade, poder público e movimento de favelados. In.: POMPERMAYER, Malori José. **Os movimentos sociais em Minas: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 111-139.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. **Fé na modernidade e tradição na fé: a Catedral da Boa Viagem e a capital**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANTONIAZZI, Alberto; COSTA, Antônio Aurélio. A expansão da Universidade Católica de Minas Gerais. (1969/1977). In: REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 25, 1977, Belo Horizonte. **Relatório**. Belo Horizonte: CRUB, 1977.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In.: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. T. 3, v. 4, p. 271-341.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, Ano 11, n. 34, p. 6-11, 1991.

- BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CABRAL, D. Antônio dos Santos. **Carta Pastoral de D. Antônio dos Santos Cabral, 1º Arcebispo de Belo Horizonte, sobre o Seminário do Coração Eucarístico**. Belo Horizonte: Imprensa Diocesana, 1927.
- COMBLIN, José. **Teologia da cidade**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 1, p. 26-43, 1985.
- FREI BETTO. Igreja e movimentos populares urbanos. In.: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Igreja: movimentos populares, política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 27-34.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.
- HISTÓRIA da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, desde sua origem ao seu Jubileu de Prata (1958 a 1983). **Revista do Centro de Ciências Humanas**. Belo Horizonte, Ano 5, n. 6, 1987.
- JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários de uma cidade moderna**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- KRISCKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MACHADO, Heloísa Guaracy. **A Lagoinha no contexto urbano da cidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1990. Projeto de Pesquisa.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIAE, Sevus. **Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1030-1968)**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MARQUES, Maria Elizabeth. **Formação e crise da Juventude Operária Católica: o movimento em Minas Gerais, 1935-1968**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MARX, Murilo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- MATA, Sérgio Ricardo da. **A fortaleza do catolicismo: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Introdução à história da Igreja**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Um estudo histórico sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936**. Belo Horizonte: O Lutador, 1990.
- MENEZES, Furtado de. **Clero mineiro**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Renato Americano, 1936. v. 2: Período Republicano, 1989-1934.

- MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: Cedeplar/PBH, 1994.
- NEVES, Lucília de Almeida. História oral: memória e política. **Revista Varia História**, Belo Horizonte, n. 12, p. 95-103, dez. 1993.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PALÁCIO, Carlos. Igreja e sociedade no Brasil: 1960-1982. In.: LESBAUPIN, Ivo (Org.) **Igreja: movimentos populares, política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 9-25.
- PARDINI, F., PETRUCCI, V., DALE, Frei Romeu O. P. (Org.). **As relações Igreja-Estado no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1986. v. 1: Durante o governo do Marechal Castelo Branco – 1964-1967.
- PIERUCCI, Antônio F. de O., SOUZA, Beatriz M., CAMARGO, Cândido P. F. Igreja Católica: 1945-1970 In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. T. 3, v. 4, p. 343-380.
- PLAMBEL. **A estrutura urbana da RMBH**. Belo Horizonte: Plambel, 1987.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção. In: O DIREITO à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 167-168.
- SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set./fev. 1989/1990.
- SILVA, Regina H. A. Belo Horizonte: cidade e memória. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 7, 1995. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1995. p. 17-32.
- SILVA, Regina H. Alves da. **A cidade de Minas**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço & Debates**, n. 23, p. 5-29, 1988.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Igreja de Deus em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1972, (mimeo).

SOMOS SERES DE UM DIA SÓ*

Yonne de Souza Grossi**
Amauri Carlos Ferreira***

RESUMO

Nosso objetivo é trabalhar narrativas que ganham voz na fala de seus sujeitos, quando se passa de um registro a outro. Pretendemos ir além da teia instigante dessa forma discursiva, cujos fios, ao se imbricarem, configuram um novo desenho textual que recorta fragmentos, esgarços, fraturas, incidindo no fluxo da própria vida dos narradores. Assim, este ensaio metodológico tenta urdir uma possível trama entre oralidade e letramento, contemplando uma tríade temática: tempo, memória, narrativa. Desejamos analisar alguns desvãos que se localizam entre o movimento da fala e o eternizar da escrita, marcando a experiência da vida e seu limite.

Palavras-chave: Memória; Narrativa; Cenas-fulgor; Finitude.

*Há histórias de vida mais ou menos ricas, mais completas ou mais fragmentadas. Não acredito que seja efetivamente possível a obtenção de uma história de vida completa, tantas são as facetas e os fatos que envolvem uma vida. É evidente que uma vida não poderia ser revisitada em um processo seletivo que se impõe envolvendo o próprio rememorar, em geral determinado pelo próprio narrador. (Ana Beatriz, **História oral**: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta, p. 34-35)*

Em *As palavras andantes*, Eduardo Galeano (1994, p. 170) fala sobre a memória de Pola Bonilla, talentosa ceramista e mestre-escola dos campos de Maldonado que, no verão, oferecia aos

turistas suas esculturas e chocolate com churros. Moldadora de barros e crianças, um dia Pola adotou um menino nascido na pobreza, dos muitos que chegam ao mundo sem ter com quê, e o criou como

* A versão preliminar deste artigo foi apresentada no V Encontro Nacional de História Oral, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1999, publicado na **Revista da ABHO**, n. 4, com o título Razão narrativa: significado e memória.

** Professora do Departamento de Sociologia e Relações Internacionais da PUC Minas.

*** Professor do Departamento de Filosofia e Teologia da PUC Minas.

se fosse um filho. Quando ela morreu, ele já era crescido e com ofício. Então, os parentes de Pola disseram a ele: entre na casa e leve o que quiser. Ele saiu com uma fotografia dela debaixo do braço e se perdeu nos caminhos...

Nosso objetivo, como pesquisadores, é trabalhar narrativas que ganham voz na fala de seus sujeitos. Mas pretendemos ir além da teia instigante dessa forma discursiva. Desejamos pontuar, entre o momento da fala e o eternizar da escrita, desvãos que vazam no tempo o sentido da existência. Desejamos sondar, na memória que se abre à escuta, ecos de lembranças sepultadas. Almejamos tecer, no brilho da história contada, uma nova tapeçaria textual.

Entretanto, ao contemplar essa tríade temática que acolhe tempo, memória e narrativa, algumas questões nos intrigam. Como se forjam marcas que iluminam as experiências? Que resposta possível itinerários de vida propõem para sujeitos que contam suas histórias? Qual é o lugar de significação da resposta no quadro indefinido da vida humana?

AS HORAS DO TEMPO FAZEM MEMÓRIA?

Pensar o tempo pode ser traçar linhas que configurem a singularidade de cada um, mas que também revelem o coletivo que passeia por esse trajeto. Assim, a temporalidade poderia ter como suporte a condição humana de sujeitos que vivem a história de sua experiência de vida. Entretanto, há outras territorialidades flutuantes quando se encena o tempo. Nesse ponto, ficamos seduzidos “pelas nas-

centes, aquela escura e misteriosa região das ‘Madres’, de onde ascende à superfície da terra tudo que tem figura e vida”. (Holanda, 1991, p. 453)

De uma turgência na região das origens, duas tradições entrecruzam-se face à pergunta pelo tempo. Do ritual védico emerge Kala, o devorador. Impiedoso e cruel, não deixa lacunas que possibilitem o trajeto de volta. Antes dele, nada foi consumado, depois dele, tudo está perdido. Do mito grego surge o cronos dançarino, cujos passos são regulares, ritmados, repetidos em seu bailado cíclico e periódico. Na descrição de Hesíodo (De Lara, 1991, p. 51), o grande cronos de “curvo pensar” representa o simbolismo do tempo associado a formas circulares, expressando o ciclo da vida. Em ambas as tradições, “o tempo, em sua velocidade que amedronta, surgirá projetado em figuras animais, nas quais o homem primitivo espelhou a irreversibilidade de seu movimento, cujo durar escapa-nos ao controle”. (Beaini, [mimeo], p. 14)

Mesmo a medida mecânica do tempo hospeda-se em uma nascente mítica. As horas eram filhas de Zeus e de Têmis. Personificavam o ano e as estações, posteriormente, as horas do dia. Em sua textura iconográfica, eram representadas como três jovens graciosas: Eunômia, a disciplina; Dique, a justiça e Irene, a paz. Eram deusas da ordem e asseguravam o equilíbrio da vida social (Brandão, 1991, p. 582). Todavia, as instituições apropriaram-se das horas para organizar, entre outras coisas, o tempo. Para que os dias não se sucedessem ininterruptamente, sem marcas que ligassem semanas, meses, anos. Dessa forma, temos o tempo linear, quantifi-

cado, mercantilizado, estruturando, entre outras, atividades do cotidiano. Medir e calcular o tempo será uma convenção estabelecida pelos homens, quando se desfaz “a representação do tempo regido pela natureza” que se relacionava “às tarefas cíclicas e rotineiras do trabalho”. (Bresciani, 1984, p. 38)

A racionalização das formas de medir o tempo constitui um processo que remonta à invenção do relógio mecânico no século XIV. A quantificação do tempo atinge o mundo do trabalho, dando origem à idéia de jornada, carga horária, horas extras, férias etc. O que seria do mundo administrado de Adorno sem a criação das horas, sem a escuta atenta dos ritmos e movimentos? Entretanto, Thomas Mann, em **A montanha mágica**, lembra-nos: “Dizemos que o tempo passa. Está bem, deixe-o passar. Mas para que possamos medi-lo, seria preciso que decorresse de modo uniforme; e quem lhe garante que é assim?”

Percebe-se um dilema entre o tempo da natureza, constituído por unidades cronométricas regulares, uniformes (relógios, calendários etc.), e o tempo da experiência, com suas descontinuidades, fissuras, fragmentações, distribuído de modo desigual (Maciel, 1993, p. 39-40). Esse conflito é crucial nas obras de Proust (**Em busca do tempo perdido**), de Kafka (**O processo, O julgamento**), de Virgínia Woolf (**Orlando**), de Oscar Wilde (**O retrato de Dorian Gray**), de Thomas Mann (**A montanha mágica**). As linhas de fuga que atravessam o tema da rememoração, que arrastam os indivíduos, escandemos com velocidade e lentidão, com intensidade e sutura, com territorialização e desterritorialização, fazem daquelas obras

um pensar perplexo sobre a experiência do tempo no contexto existencial.

Como dar existência escritural ao tempo? Evocaremos a memória capaz de concretizá-lo através de um tempo de lembrar, pois, para Benjamim, “tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. E o último dia é hoje” (Bosi, 1983, p. 18). A memória lembra uma fronteira, cujas territorialidades itinerantes se redefinem continuamente. Urde cenários que dissertam sobre o passado de uma vida cuja perda é irreparável. Ostenta campos onde se podem colher fragmentos de um mundo que se desintegrou. Também guarda câmaras, às vezes assustadiças, que se recusam a abrir. À deriva, ruínas, resíduos e detritos são capazes de impedir o acesso a lacunas promissoras. Assim, a penetração costuma ser lenta, muitas vezes dolorosa, outras, agônica. Pode tornar-se interdito de memória lembrar histórias que nos colocam em situação de desonra, de impotência, de perda. Dessa forma, ajustes na memória, em termos de esquecimento, podem ajudar “um retorno ao passado, de forma que possamos, mais facilmente, assumir o que somos hoje” (Theodoro, 1998, p. 65). Mas também há frestas de deleite que assanham, no gozo da experiência de lembrar, o que passa pelo coração. É como descerrar um mundo que estava perdido, onde o próprio presente, como fronteira, traça o limite da memória do percurso.

Em outras palavras, parece que tudo é vulnerável, tudo é equívoco, que tudo pode mudar, desaparecer ou se revelar. Não há como negar o valor da memória como processo vivido, em evolução permanente, no dizer de Nora (Le Goff, 1979,

p. 19). Trata-se de uma “construção imaginária e de elaboração simbólica” (Santos, 1997, p. 19). Na perspectiva dessa construção do passado no presente vivido, é possível projetá-lo no espaço do sagrado. Quem rememora tece uma relação afetiva com o passado, com tendência a mitificá-lo.

Como se enreda no tempo uma memória? Qual o seu lugar de significação? A memória costuma espalhar seus fragmentos, como a própria vida que sustenta a experiência. Como ensina, dentre outros, Janice Theodoro (1998, p. 63), ao lembrar que no passado há vazios e “momentos que desaparecem na linha do horizonte. E a partir desses relatos, dessas descrições, dessas lembranças tênues, perceberemos que a memória possui estranhos marcos”. Qual seria a guia para a escolha de marcos que expressem o tempo, traduzindo-se em narrativas? Que imagens sucumbem na memória? Que histórias se dissolvem no horizonte? Como tramar o enredo de uma narrativa inteligível, alicerçada em valores? Nessa perspectiva, pode-se dizer “que a identidade existe porque sei contar quem sou, independentemente daquelas informações serem verdadeiras ou falsas. Toda identidade é construção”.

Ao tentar perceber por que algumas marcas sobrevivem enquanto outras desaparecem, aflora a questão da experiência. O mundo vivido, ao se manifestar, torna visível o sentido que se empresta a ele. Também assim na fala de Ricoeur a experiência designa “a existência de um ser a dizer que tem precedência ao dizer” (Barbosa, 1997, p. 33). A substância do vivido vai expressar-se como pensamentos,

atitudes, sentimentos, valores, normas, comportamentos. Trata-se de um substrato que permite ao sujeito entrar em contato com a realidade, cujo apoio precedente são as instituições.

Configuram uma experiência os textos de memória povoados por fatos e personagens que se envolvem e se interligam no enredo expressivo do mundo vivido. Será assim penetrado um território estelado por marcas que delineiam, contornam e modulam a paisagem das “cenas-fulgor”, emprestando uma expressão de Gabriela Llansol (1997, p. 211). Consideramos as cenas-fulgor, núcleos que cintilam marcas dotadas de significação para uma pessoa. Seriam lugares de emergência simbólica nos quais se acumula a história ao conter vozes de outras épocas. Representariam “essa região fulgurante, esse ponto voraz do qual emergem as imagens e as vozes” (Llansol, 1997, p. 211). Depositários de memória resplandecem itinerários de vida, subjugando a voz que narra nas malhas da letra que registra. Simbolizam cenários desencarnados que prescindem de seu poder sobre os corpos. Por último, as cenas-fulgor “são como as cheias de um rio, que guardam os extractos do tempo e dos acontecimentos” ou a tensão do agora quando mostra que “hoje, passada a madrugada, continuei o dia com a minha parte mais sombria: soltaram-se as minhas recordações, presentes, passadas, futuras, e não encontrei caminho linear entre elas”. (Llansol, 1997, p. 224)

Mas, se o tempo submerge lembranças, como negociar a senha da abertura de possíveis fluxos de memória? O que justificaria a escolha de momentos que demar-

cariam linhas de horizonte? Como des-
trinçar a teia emaranhada de fragmentos
do passado para compor um novo dese-
nho textual?

VOZES HABITAM PALAVRAS NA ESCRITA DA MEMÓRIA

A voz segue com cautela o deslindar
do passado e pouco a pouco descreve ex-
periências vividas. As palavras cartogra-
fam vivências a partir de um tempo au-
sente que se tornou presente pela lingua-
gem. Esse é um “tempo que nos arrasta
em seus passos miúdos” e, no dizer de
Lya Luft, “devora tudo pelas beiradinhas,
roendo, corroendo, recortando e consu-
mindo”. Na esteira do tempo (*cronos*),
esse devorador age e tudo consome; sua
irmã, a memória (*mnemósine*), guarda os
momentos mediante a razão narrativa,
presente nos sujeitos através da lingua-
gem. Esta expressa, na razão narrativa,
um instrumento de poder, ausência e
sedução.

A ausência está subordinada ao que já
se passou na vivacidade do momento vi-
vido. Torna-se presente pela memória,
objetivando-se através da linguagem fa-
lada no ritual da narrativa. Dessa forma,
tem-se a ausência como sinalizadora do
passado que torna presente, pela narra-
tiva, as impressões menos vivazes, medi-
ante o ato de lembrar e de recordar. O
poder e a sedução remetem ao encanta-
mento do outro que, no registro do falan-
te, tranqüiliza-se ao penetrar em sua es-
cuta e aprisioná-lo na teia de significados
que a narrativa oferece. O narrador, no
momento de sua fala, exerce sobre o ou-

tro o poder de seduzir, desviando aten-
ções para as cenas-fulgor de sua vida. As-
sim, a linguagem, a partir da razão narra-
tiva, registra contornos presentes no falar
dos sujeitos, demonstrando o acontecido
nas dobras do tempo, como um evento
que se caracteriza pelo pressuposto da
verdade vivida.

A razão narrativa desemboca no saber
contar um fato real ou imaginário, desper-
tando no ouvinte o desejo de significar ex-
periências vividas que não retornam mais.
Nesse contar é que a história (Clio), filha
de *mnemósine*, abre cenários para se inter-
pretar a teia de acontecimentos. Assim, o
sujeito que narra é portador de uma me-
mória que esculpe, no tempo, uma histó-
ria. É memória poderosa que, no dizer de
George Balandier, faz emergir “o presen-
te e aparece, se forma e age durante perí-
odos em que a história se impulsiona, so-
retudo quando surge dos dilaceramen-
tos que levam a uma recomposição da
sociedade e do poder, da cultura e dos sis-
temas simbólicos”. (Balandier, 1999, p. 45)

O sujeito que narra, no eterno presen-
te sua vida, considera seu momento o mais
importante ao trazer a lembrança de acon-
tecimentos na arte de contar, uma vez que
“a potência de contar começa em todas as
partes e em todos os lugares. Será neces-
sário contá-la por todos os lados e em to-
dos os sentidos, por todos os fragmentos
e pela própria fragmentação. E ao mesmo
tempo, a cada momento ajuntar a frag-
mentação” (Faye, 1996, p. 33). Na escrita
da memória, as palavras tomam forma pa-
ra fazer habitar o passado na voz do nar-
rador, que “conta histórias que podem so-
brepôr muitas camadas de imaginário e
real, pois sabe que os limites são tênues e

poderosa a liberdade com todos os seus perigos” (Luft, 1999, p. 16). O narrador poderá manejar histórias, inventar e desinventar, fazendo a trama da vida existir como drama ou comédia.

A interpretação de um fato significado por um narrador que detém a memória registra, no seu contar, um modo de frequentar o mundo. Assim, a construção da identidade do narrador se imbrica com a memória em direção ao território da alteridade, em jogos de poder que enlaçam grupos sociais estruturados. O narrador, ao contar experiências vividas com o outro, expressa a necessidade de um lugar para se amparar. No dizer de Halbwachs, “um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens”; isso pode acontecer mesmo “quando esses homens não estão materialmente presentes” (1990, p. 36). Essas lembranças são referenciadas pelas classes sociais, grupos de convívio etc. Dessa forma de dependência do indivíduo na construção de sua identidade resultam maneiras peculiares de narrar o itinerário de uma existência que se diferenciam no modo de contar um fato; assim, “se as lembranças permanecem coletivas, e são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos é porque, em realidade, nunca estamos sós”. (Halbwachs, 1990, p. 26)

Se o ato de lembrar remonta-nos ao passado vivido pelos sujeitos, a lembrança seria, no dizer de Halbwachs, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções

feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada”. (Halbwachs, 1990, p. 71)

A lembrança conduz o indivíduo a cenas vividas em conjunto, imagens que se tornaram presentes num tempo em que presenciamos o acontecido. No entanto, no decorrer da vida, momentos vividos vão fazendo parte de uma construção permanente da existência, passando-se a lembrar do que aconteceu mediante o contato com pessoas, lugares, vozes, músicas que levam o sujeito a associar impressões vivazes. Para o sujeito que narra, torna-se impossível narrar tudo, lembrando-se ele apenas de partes significativas do passado. A lembrança evoca momentos vividos, preenchendo o agora com referências construídas no contato com os outros, no qual a identidade como metamorfose constituiu-se, pois “somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos (...), somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos, a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião”. (Bobbio, 1997, 30)

O sujeito como guardião de suas lembranças é portador da memória que se expressa numa razão de ser e a partir de seu narrar, o passado torna-se presente num reconhecimento marcado nos povos: somos o construir da nossa memória. As experiências do viver deixam traços no vazio do tempo, possibilitando juntarem-se pedaços de vida que já não são mais; no entanto, representam dados aos quais se atribuem um sentido para viver, permitindo que a qualquer momento se possa partir. Dessa forma, o ato de lembrar, re-

montando vivências, traz à memória conteúdos vividos no passado em que a razão narrativa invoca, numa nostalgia quase em luto, o ato de recordar. A palavra recordar vem do latim *re-cordis*, tornar a passar pelo coração, fazer vir à memória a lembrança. Esse ato é o esforço particular do sujeito em trazer de volta cenas-fulgor que impregnam o seu existir. Esse exercício singular na narrativa dos sujeitos faz parte da memória do corpo, uma vez que só se recorda o que passou pela corporalidade. O saber se constitui no território do vivido, na degustação de experiências prazerosas ou desgostosas. As cenas-fulgor de Llansol assemelham-se à desmedida grega: recorda-se o que é demais, conteúdos da memória que se fizeram lembranças.

A razão narrativa para o sujeito em seu ato de passar de novo pelo corpo, e o saber-sabor da vivência singular do passado, problematizada por Halbwachs, mostram-nos que o ato mnemônico só existe em relação aos outros. Esse pressuposto abre uma fresta para a construção do que Georges Balandier sugere: “Uma teoria da memória relacionada com o sujeito individual não é somente teorizar considerando a percepção, a lembrança e a imagem, a representação útil à ação, é também produzir uma teoria do lugar – o corpo – onde se situam os mecanismos que permitem que a memória opere, é uma teoria das temporalidades e do tempo vivido. O que leva à questão da liberdade”. (Balandier, 1999, p. 47)

Essa questão impõe-se a cada escuta atenta a vozes que estão impressas em memórias desconhecidas ao pesquisador e nos remete ao respeito à memória inscrita no corpo do narrador em seu ato de

recordar e lembrar. Essa é a razão narrativa que, segundo Faye, “ignora ou se abstém de saber que seus objetos giram em torno dela e que ela os determina ou os modifica”. (Faye, 1996, p. 23)

Assim, a razão narrativa leva o sujeito, no ato de lembrar e de recordar, à reflexão de sua existência efêmera neste mundo que “não tem princípio nem fim, um pressuposto que só parece natural a seres que sempre chegam em um mundo que os precede e que a eles sobreviverá” (Arendt, 1991, p. 18). Essa angústia de se deparar com o limite-morte leva-nos à construção de imagens que se perpetuem aos que virão depois. Dessa forma, a memória cumpre seu papel de guardar lembranças que, pelo ato de recordar dos sujeitos, trazem de volta o que ficou inscrito. Assim, a razão narrativa cumpre seu objetivo de ser portadora da memória.

SOMOS SERES DE UM DIA?

Na esteira de uma narrativa, ocorre a mediação simbólica da ação de sujeitos que narram histórias, percursos, fábulas. No entanto, quando trabalhamos com itinerários de vida, há uma dispersão de fluxos. Entre eles, há uma voz que se configura em palavras, cujos ecos guardam ressonâncias de épocas (Guimarães, 1997, p. 229). Ensina Bergson, entre outros, que “há sempre algumas lembranças dominantes, verdadeiros pontos brilhantes em torno dos quais os outros formam uma vaga nebulosidade. Esses pontos brilhantes multiplicam-se à medida que se dilata nossa memória” (Bergson, 1990, p. 140). Sejam nas cenas-fulgor de Llansol ou nos

pontos brilhantes de Bergson, a qualidade da recordação possibilitará orquestrar histórias de vida. Assim também com o homem, sujeito dessa experiência, quando narrada.

Ao observar o tempo de duração do registro de narrativas, fontes pesquisadas nos autorizam a afirmar que uma história de vida resulta, em média, de nove a doze horas de gravação. Excepcionalmente, temos narrativas que duram quinze, vinte horas, como também cinco ou três horas, dependendo do grau de profundidade a alcançar. Todavia, as histórias de vida mais longas, ao ultrapassar esses altos limites, explicitam repetições.¹ Em contrapartida, as pessoas ouvidas passam, às vezes, dos oitenta, noventa anos, sem mencionar os mais novos. Que mediações direcionam esse descompasso? O que se vai consumindo, tornando-se irrecoverável? É possível perceber o processo de seleção das lembranças?

Nada mais eloquente para essa reflexão do que a imbricação de tempo, memória e narrativa que discutimos anteriormente. Entretanto, tornam-se presentes razões que negociam um relato ao lhe devolver o passado. Ricoeur pontua que “o que é narrado é sempre a vida; contudo, a vida como tal não forma por si mesma uma totalidade de sentido, mas totaliza-se pela narração. O sentido do tempo vivido é sempre uma interpretação, nunca um dado imediato”. (Ricoeur, 1998, p. 32-33)

Em sua vida diária, o sujeito comum tem a atenção focal dirigida para pontos

que correspondem a um campo desimantado, no qual fenômenos banais tecem um cotidiano de ritmos, padrões, atitudes fixas etc. Pequena margem costuma-se deixar para o que é livre, fluido, inesperado. Uma vida sem rotinas é tida como irracional e arbitrária. A possível previsão de atividades cristaliza hábitos que nos tornam presas de instituições e, muitas vezes, de pessoas. É como se os sujeitos vivessem em espaços congelados, constelações isoladas, núcleos atomizados. Vivenciar o mesmo pode oferecer-nos segurança e, não raro, proteger-nos de situações sem garantias.

Essas cenas representam hábitos, padrões, costumes de gente que “acredita no trabalho, na disciplina, na empresa, que tem na eficiência e no sucesso profissional seus mais altos critérios de valor, que ama a paz do lar e detesta a desordem das ruas” (Kehl, 1989, p. 36). Há como que um jogo astuto de ausentar do fermento da inquietação cotidiana. Não que inexistam cores a se inventar, pois a presença no mundo significa estar junto às coisas, sejam reais ou imaginárias. Sabe-se, também, que a cor adere à superfície que a acolhe.

Assim, o narrador, ao construir sua história de vida, atravessa fissuras da mesmidade, despertando as cenas-fulgor como experiência decisiva de sua subjetividade. Dispõe, então, do instante seguinte para narrar. Sua inscrição no mundo deixa marcas traduzíveis em gravações de duração variável. Mesmo quando ultrapassam a média, raramente duram mais

¹ Informações coletadas junto aos programas de História Oral do Cepedoc, da UFMG, da PUC Minas, bem como através de pesquisadores independentes paulistas, cariocas e mineiros, em 1999.

que um dia no tempo do mundo. Quando isso acontece, as atividades rotineiras, assustadiças, podem crispar-se: não contam as dezenas e dezenas de vidas do narrador? De que valeram? Resta lembrar-lhes de que apenas são raízes ou “sustento no duplo sentido do que funda e do que alimenta” (Muchail, 1989, p. 14). Em outras palavras, aquelas cenas seriam molduras possíveis no registro da vida.

Indagamos: qual a representação das lembranças para o narrador, se no intervalo do existir tão pouco tempo importou? Não haveria uma sensação de perda irreparável? Também para o pesquisador, qual o sentido em atribuir significados a histórias que não lhe pertencem? Por que construir histórias que se sustentam em discursos e falas, que fogem à nossa época?

Ao interrogar a história, o sujeito, em sua narrativa, aponta-nos caminhos que podem fazer-nos recordar a angústia de existir. A angústia de estar num mundo de escolhas trágicas universalmente toca a face do sujeito, levando-o à lembrança de lugares de memória, já visitados, revisitados, construídos e reconstruídos. Eles demonstram que não iremos permanecer no mundo, pois, como diziam os gregos, somos “seres de um dia só”. Por mais que se deseje ultrapassar as fronteiras das nações, o dia se finda, amanhã chega, seres nascem e partem na nostalgia de ter vivido apenas um dia. Assim, a razão narrativa que permite trazer de volta eventos que nunca foram contados também nos permite compreender que os seres em sua entrada neste mundo já tinham um destino a cumprir, ou seja, partir. Uma jornada longa ou breve pertence a um corpo que, em sua solidão, às vezes humilhado

pelos anos ou pelas contingências da vida, recorda e traz lembranças de um passado perto ou distante, de uma experiência que carece ser comunicada. Rousseau, em sua terceira caminhada, indagou: “De que vale aprender a conduzir melhor seu carro quando se está no fim de um percurso?”. (Rousseau, 1995, p. 41)

Contudo, é nesse itinerário da memória, daqueles que constroem o vivido pela lembrança, numa razão que narra o passado com a vitalidade do presente que pode acabar a qualquer momento, que remontamos à indagação e à reflexão de Norberto Bobbio: “Mas quanto dura a lembrança? Em relação ao desejo ou esperança da imortalidade, quão breve é a lembrança no tempo! Apenas poucos homens, grandes no bem ou no mal, deixam lembranças indeléveis e chegam de fato a ser chamados enfaticamente de imortais. Mas e outros, a infinidade de outros que se perdem para sempre no tempo?”. (Bobbio, 1997, p. 42-43)

A decisão pela escuta de sujeitos, escolhendo entre a multiplicidade dos que vão narrar histórias de vida ou histórias temáticas, remonta à inscrição de seres que narram seus itinerários. Estes só permanecem no tempo quando há um registro, um testemunho, uma fala que pode, às vezes, interrogar a respeito da angústia de entrar no mundo para depois partir. Quando “a vida torna-se morte é como se tal morte houvesse possuído essa vida o tempo todo. Morte sem aviso. Equivale a dizer: a vida pára. E pode parar a qualquer momento” (Auster, 1982, p. 7). Assim, indagamos: para que construir histórias se morrer é uma possibilidade a qualquer momento?

A inscrição do vivido na memória do corpo carece de permanecer no mundo desejando imortalidade. Leva-nos a continuar construindo histórias com fragmentos e ruínas do passado. A razão narrativa como significação e memória objetiva apenas expressa vozes que desejam ser escutadas e que fazem parte de uma história: a história da humanidade, moldando espaços, entretecendo lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.
- AUSTER, Paul. **O inventor de solidão**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- BALANDIER, Georges. **O dédalo para finalizar o século XX**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 33, páginas, 1997.
- BEAINI, Thais Curi. **Máscaras do tempo**. [mimeo].
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1990.
- BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. São Paulo: Campus, 1997.
- BOSI, Ecléa. **Lembranças de velhos**. São Paulo: Queros, 1983.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Metrôpoles: as faces do monstro urbano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 5, n. 8/9, set./abr. 1984/1985.
- FAYE, Jean Pierre. **A razão narrativa: a filosofia heideggeriana e o nacional socialismo**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- GUIMARÃES, César. **Imagens da memória: entre o legível e o visível**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Fausto**. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- KEHL, Maria Rita. A razão depois da queda. In: FERNANDES, Heloisa Rodrigues (Org.). **Tempo do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LARA, Sílvia Maria Contaldo. **Tapeçaria do tempo: uma análise de Ana Terra**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- LUFT, Lya. **O ponto cego**. São Paulo: Mandarim, 1999.
- MACIEL, Débora Alves. **Vampiros, lobisomens e assombrações: um estudo sobre as relações entre padrões temporais e ordem social**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- MANN, Thomas. **A montanha mágica**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MUCHAIL, Salma T. **Lou Salomé: o 'elementar' por sobre a vida**. São Paulo: EDUC, 1989.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
- RICOEUR, Paul. Temps et récit 11, *apud* CESAR, Constança Marcondes. O problema do tempo. In: CESAR, Constança Marcondes (Org.). **Paul Ricoeur: ensaios**. São Paulo: Paulus, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Devaneios de um caminhante solitário**. Brasília: UnB, 1995.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e a preservação. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTRL, Jayme (Coord.). **Cultura, memória e cidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- THEODORO, Janice. **Memória e esquecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 135, out./dez. 1998.

HISTÓRIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: BALANÇOS E PERSPECTIVAS*

*Tarcísio Rodrigues Botelho***

RESUMO

A demografia histórica brasileira tem se caracterizado por uma contínua preocupação em refletir sobre seu objeto e sobre suas realizações. A tarefa aqui proposta é analisar pontos que ainda não foram suficientemente abordados ou que muitas vezes não sofreram uma sistematização em seus achados. Para tanto, parto de uma discussão sobre os conceitos de demografia e demografia histórica; falo das fontes utilizadas por tais estudos; e, ao final, abordo os temas que considero relevantes para uma sistematização dos conhecimentos em demografia histórica no Brasil, agrupando-os em dois conjuntos: os estudos do contingente populacional brasileiro e os estudos dos componentes da dinâmica populacional.

Palavras-chave: Demografia histórica; Brasil.

A demografia histórica brasileira tem-se caracterizado por uma contínua preocupação em refletir sobre seu objeto e sobre suas realizações, procurando corrigir rumos e vislumbrar horizontes inexplorados ou pouco visitados. Por isso, a tarefa aqui proposta, no que se refere à realização de um balanço da produção nessa área do conhecimento, é bastante facilitada. Assim, pretendo usar os trabalhos historiográficos já existentes para analisar pontos que ainda não foram suficientemente abordados ou

que muitas vezes não sofreram uma sistematização em seus achados. Para tanto, partirei de uma discussão sobre os conceitos de demografia e demografia histórica, visando a situar e delimitar o ponto de vista que adotarei. Em seguida, falarei das fontes utilizadas por tais estudos, sempre condicionadoras das pesquisas dessa nossa disciplina. Finalmente, abordarei os temas que considero relevantes para uma sistematização dos conhecimentos em demografia histórica no Brasil, agrupando-os em dois conjuntos: aqueles preocupa-

* Trabalho apresentado no Seminário "Brasil 500 anos: a historiografia brasileira em debate", promovido pelo Centro de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL), da USP, em 19 e 20 de maio de 1999.

** Doutor em História Social pela USP, pesquisador do CEDHAL/USP, professor da PUC Minas. Gostaria de agradecer a Clotilde Andrade Paiva e Candice Vidal e Souza pela leitura e comentários sobre o texto.

dos com o contingente populacional brasileiro e aqueles relativos aos componentes da dinâmica populacional.

DEMOGRAFIA HISTÓRICA: CONCEITOS

A demografia “refere-se ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais” (Carvalho *et al.*, 1994, p. 11). Ela trata tanto dos aspectos estáticos de uma população num determinado momento (seu tamanho e sua composição) quanto de sua evolução no tempo e da inter-relação dinâmica entre as variáveis demográficas. Essas variáveis são: o tamanho da população; sua distribuição segundo o sexo, a idade e o estado conjugal; sua distribuição segundo regiões geográficas; a natalidade, a fecundidade e a mortalidade (*idem*, p. 12). O estudo dessas diversas variáveis leva à necessidade de se articularem outros elementos que expliquem os rumos tomados pela dinâmica demográfica. Assim, recorre-se permanentemente à economia, sociologia, antropologia, medicina, geografia, história e outras disciplinas que auxiliem o demógrafo na montagem de explicações para as permanências e as transformações observáveis nas populações humanas.

A preocupação com as transformações no tempo sempre fez da demografia uma disciplina naturalmente próxima à história. Recorrer aos estudos históricos para

explicar alguns fenômenos demográficos tem sido comum entre os demógrafos. Entretanto, falar em uma demografia histórica como disciplina autônoma é algo relativamente recente. Somente a partir da década de 50, especialmente com o desenvolvimento da técnica de reconstituição de famílias por Louis Henry, pôde-se observar a construção progressiva desse novo campo do conhecimento. A essa técnica pioneira incorporaram-se outras, inclusive aproveitando-se os avanços feitos por demógrafos para possibilitar o uso de dados incompletos.¹

No caso do Brasil, a demografia histórica estabeleceu-se a partir de trabalhos pioneiros de reconstituição de famílias. Daí, expandiu-se para áreas que tinham a população como centro de preocupações, mas que tocavam outros campos dos estudos históricos. Esse trajeto vivido pela disciplina deu-lhe uma grande legitimidade face à historiografia brasileira, graças à incorporação de fontes e temas pouco pesquisados, como a família, as relações de gênero, a infância, os estratos mais baixos da população, dentre outros. Entretanto, deve-se reconhecer que os avanços no campo estritamente demográfico foram relativamente modestos. Em outras palavras, embora essa história demográfica tenha se firmado como referência importante para a compreensão do passado brasileiro, o estudo de muitas das variáveis demográficas das nossas populações no passado está por ser feito.

Esse avanço aparentemente contraditório, em que a legitimidade entre os his-

¹ Para um balanço da evolução de algumas linhas de investigação na demografia histórica, veja-se Reher (1997).

toriadores tem sido maior que entre os demógrafos, produz perspectivas também divergentes sobre a disciplina. Enquanto muitos enfocam os “estudos demográficos numa perspectiva histórica”, outros preferem ver na demografia histórica o “estudo da população no passado”.² Se para os primeiros é necessário voltar às preocupações propriamente demográficas que estabeleciam os limites da disciplina, para os outros é exatamente o rompimento desses limites que tem levado a contribuições de peso para a compreensão da economia e da sociedade brasileiras no passado. Ambas as posições são pertinentes. A demografia histórica deve ter sempre uma preocupação com aquele que afinal tem sido o seu público leitor por excelência, qual seja, o historiador. O uso de arsenais estatísticos extremamente sofisticados pode representar ganhos em termos de uma compreensão das dinâmicas demográficas no passado, mas pode afastar esse público leitor.³ Por outro lado, não se pode descurar da necessidade de avanços palpáveis naqueles domínios que são típicos da demografia histórica. Assim, embora sejam observáveis enormes avanços nos estudos de variáveis como a nupcialidade e a composição da população, em tópicos fundamentais permanece o mais profundo desconhecimento. Estudos de migração, natalidade, fecundidade ou mesmo do simples tamanho da população brasileira no período colonial são praticamente inexistentes. Nas partes seguintes deste trabalho, pre-

tendo preocupar-me sobretudo com as variáveis demográficas, procurando perceber como seria possível avançar nas investigações em torno de alguns desses temas.

AS FONTES DE DADOS PARA A DEMOGRAFIA HISTÓRICA

O primeiro ponto a ser considerado para que se possa perceber as possibilidades e os limites dos estudos de demografia histórica no Brasil refere-se aos tipos de fontes com as quais se pode contar nessa tarefa. A preocupação com as fontes sempre foi central para a demografia como um todo, levando um autor a dizer que “grande parte da chamada *demografia formal* dedica-se exclusivamente à crítica e correção de dados empíricos” (Rakkert, 1994, p. 13, grifos no original). Pode-se classificar os tipos de estatísticas demográficas entre aquelas de estoque e de fluxo. As de estoque referem-se às características estáticas de uma população em um momento específico: seu tamanho, distribuição territorial, composição por sexo, idade ou características socioeconômicas. As estatísticas de fluxo permitem captar a dinâmica populacional, abarcando os eventos que transformam essas características: nascimentos, óbitos, migração, mobilidade entre categorias socioeconômicas. (Rakkert, 1994, p. 14)

A demografia contemporânea pode contar com estatísticas geradas basicamen-

² Para uma visão dessas diferentes posturas, vejam-se, respectivamente, Nadalin (1994 e 1997) e Motta & Costa (1997).

³ A esse respeito, veja-se advertência semelhante em Reher (1997)

te com o objetivo de fornecer elementos para análises de planejamento, diagnóstico e avaliação de programas e estudos socioeconômicos em geral. Para o passado, todavia, nem sempre isso é possível. As diferenças observáveis entre os dados disponíveis para os estudos de demografia histórica e suas variações no tempo permitem que se façam divisões quanto à sua produção. Pode-se falar em uma primeira divisão básica, entre uma fase pré-censitária, anterior aos modernos censos decenais, e uma fase censitária, quando passamos a contar com os censos. No Brasil, essa última fase inicia-se em 1872, com a realização do Recenseamento Geral do Império.⁴ Os censos marcam essa diferenciação porque guardam uma série de características que os tornam uma fonte mais segura de informações demográficas. Assim, as informações são coletadas simultaneamente, tomando como base uma única data de referência (os recenseadores perguntam ao entrevistado qual era a situação dos moradores do domicílio naquela data de referência). Há, além disso, uma grande preocupação em estabelecer as áreas geográficas às quais os dados vão se referir, a fim de evitar que as informações de uma mesma área sejam duplicadas. Por outro lado, os censos modernos preocupam-se em garantir o sigilo das informações fornecidas pelo entrevistado, fazendo com que se possa contar com dados mais seguros que aqueles obtidos por outros levantamentos realizados pe-

los governos. Finalmente, os censos modernos são organizados de maneira a permitir que se obtenham medidas bastante refinadas de fecundidade, mortalidade, migração e outras.

Essas peculiaridades dos censos fazem com que, para aqueles períodos em que não podemos contar com tais levantamentos, os dados se apresentem de uma maneira muito mais precária. Daí a denominação de fase pré-censitária. Nessa fase, dispomos, o mais das vezes, apenas de grandes agregados ou de estimativas globais de população. Para os demógrafos historiadores alcançarem um maior refinamento nas medidas demográficas, devem realizar estudos localizados, muitas vezes restritos a alguns distritos, paróquias ou municípios especialmente ricos em fontes. Assim, para o período pré-censitário, as informações passíveis de serem obtidas são, em geral, mais esparsas e menos confiáveis. Marcílio (1986, p. 14) divide o período pré-censitário brasileiro em dois momentos distintos. Um primeiro, chamado de pré-estatístico, inicia-se com a colonização e se estende até meados do século XVIII. Caracteriza-se pela existência de poucas fontes propriamente demográficas, com algumas estimativas globais da população brasileira, em bases frágeis. O chamado período proto-estatístico iria de meados do século XVIII até a realização do Recenseamento Geral do Império do Brasil, em 1872. Nesse momento, os dados de base se tornam mais

⁴ Os critérios e caracterizações da demografia histórica segundo as fontes disponíveis são discutidos em Marcílio (1986b) e Paiva, Carvalho & Leite (1990).

abundantes e permitem estudos isolados.⁵

Quais são essas fontes disponíveis aos estudos de demografia histórica no Brasil? Para o período censitário ou estatístico, a principal fonte são os censos. Os quatro primeiros, que aconteceram em 1872, 1890, 1900 e 1920, apresentam qualidade variável, sendo aqueles situados nos extremos temporais (1872 e 1920) os que inspiram mais confiança. A partir de 1940, os censos passaram a ser realizados em períodos decenais regulares, à exceção do último, de 1991. Os censos mais recentes conheceram um aprimoramento metodológico cada vez maior, incluindo novos quesitos e permitindo a obtenção de medidas demográficas mais precisas e abrangentes.⁶ Ao lado dos censos, que são estatísticas de estoque, existem os registros civis, que são estatísticas de fluxo. Embora tenham sido implantados a partir de 1890, até hoje apresentam falhas de cobertura que dificultam seu uso em séries temporais muito longas.⁷

O período proto-estatístico deixa de apresentar os censos nacionais periódicos e os registros civis, mas pode-se contar com outras fontes de dados. Temos os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos e as listas nominativas e mapas de população, que guardam semelhanças com as atuais fontes de dados demográficos. Assim, procuram medir a

população a fim de estabelecer políticas públicas específicas (determinar as divisões político-administrativas, fixar o número de eleitores, estabelecer as bases da convocação para o serviço militar etc.). Nesse conjunto, as listas nominativas e mapas de população são estatísticas de estoque e os registros paroquiais são estatísticas de fluxo. O outro conjunto de fontes a ser trabalhada pela demografia histórica são aquelas não propriamente demográficas. Embora não tragam informações completas acerca das populações por elas cobertas, são em geral utilizadas pelos historiadores em função da carência de dados. Dessa forma, muitas vezes se lança mão de listas de eleitores, da Guarda Nacional, de estudantes, fontes fiscais, inventários e outras que trazem informações que podem indiretamente fornecer dados demográficos.⁸

Para o período pré-estatístico, as informações são ainda mais precárias. Não existem as listas nominativas ou os mapas de população, contando-se no máximo com estimativas dos totais de determinadas populações (uma vila, uma capitania etc.). Os registros paroquiais então existentes o mais das vezes se perderam, e os poucos que sobreviveram apresentam evidentes problemas de sub-registro. Para trabalhar com esse período, exige-se dos demógrafos historiadores uma especial criatividade. Ademais, consegue-se estabelecer um

⁵ Para essa autora, a fase inaugurada com o Recenseamento de 1872 é chamada de estatística, pois seria aquela em que se pode contar com estatísticas globais confiáveis, fruto dos recenseamentos decenais.

⁶ Veja-se em Rakkert (1994, p. 25-30) uma avaliação dos censos brasileiros, incluindo um quadro com as informações coletadas em cada um deles.

⁷ Sobre o registro civil, veja-se Rakkert (1994, p. 31-36).

⁸ Uma discussão mais detalhada dessas fontes de dados do período proto-estatístico pode ser encontrada em Botelho (1994).

conjunto muito pequeno de variáveis demográficas, cuja quantidade e qualidade reduzem-se à medida que nos afastamos no tempo.

TEMAS PARA OS ESTUDOS DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Partindo da descrição sumária das fontes disponíveis para os estudos de demografia histórica no Brasil, pretendo agora mapear alguns temas e períodos que permanecem pouco explorados. Obviamente, não é um levantamento exaustivo, mas pretende mostrar aqueles aspectos que são carências gritantes do meu ponto de vista. Esses temas podem ser divididos em dois grupos principais. O primeiro deles refere-se aos estudos do contingente populacional em terras brasileiras e sua distribuição espacial desde o momento em que os portugueses se estabeleceram no continente americano. Esse conjunto temático talvez seja o mais banal, já que pretende apenas descrever a população “europeizada” presente nessa porção da América.⁹ Mas é exatamente essa banalidade que o torna ainda mais evidente, já que muito pouco se avançou em tal terreno. O segundo conjunto de temas preocupa-se com as componentes da dinâmica populacional, quais sejam, a mortalidade, a natalidade, a fecundidade, a nupcialidade e as migrações (internacionais e internas). Mais difíceis de serem estabelecidas à medida que recuamos na história

brasileira, essas variáveis continuam pouco exploradas mesmo em períodos mais recentes, como o século XIX.

No processo de incorporação das terras americanas ao Império português, podemos pensar em dois conjuntos humanos principais: as populações autóctones e as adventícias. Dentre as adventícias, existem aqueles contingentes que se dirigiram espontaneamente para a América, formados pelas imigrações, especialmente de portugueses. E existem aqueles deslocamentos forçados, resultado do tráfico atlântico de escravos africanos. Ao tentarmos compreender a evolução do contingente populacional em terras brasileiras ou dos componentes da sua dinâmica demográfica, devemos estar atentos a esses conjuntos específicos.

O contingente populacional em terras brasileiras

A população autóctone

Um dos temas mais importantes da demografia histórica latino-americana é o da determinação do número de habitantes das Américas antes da chegada dos europeus. As estimativas variam enormemente, tendo como conseqüência percepções diferenciadas acerca do desastre demográfico que acompanhou a conquista.

Para o território que viria a constituir o Brasil, essas avaliações são ainda mais precárias. A ausência de organizações estatais pré-colombianas complexas, como aquelas com que se defrontaram os espa-

⁹ Por população “europeizada” refiro-me tanto àquela que veio da Europa (e seus descendentes), como aos africanos e indígenas submetidos ao processo continuado de aculturação que marca o avanço da colonização portuguesa.

nhóis na Meso-América e, posteriormente, nos Andes centrais, bem como uma densidade demográfica bastante inferior e uma conseqüente dispersão pelo território levaram à incapacidade dos portugueses (e mesmo à pouca “utilidade” para eles) em contar ou estimar a população nativa existente em sua área de conquista. Assim, temos estimativas apenas para aqueles contingentes que foram incorporados ao projeto colonizador português, seja através da aculturação nas aldeias jesuíticas e de outros religiosos, seja através da escravização. Para o conjunto das tribos da América portuguesa não contactadas, restaram relatos breves e impressionistas. Foi com base nesses relatos que se construíram estimativas para a população que existia no momento da chegada dos portugueses.

Até 1970, essas estimativas falavam em contingentes que variavam entre menos de 1 milhão e 1,5 milhão de habitantes nas terras que iriam constituir o Brasil atual. Na década de 1970, novas estimativas elevaram esses totais para 2,4 milhões (Hemming, 1978) e mesmo 3,6 milhões (Denevan, 1976 e 1992).¹⁰ De todo modo, são abundantes as evidências de uma redução drástica dos contingentes indígenas, devido às guerras, às doenças disseminadas pelos europeus e à fome resultante da destruturação da cultura e da economia desses povos. Ao final do período colonial, em 1819, uma estimativa da população brasileira falava da provável existência de 800 mil “índios não domesticados” (Oliveira, 1866, p. 159-199). Isso significa-

va uma redução, na melhor das hipóteses, para cerca de um terço do contingente autóctone, resultado do projeto colonizador português.

O que se seguiu à chegada dos portugueses foi um processo de aculturação desses povos, através dos aldeamentos organizados por ordens religiosas (especialmente os jesuítas) e da escravização. Os aldeamentos estabeleceram-se inicialmente no litoral, a partir da adoção, por Portugal, de uma política mais eficaz de colonização. O primeiro governador geral, Tomé de Souza, trouxe consigo jesuítas que se encarregaram de contatar e organizar a população indígena nesse que seria um dos vetores do processo de sua incorporação ao projeto colonizador português. Esses aldeamentos passaram por estagnações, êxitos e fracassos, até que, a partir de 1570, em meio ao forte declínio das populações indígenas, começaram a se espalhar por territórios cada vez mais extensos. Em finais do século XVII, havia religiosos dessa e de outras ordens conduzindo aldeamentos na Amazônia e no sul do país. No século seguinte, seriam pontos geradores de conflitos com os novos rumos adotados pelo Marquês de Pombal na condução da política ultramarina portuguesa.

A outra vertente de incorporação dos indígenas da América portuguesa foi a escravização. As tentativas iniciais feitas pelos primeiros colonos encontraram limites, além dos embaraços culturais, na crise demográfica da década de 1540, resultado da conjunção de guerras, epide-

¹⁰ Em Hemming (1978, p. 487-92), há um sumário das diversas estimativas propostas. Veja-se, ainda, Bethell (1998, p. 130-131).

mias e fome generalizada. A partir de 1560, com a chamada guerra dos caetés, houve o desaparecimento progressivo dos indígenas que ainda estavam estabelecidos no litoral ou em suas proximidades. A partir de então, o abastecimento de mão-de-obra indígena escravizada vai se tornar progressivamente mais precário e se dar cada vez mais graças às expedições de apresamento que se dirigiam ao interior (sempre mais longínquo) do continente americano.

De maneira geral, pode-se dizer que a inclusão desses povos autóctones na população brasileira deu-se sobretudo pela miscigenação. As tentativas dos aldeamentos, de manter o isolamento dos seus indígenas revelaram-se infrutíferas e, após as transformações do período pombalino, foram perdendo espaço definitivamente. Através da escravização e do contato mais ou menos espontâneo, deu-se a incorporação desses contingentes demográficos, de tal maneira que, no censo de 1872, a categoria “caboclos” foi explicitamente pensada para incluir os índios e os mestiços com ascendência indígena.¹¹ O estudo dessa parcela da população deve, pois, levar em conta tanto aqueles contingentes continuamente incorporados aos aldeamentos (religiosos ou laicos), quanto a contribuição dos seus descendentes ao conjunto da população brasileira.

A população adventícia voluntária

Para compreendermos os percursos dos europeus que se dirigiram para a América portuguesa ao longo dos últimos

cinco séculos, é interessante acompanhar as transformações sofridas no processo de consolidação e expansão da colônia portuguesa, os reordenamentos posteriores à ruptura política de princípios do século XIX e as transformações econômicas que se seguiram.

A colonização portuguesa na América teve a princípio um período de exploração inicial e de estabelecimento de feitorias que se estendeu até a década de 1530. A presença de uma população autóctone e o maior interesse português no comércio com a Ásia justificam terem optado por uma ocupação precária. Essa precariedade resultou no pequeno número de europeus, constituído exclusivamente por homens. Embora houvesse a formação de famílias com mulheres indígenas, esta parece ter sido uma alternativa eventual.

A colonização em caráter permanente começou com a vinda de expedições que trouxeram as primeiras pessoas dispostas a se fixarem na terra (Martim Afonso de Souza, 1530-33). A instituição das capitânias hereditárias tinha por objetivo estimular essa colonização permanente dentro daquela conjuntura em que predominava o interesse asiático no império português. Antes de 1550, apenas as capitânias de São Vicente e Pernambuco podiam ser consideradas bem-sucedidas, enquanto em Santo Amaro, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus e Itamaracá o sucesso era apenas relativo. Em São Tomé, Bahia e Maranhão, o fracasso foi total, enquanto as cinco remanescentes permaneceram inexploradas. A década de 1540

¹¹ Sobre a população indígena na colônia brasileira, vejam-se: Hemming (1978), Cunha (1992) e Monteiro (1994).

foi marcada por uma crise, detonada pela reação indígena à ocupação permanente. Conjugada às ameaças de invasões por outras potências marítimas europeias, a recente colônia estava em vias de inviabilizar-se. Dada a crescente perda de espaço no comércio asiático, o governo português resolveu adotar uma postura mais incisiva para o caso da América. Assim, em 1549 estabeleceu-se o governo geral, sob a direção de Tomé de Souza, que envidou esforços para superar o período de incertezas que então se vivia. Os três primeiros governos gerais conseguiram reverter esse quadro e, a partir de 1570, ao final do governo de Mem de Sá, pode-se falar que a colonização portuguesa na América estava consolidada.

A partir daí, assistiu-se à expansão das áreas açucareiras, que passaram a cobrir parcelas cada vez maiores da chamada Zona da Mata nordestina. Mais tarde, a atividade expandiu-se para o sul, encontrando na região de Campos, no Rio de Janeiro, nova área privilegiada de cultivo. Observou-se, ainda, o surgimento de outras áreas de ocupação, como o Maranhão e o Pará no século XVII, e a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande em finais do século XVII e princípios do século XVIII. Mas foi com a descoberta de ouro e diamantes, a partir da última década do século XVII e primeiras do século XVIII, que aconteceu a exploração e definitiva incorporação do interior do continente americano. Até meados do século XVIII, os portugueses percorreram e povoaram amplas regiões situadas ao oeste, além de

explorarem e se estabelecerem em regiões longínquas do vale do Amazonas. Estavam dados, em linhas gerais, os contornos da colônia portuguesa que depois seriam incorporados pelo Estado nacional brasileiro a partir da ruptura política da década de 1820. Já como país independente, o Brasil continuou a receber amplos contingentes de população europeia, mas foi a partir da década de 1870 que esse movimento começou a assumir os contornos de uma imigração de massas. Até meados do século seguinte, continuaram a chegar amplos contingentes, agora acrescidos por aqueles de origem asiática.

Tendo como baliza esse quadro geral, como podemos avaliar o contingente populacional de origem europeia presente em terras brasileiras desde os princípios da colonização portuguesa? Até a década de 1580, os cronistas coloniais fornecem estimativas que, se não podem ser consideradas rigorosas, permitem avaliar com certa eficácia o montante e a distribuição dos europeus nesta porção do continente americano. A partir dos escritos de Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim, José de Anchieta e Gabriel Soares de Souza, é possível estimar uma população branca em torno de 20 mil pessoas em 1570 e de 30 mil pessoas em 1585. Essa população, entre as duas datas, conheceu um rápido crescimento nas capitânicas de Pernambuco e Bahia, tendo recuado nas de Itamaracá, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente. No Rio de Janeiro, embora tenha havido um declínio relativo, a população crescia em termos absolutos.¹²

¹² Para melhor visualizar essas estimativas, veja-se Johnson (1998). Também discutem o tema da população nas primeiras décadas da América portuguesa: Nizza da Silva (1992) e Marcílio (1984).

A partir desse momento, as estimativas tornam-se mais precárias, baseando-se sobretudo em suposições. A expansão da colonização e a complexidade cada vez maior da composição de sua população tornam a tarefa mais complexa, pois fica inviável a produção de relatos semelhantes aos do período inicial de ocupação da faixa litorânea da América portuguesa. As estimativas mais aceitas para o período que vai até a segunda metade do século XVIII foram produzidas por Thomas Ewbank, em 1856, Contrera Rodrigues, em 1935, e Celso Furtado, em 1959.¹³ Contrera Rodrigues fala de uma população total que passa de 100 mil em 1600 para 184 mil em 1660. Nesse total, teríamos 30 mil brancos e 70 mil mestiços, negros e índios em 1600, enquanto em 1660 seriam 74 mil brancos e índios livres e 110 mil escravos. Para 1690, teríamos passado para 242 mil habitantes, sem que se pudesse informar a sua composição. Celso Furtado estima em 300 mil o total de habitantes na colônia portuguesa em 1700, imediatamente antes do grande crescimento provocado pelo rush minerador. Já Thomas Ewbank estima em 1,5 milhão o total de habitantes na América portuguesa em 1766, período em que já havia passado o auge da mineração sem que ela, contudo, tivesse entrado em seu declínio definitivo.

Há uma evidente necessidade de me-

lhorar essas estimativas. Apesar de já se terem passado décadas (ou mesmo séculos) desde que foram elaboradas, ainda não se fez nenhum esforço para revê-las. Uma parte desse esforço pode vir da tentativa de se pensar modelos de sistemas demográficos que dêem conta da dinâmica dessa população. Entretanto, boa parte do trabalho deve ser feita com base em evidências documentais, novas ou renovadas. Um ponto de partida pode ser a tentativa de se estimar a imigração portuguesa para a colônia americana no período em tela. Embora se reconheça que as informações passíveis de ser obtidas nos arquivos portugueses sejam potencialmente menos ricas do que, por exemplo, no caso espanhol, tal estimativa pode vir a ser construída, desde que se tenha um melhor conhecimento das fontes portuguesas ou até mesmo da bibliografia portuguesa que pode ter sido produzida a esse respeito de forma pontual e ainda não sistematizada.

Outro caminho é o acompanhamento da expansão do povoamento português na América. Não apenas a criação de vilas, mas especialmente de freguesias e capelas, além de informações sobre novos engenhos e fazendas, podem iluminar tais questões. Os trabalhos que vêm sendo produzidos recentemente sobre sesmarias e ocupação territorial na colônia também podem fornecer novas evidências.¹⁴

¹³ Essas estimativas foram sintetizadas em Paiva *et al.* (1990, p. 30).

¹⁴ Exemplos de estudos recentes que exploram os dados contidos em cartas sesmarias são: Gutiérrez (1996) e Silva (1996). Não quero entrar aqui na discussão sobre a precedência ou antecedência do Estado português face à expansão da sociedade colonial, já que isto pode influir no peso a ser dado às evidências sobre a instauração de vilas e freguesias, bem como ao reconhecimento de capelas. Da mesma forma, os trabalhos sobre sesmarias têm evidenciado que muitas vezes elas não passam de regulamentações tardias de situações já verificadas de fato. Estas são considerações a serem levadas em conta em qualquer tentativa de estimar a população a partir de evidências tão indiretas. Deixo à etapa do trabalho concreto a tarefa de refletir mais profundamente sobre esses problemas.

Também os relatórios das visitas episcopais trazem importantes estimativas sobre a população das paróquias visitadas. Esses documentos foram muito pouco utilizados com esse propósito. Ao menos para o século XVIII, creio serem repositório valioso de informações demográficas.¹⁵

Da década de 1770 até o censo de 1872, existe uma série de censos parciais que permitem melhorar as estimativas existentes; podemos, pois, usar as fontes do período proto-estatístico. Para as décadas finais do século XVIII, a principal referência é o clássico trabalho de Dauril Alden (1963). Através da sistematização de informações existentes em mapas de população das diversas capitâneas brasileiras, ele conseguiu chegar a médias em torno de 1,8 milhão em 1776 e 2,8 milhões em 1798.¹⁶ Para 1808 e 1823, um documento anônimo publicado em 1895 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dava totais, respectivamente, de 2,42 milhões e 3,96 milhões (autor anônimo, 1895). Nesse ínterim, em 1819, o Conselheiro Velloso de Oliveira apresentou ao governo português uma estimativa de 3,60 milhões de habitantes para todo o Brasil (Oliveira, 1866). Nessas estimativas entraram livres e escravos, de todas as raças. Para 1819 e 1823, também aparece o total de livres e escravos: em 1819, teríamos 2,49 milhões de livres e 1,11 milhão

de escravos, ao passo que em 1823 seriam 2,81 milhões de livres e 1,15 milhão de escravos. Outra estimativa razoável, encontrada para 1854, afirma haver 7,68 milhões de brasileiros, sem discriminar a condição social.

Além dessas estimativas globais, havia os censos parciais que ocorriam sem simultaneidade entre as capitâneas (e depois províncias). Em minha tese de doutorado, localizei mais de uma centena de levantamentos populacionais realizados em diversos momentos nas várias divisões territoriais brasileiras ao longo do século XIX (Botelho, 1998). Através dela, procurei perceber as dinâmicas regionais brasileiras, especialmente no que diz respeito ao balanço entre sexos e à participação dos escravos na população total. Também foi possível acompanhar a distribuição dos habitantes de várias províncias segundo a classificação por raça presente em muitos desses censos. Embora reconhecendo a precariedade de tais elementos isolados, creio ter sido possível perceber uma diversidade regional que abre perspectivas para se pensar dinâmicas demográficas regionalmente diferenciadas. A exploração mais detalhada dessas fontes já levantadas e de outras apenas localizadas certamente permitirá aprofundar a compreensão de temas da nossa população do passado.

Em 1872, realizou-se o primeiro censo geral da população brasileira. A periodi-

¹⁵ Recentemente, para Minas Gerais, foi publicada a transcrição de uma dessas visitas, todavia datada de 1821-1825. Apresenta estimativas para diversas freguesias do bispado de Mariana, evidenciando o potencial dessa fonte para se obter as estimativas de que falo; veja-se Trindade (1998, esp. p. 49-50). Sabe-se da existência de visitas pastorais no território mineiro desde a década de 1720, empreendidas por bispos do Rio de Janeiro ou seus representantes; mas não conheço nenhuma exploração sistemática da documentação porventura gerada por eles.

¹⁶ Utilizo aqui as médias calculadas por Paiva *et al.* (1990, p. 30)

cidade desses levantamentos torna a apuração do evoluir demográfico brasileiro mais tranqüila. Entretanto, até o censo de 1920, é necessário corrigir muitas das informações, especialmente aquelas relativas ao volume e à composição etária.¹⁷ Do censo de 1940 em diante, como já foi enfatizado acima, os levantamentos tornam-se cada vez mais precisos e abundantes em variáveis pesquisadas. São usados intensivamente por demógrafos, mas permanecem pouco explorados por pesquisadoras com enfoques históricos. Ademais, esses censos, especialmente os anteriores a 1940, estão a merecer estudos críticos que corrijam muitos dos erros de impressão encontráveis nas suas diversas tabelas publicadas. Sua passagem para o formato eletrônico facilitaria esse trabalho de correção e tornaria a consulta e utilização mais ágeis.¹⁸

A população adventícia forçada

Um grupo humano crucial para compreender a demografia brasileira é formado pelos africanos, conduzidos ao continente americano pelo tráfico atlântico de escravos. O início da chegada desses povos ao Brasil é incerto, mas, em começos da década de 1540, já existiam em número considerável. Os primeiros cronistas coloniais os incluíram em muitas das suas estimativas de população. Pero de Magalhães Gândavo calculava um total de 2 mil a 3 mil negros no Brasil em 1570, e em 1587

José de Anchieta fixava seu número em 14 mil (Johnson, 1998, p. 268). O avanço da colonização portuguesa com a expansão do cultivo de açúcar e a escassez progressiva de populações indígenas passíveis de escravização tornaram a opção pela escravidão africana bastante viável. Assim, já em finais do século XVI e princípios do século XVII, estruturou-se o tráfico atlântico.¹⁹

As estimativas para o tráfico foram relativamente bem estudadas por diversos pesquisadores. Herbert Klein sintetizou esses dados, mostrando um volume de 50 mil escravos desembarcados no século XVI (1530 a 1600), 560 mil no século XVII, 1,68 milhão no século XVIII e 1,72 milhão no século XIX (até 1852) (Klein, 1990, p. 60). Do ponto de vista do estoque de cativos existentes nos diversos momentos da colonização, permanecem os problemas de falta de informações, já apontados para a população de origem européia. Os dados do tráfico têm que ser complementados por informações acerca da mortalidade e da natalidade dos cativos em território colonial português e, posteriormente, brasileiro.

Em geral, aceita-se uma alta taxa de mortalidade, em função do alto grau de exploração a que estavam submetidos esses escravos. Entretanto, essas taxas devem ser ponderadas segundo o tipo de atividade e o momento histórico vivido. Os trabalhos nos engenhos açucareiros ou

¹⁷ Esforços nesse sentido foram feitos em Mortara (1941) e Merrick & Graham (1981).

¹⁸ Um grupo de pesquisadores do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/FACE/UFMG) tem-se dedicado a tal tarefa no que tange ao censo de 1872. Considero natural que também se invista nos censos seguintes.

¹⁹ Uma excelente descrição explicativa da "opção africana" pode ser encontrada em Schwartz (1988, Parte I).

na mineração eram verdadeiros sorvedouros de homens e mulheres, tendo, conseqüentemente, taxas de mortalidade elevadíssimas. Todavia, essas taxas certamente variaram no tempo, recrudescendo nos períodos de altas do preço e do consumo do açúcar ou no momento de abertura de lavras minerais muito rentáveis. Em outros contextos onde possa ter havido uma menor intensidade na exploração dessa mão-de-obra, a mortalidade pode ter sido menor; é o que pode ter ocorrido, por exemplo, em Minas Gerais, nas áreas de abastecimento e após o *boom* minerador. Além disso, a prática da alforria, mais disseminada entre os portugueses que entre muitos outros povos europeus, funcionava como uma “sobre-mortalidade”, pois provocava a saída do indivíduo da condição de cativo para a de liberto, podendo gerar filhos que nasciam livres.

O tema da natalidade também assume sua relevância. Embora se admita que em geral a taxa de reprodução natural fosse nula ou mesmo negativa, ela se via influenciada pela contínua entrada de novos contingentes africanos e pelo predomínio de homens nesses contingentes. Por outro lado, mesmo admitindo-se que a fecundidade geral das mulheres escravas fosse inferior à das livres, ela poderia variar no tempo e no espaço, influenciada pelos mesmos elementos que apontei para a mortalidade. Esses pontos serão levados em consideração quando discutirmos a dinâmica populacional dos cativos.

Outra conseqüência gerada pela introdução de africanos na América portuguesa foi a miscigenação. As atitudes dos colonizadores portugueses deram vazão a

esse processo, afetando a composição demográfica da colônia. Assim, desde as primeiras décadas do estabelecimento estável de portugueses, começaram a surgir mestiços, entre europeus e africanos, mas também entre africanos e indígenas e entre portugueses e indígenas. Ademais, a disseminação da prática da alforria poderia potencialmente favorecer essa miscigenação, pois homens e mulheres libertos do cativo poderiam certamente desfrutar de um mercado matrimonial mais amplo do que o daqueles que permaneciam escravos. Importa assinalar, pois, que a forte presença de mestiços na colonização brasileira (que, aliás, cresce com o tempo) torna ainda mais difícil estimar a população, pois, a partir do final do século XVI, é necessário levar em conta as influências recíprocas desses contingentes, especialmente nas camadas livres pobres. Esse problema já apareceu quando discuti acima as estimativas de população branca. A partir do século XVII, fica cada vez mais difícil conseguir separar esses elementos, embora se saiba que eles pudessem ter dinâmicas demográficas diferenciadas e, portanto, influenciar de maneira distinta o crescimento populacional. Em verdade, à medida que avança a colonização, é cada vez menos importante a distinção por origem (européia, africana ou americana), mas, antes, por estrato social (elite branca, livres pobres, libertos, escravos, indígenas aculturados etc.). Cabe encontrar o equilíbrio entre a influência dos elementos ligados à condição do estrato social e dos elementos ligados à chegada de novos migrantes, europeus ou africanos. Mas, nesse caso, estou novamente falando de dinâmicas demográficas.

Os componentes da dinâmica populacional em terras brasileiras

Nesta parte, irei preocupar-me com as componentes da dinâmica populacional, quais sejam a mortalidade, a natalidade, a fecundidade, a nupcialidade e as migrações (internacionais e internas). Como veremos adiante, são essas medidas que permitem estudar de modo mais preciso uma população ao longo do tempo, verificando as transformações mais profundas que ela está sofrendo. Essas variáveis são relativamente fáceis de serem estabelecidas para os momentos em que dispomos de censos nacionais. Obviamente, o grau de dificuldade aumenta à medida que se deve lançar mão de censos mais antigos. Para a segunda metade do século XIX e o século XX, temos estudos realizados principalmente por demógrafos, munidos de instrumental estatístico apropriado à obtenção de medidas indiretas. Assim, é possível ter informações gerais sobre a fecundidade, a mortalidade e a imigração estrangeira para o Brasil como um todo.²⁰ Tais informações interessam aos demógrafos na medida em que servem para esclarecer temas típicos da história da população brasileira do século XX, especialmente as migrações em massa da primeira metade do século e a transição demográfica nas décadas mais recentes. Entretanto, ainda não são temas explorados por historiadores.²¹

Para o período que vai de meados do século XVIII até meados do século XIX, a

relativa abundância de fontes do tipo proto-estatístico permite que se consiga estabelecer algumas dessas variáveis, ainda que referindo-se a populações muito reduzidas. Os estudos de reconstituição de famílias podem ser um caminho. Mas, no Brasil, são ainda incipientes e concentram-se, sobretudo, na região centro-sul. Ademais, há as limitações impostas à extrapolação, para a população como um todo, dos resultados obtidos para conjuntos de habitantes pequenos e muito específicos.²² Certamente, deve-se lançar mão de técnicas mais sofisticadas para obter tais variáveis em populações mais extensas e para períodos e regiões mais diversificadas. Em muitos arquivos estaduais existem fontes suficientes para tais estudos, esperando apenas pessoas capacitadas e com disposição para enfrentar tais tarefas.

Para o período anterior a 1750, há uma dificuldade intransponível, que é a ausência ou a fragmentação das fontes documentais. Se já aponte a carência de informações sobre o contingente populacional, devemos esperar ainda menos sobre a possibilidade de encontrar os dados necessários à elaboração de medidas mais precisas. O que proponho, nesse caso, e que serve também como ferramenta para todos os estudos anteriores aos censos nacionais, é pensar em termos de modelos de sistemas demográficos que estariam em vigor no período escravista brasileiro. Marcílio (1984 e 1997) apontou ao menos quatro sistemas demográficos:

²⁰ Para estimativas da fecundidade brasileira desde 1903, veja-se: Carvalho & Frias (1994). Um exemplo de estudo de mortalidade, embora se refira ao caso específico de Recife, é César & Rodrigues (1994). Sobre a imigração estrangeira, veja-se Clevelario Júnior (1997).

²¹ Nesse sentido, fazemos eco à censura a essa ausência, apontada em Marcílio (1997, p. 128).

²² Para uma avaliação desses limites, vejam-se: Reher (1997) e Nadalin (1997).

aqueles das populações livres das economias de grandes plantações, as populações livres das economias de subsistência, as populações escravas e as populações das áreas urbanas. Gostaria de aprofundar um pouco mais nessa sistematização.

Uma população humana qualquer evolui no tempo a partir do balanço entre as entradas e saídas aí ocorridas. A variação no número de habitantes de uma determinada região vai ser igual aos nascimentos nela ocorridos, somados às imigrações, devendo-se diminuir nesse total o número de óbitos e o de pessoas que emigraram. Portanto, a população de uma região após certo tempo é a soma da sua população inicial com o número de nascimentos e de imigrantes, menos o número de mortos e de emigrantes. Em termos formais, pode-se dizer que:

$$P_t = P_o + N + I - M - E,$$

onde:

P_t é a população numa determinada data, t anos após o momento inicial,

P_o é a população inicial,

N é o número de nascimentos no período $t-o$,

M é o número de óbitos no período $t-o$,

I é o número de imigrantes que entraram ao longo do período e permaneceram até o momento t , e

E é o número de emigrantes que se retiraram ao longo do período $t-o$.

Essas categorias mais simples da equação geral da demografia devem ser substituídas por taxas mais refinadas. Assim, ao número de nascimentos deve-se contrapor a natalidade, medida pela Taxa Bru-

ta da Natalidade, que é a relação entre o número de crianças nascidas vivas em um ano e a população total. Ainda mais importante é a fecundidade, medida pela Taxa de Fecundidade Geral, que é o quociente, em um determinado ano, entre o número de nascidos vivos e a população feminina em idade fértil. Essa última medida, no caso brasileiro, deve desdobrar-se em fecundidade legítima e ilegítima, dado o enorme peso desta última; daí a importância de se considerar a taxa de nupcialidade das diversas populações da América portuguesa. O número de mortos, por sua vez, deve ser substituído pela mortalidade, medida pela Taxa Bruta de Mortalidade, que é a relação entre o total de óbitos em um ano e a população total nesse ano.²³

A imigração e a emigração podem ser pensadas numa única medida, representada pelo saldo migratório sobre a população inicial; deve-se, entretanto, dividi-la em migração internacional e migração interna. No caso da migração internacional, desde que se trabalhe com o Brasil como um todo, poderá ser possível estimar uma taxa razoavelmente precisa. A existência de controle na entrada e saída de imigrantes (ao menos para a maioria deles) torna essa tarefa factível. No estudo de regiões específicas do Brasil, será necessário pensar tanto na migração internacional que de fato se dirigiu para aquela região quanto na população interna que foi atraída ou expulsa dali. Essas últimas taxas serão cada vez mais difíceis de se estimar, especialmente porque será

²³ Para uma discussão mais aprofundada dessas e de outras medidas demográficas, vejam-se: Carvalho *et al.* (1994).

necessário levar em conta a mobilidade permanente de determinados setores da população brasileira. Ademais, para estimar o impacto da migração na fecundidade e na mortalidade, será necessário pensar em termos da taxa de permanência desses migrantes, sejam eles internacionais ou internos.

Em termos gerais, e pensando nas diversas regiões do Brasil, podemos apontar o sentido do comportamento de algumas dessas variáveis. As migrações internacionais que se dirigiram para o Brasil durante o período escravista foram basicamente de portugueses e africanos. Os migrantes de outras nacionalidades sempre foram numericamente pouco significativos. A exceção é a segunda metade do século XIX, quando têm início as políticas migratórias para as regiões meridionais do Brasil, para São Paulo e, em menor escala, para outras áreas do país. É necessário mapear o direcionamento desses migrantes dentro do território ou para a região de interesse. No caso das migrações internas, é preciso antes de mais nada mapear a expansão da fronteira ocupada pelos portugueses, daquela comandada pelo açúcar no início da colonização aos novos territórios ocupados graças à mineração aurífera e até as áreas de ocupação estratégica no oeste, norte e sul. Ademais, os livres pobres eram especialmente mais móveis dentro do território americano, enquanto os escravos em geral tinham seu direcionamento dado pelo vetor do crescimento econômico.

As taxas de mortalidade, embora de difícil medição, dada a precariedade das estatísticas existentes, podem ser razoavelmente estimadas. Chama a atenção a au-

sência de graves crises de mortalidade dentro da população da América portuguesa, não se verificando grandes epidemias, crises de fome ou guerras especialmente dizimadoras. As exceções são: as epidemias entre as populações urbanas, relacionadas tanto com a concentração demográfica quanto com o fato de se situarem em portos sujeitos à chegada repentina de novas doenças; as crises de fome do início do período minerador (provocadas pela ausência de um setor abastecedor no momento de implantação da nova área de povoamento) e de algumas secas no semi-árido nordestino (que parecem só se tornar realmente graves a partir do final do século XVIII); e a Guerra do Paraguai, que pode ter afetado de modo especialmente grave algumas áreas, como o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Os grupos humanos que mais devem ter sofrido crises demográficas foram os indígenas; entretanto, a absoluta ausência de dados impossibilita sua consideração. Ademais, estou pensando sempre em termos de população indígena contactada e incorporada aos contingentes europeizados. As taxas entre os cativos eram certamente bastante elevadas, devido às duras condições de trabalho e de vida. Entre os livres, poderiam ser mais brandas entre os mais favorecidos, mas, numa realidade como a que estamos tratando, os diferenciais de mortalidade entre estratos sociais distintos não deveriam variar muito. Todos estavam democraticamente submetidos à mesma precariedade quanto à higiene, à assistência médica e a outros fatores realmente determinantes da mortalidade. Entretanto, vale lembrar que, de maneira geral, prevalecem o des-

conhecimento e as especulações sobre a mortalidade no passado brasileiro, dada a escassez de estudos sobre o tema.

A fecundidade e a natalidade devem ter sofrido variações relativamente intensas dentro da população como um todo. A natalidade entre escravos era certamente muito pequena, especialmente naquelas áreas mais dinâmicas. Como já foi dito, isso se deve tanto às condições mais precárias de vida (que certamente afetavam de maneira mais intensa as mulheres grávidas) quanto à contínua entrada de novos elementos através do tráfico (o que diminuía o peso dos recém-nascidos na população total e acirrava o desequilíbrio entre os sexos). Entre a população livre, a natalidade deve ter permanecido em níveis relativamente elevados, influenciada sobretudo pelo balanço entre sexos. A fecundidade, por sua vez, apresenta um quadro mais sofisticado. Do ponto de vista da população livre, as taxas deveriam ser universalmente elevadas. Entretanto, devem ser consideradas as altas taxas de ilegitimidade, o que leva a determinadas conseqüências. Certamente, uma parcela considerável dessa fecundidade ilegítima provinha de uniões estáveis, ainda que pudessem ser resultado de mais de um parceiro; poderíamos pensar, então, em termos de uma poliandria sucessiva. Outra parcela dessa fecundidade ilegítima, contudo, poderia ser “acidental” ou “fortuita”, sem que houvesse uma união estável entre os pais; nessa parcela da população feminina, a fecundidade certamente seria restringida pela ausência (ou ao

menos a infreqüência) do parceiro (ou de parceiros). A questão é determinar o peso da fecundidade ilegítima na taxa geral de fecundidade e o peso dos dois tipos apontados de fecundidade ilegítima na parcela da taxa geral de fecundidade a cargo da fecundidade ilegítima. Entre os escravos, a fecundidade poderia ser apenas ligeiramente inferior à dos livres, pesando bastante, nesse caso, a ilegitimidade. O elemento que realmente determinava as pequenas taxas de reprodução natural dos cativos era muito mais a contínua entrada de novos elementos via tráfico, o que provocava a pequena influência dos recém-nascidos sobre a população em geral. A diminuição da entrada de novos escravos em uma determinada região certamente geraria um maior peso da reprodução natural na composição do crescimento de uma população cativa. Resta chamar a atenção para a nupcialidade. Como fica claro acima, ela influencia na fecundidade em terras brasileiras de uma maneira muito peculiar, pois não existe a rígida restrição imposta à ilegitimidade na Europa. Assim, é necessário mapear os comportamentos de nupcialidade na colônia americana, chamando a atenção para as diferenças regionais e para as distinções face ao observado em Portugal.²⁴



Procurei refletir neste trabalho sobre os rumos e, principalmente, as lacunas observáveis nos estudos da população brasileira no tempo. De maneira geral, pare-

²⁴ Ainda que se reconheçam influências de determinadas regiões portuguesas sobre o comportamento colonial, estou pensando sobretudo nos achados para Minas Gerais expostos em Ramos (1993).

ce-me que há evidentes problemas de carência generalizada de informações. A destruição sistemática de documentos, especialmente aqueles de caráter local, torna difícil recuperar uma parcela importante da trajetória seguida por nossa população. Entretanto, creio que o principal fator limitante desses avanços tem sido a falta de estudos mais sistemáticos e organizados em torno de temas realmente relevantes no desvendamento de nossa demografia. De maneira geral, o uso criativo das fontes de que dispomos e o socorro a arsenais mais sofisticados da demografia formal podem resolver parte considerável dos problemas que hoje impu- tamos às fontes. Faltaria, pois, a disposição para enfrentar tal tarefa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. *Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, may 1963.

BETHELL, Leslie. Nota sobre as populações americanas às vésperas das invasões européias. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. v. 1: América Latina colonial, p. 129-131.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. São Paulo, Universidade de São Paulo. (Dissertação, Mestrado em História Social).

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. São Paulo, Universidade de São Paulo. (Tese, Doutorado em História Social).

CARVALHO, José Alberto Magno de; FRIAS, Luiz Armando de Medeiros. Fecundidade nas regiões brasileiras a partir de 1903: uma tentativa de reconstrução do passado através das gerações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1994. v. 2, p. 23-46.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. Belo Horizonte: ABEP, 1994.

CÉSAR, Isaura de Albuquerque; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. A transição epidemiológica no Recife: 1929-1990. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994. Caxambu. *Anais ...* Belo Horizonte: ABEP, 1994. v. 1, p. 23-41.

CLEVELARIO JÚNIOR, Judicael. A participação da imigração na formação da população brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 51-71, jan./dez. 1997.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DENEVAN, William M. (Ed.). *The native population of the Americas in 1492*. Madison: editora, 1976.

DENEVAN, William M. (Ed.). *The native population of the Americas in 1492*. 2. ed. Madison: editora, 1992.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Terras e gado no Paraná tradicional*. São Paulo: USP, 1996. (Tese, Doutorado em História Social).

HAKKERT, Ralph. *Fontes de dados demográficos*. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

HEMMING, John. *Red gold: the conquest of the Brazilians Indians*. London, 1978.

JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. v. 1: América Latina colonial, p. 241-281.

KLEIN, Herbert. Tráfico de escravos. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 53-61.

- MARCÍLIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 125-143, jan./dez. 1997.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A população brasileira em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero da (Org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 11-27.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. The population of colonial Brazil. In: BETHELL, Leslie (Ed.). **The Cambridge History of Latin America**. Cambridge: editora, 1984. v. 2: Colonial Latin America, p. 37-63.
- MEMÓRIA estatística do Império do Brasil, oferecida ao Marquez de Caravelas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 58, pt. 1, p. 91-99, 1/2^o trimestres 1895.
- MERRICK, Thomas W; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORTARA, Giorgio. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 39-89, jan./mar. 1941 e v. 2, n. 6, p. 267-276, abr./jun. 1941.
- MOTTA, José Flávio. Contribuições da demografia histórica à historiografia brasileira. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9, 1994. Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994. v. 3, p. 273-95.
- MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 151-157, jan./dez. 1997.
- NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. Belo Horizonte: ABEP, 1994.
- NADALIN, Sérgio Odilon. A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 145-149, jan./dez. 1997.
- OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Velloso de. A Igreja do Brasil, ou informação para servir de base à divisão dos bispados projectada no anno de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas as suas diferentes classes, na conformidade dos mappas das respectivas províncias, e numero de seus habitantes, pelo conselheiro ... **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 29, pt. 1, 1^o trimestre 1866. p. 159-199.
- PAIVA, Clotilde Andrade; CARVALHO, José Alberto Magno de; LEITE, Valéria da Motta. Demografia. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas históricas do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. p. 19-52.
- RAMOS, Donald. From Minho to Minas: the Portuguese roots of the mineiro family. **Hispanic American Historical Review**, v. 73, n. 4, p. 639-662, nov. 1993.
- REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, v. 14, n. 1/2, p. 101-124, jan./dez. 1997.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, Brasília: CNPq, 1988.
- SILVA, Edma José. **Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-1770)**. Goiânia: UFG, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A população. In: JOHNSON, Harold; SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **O império luso-brasileiro: 1500-1620**. Lisboa: Estampa, 1992. p. 305-333.
- TRINDADE, José da Santíssima. **Visitas pastorais de D. Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

CIDADES DA AMÉRICA LATINA: MODERNAS OU MODERNIZADAS?

Elizabeth Parreiras*

RESUMO

Neste trabalho, propõe-se analisar o caráter da urbanização da América Latina, buscando vinculá-lo ao processo de modernização imposto de fora para dentro, marcado pela perspectiva de integrar esse continente à lógica do capitalismo, de sua formação até a era da economia global.

Palavras-chave: Modernidade; Modernização; América Latina; Dependência; Lógica do capitalismo; Globalização.

By the year 2015, Latin America will be the urbanized region in the world, with 28% of its population living in cities of a million or more inhabitants. How can we make the megalopolis into a proper home? (Vourvoulias)

No século XXI, a maioria dos habitantes do planeta estará vivendo em áreas urbanas dos mais diversos níveis e perfis, mas sobretudo urbanas; e esse tema se impõe agora como reflexão para nós da América Latina, como área das grandes concentrações urbanas desordenadas e violentas.

Esta análise se baseará em conceitos de modernidade e modernização e na aplicação desses conceitos à trajetória de urbanização neste continente. A riqueza e a complexidade do que vem a ser modernidade (tantos conceitos, tantas visões opostas e complementares entre si) pro-

movem e alimentam uma multiplicidade de discussões e obras, todas elas buscando defini-la e capturar o seu sentido. No entanto, no geral, fica patente que o século XIX é o momento em que os contornos dessa modernidade se tornam nítidos, depois de um longo processo de gestação. Assim sendo, a sociedade industrial, de produção mecanizada em série, marcadamente urbana e urbanizada, veloz na comunicação e transporte, fundada no primado da razão e na intercomunicabilidade entre ciência e produção, na mercantilização e mercadorização dos bens e serviços em constante processo de expansão

* Professora do Departamento de História – PUC Minas.

territorial, e tudo isso sob o olhar vigilante e a ação intervencionista do Estado nacional, é a expressão visível e palpável do que chamamos modernidade, estreita e indissolúvelmente ligada ao processo capitalista.

Embora não seja uma redução pura e simples, ao final do século XX o capitalismo global caminha para além da modernidade e indica a ruptura desse parâmetro, mas não é o que se quer discutir aqui. Posto o que se entende por modernidade, é preciso desenvolver o conceito de modernização que, fundado na concepção de Eisenstadt (que trabalha a aplicação desse conceito sobre a mudança social e edificação institucional da América Latina), é aqui entendido como um processo dinâmico e direcional de mudança de um estágio tido como tradicional para uma sociedade moderna; portanto, a modernização já carrega em si o caráter de transição. José Clovis Machado, na introdução ao livro de Eisenstadt, afirma que “a modernização é vista, então, dentro da perspectiva de um processo dinâmico a partir de um estágio que já se salientou com propriedade ser histórico, no sentido de ser um passado já vivido e experimentado, o tradicional, para um futuro supra-histórico, isto é, o moderno, que embora possa ser o presente atual dos países avançados, não foi ainda experimentado ou vivido pelas sociedades latino-americanas contemporâneas expostas ao processo de modernização”. A modernização é tida então como processo rumo à modernidade, vivida de forma endógena tanto pela sociedade europeia que a originou como pela América Latina, nesta de forma exógena e de cima para baixo, com o

objetivo de integrar esse continente à lógica do sistema capitalista e ao processo civilizador que lhe é inerente. Na América Latina, a modernização impõe uma modernidade que revitaliza a “colonização” e o atrelamento às economias capitalistas dominantes. Longe de ser um processo libertador das amarras do tradicionalismo, temos aqui uma modernização “conservadora”, porque reproduz e aprofunda a submissão ao grande capital internacional.

A aplicação desse conceito de modernização se fará dentro do corte temático-cronológico – as cidades latino-americanas, na era da globalização e na dinâmica do neoliberalismo, como cidades modernizadas e não modernas.

UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A história da urbanização da América Latina remonta ao período colonial. Tanto as cidades da área portuguesa quanto da área espanhola foram fundadas sob o patrocínio e o interesse do Estado mercantilista, na intenção de proteger o seu domínio. Mesmo considerando a diversidade, a trajetória histórica de cada cidade ou de cada conjunto de cidades, elas são uniformizadas sob a forma de exploração e administração. Fica evidenciado que o fio condutor do processo de fundação da urbanização na América Latina está definitivamente atrelado à concepção ibérica de dominação e fechado no processo de acumulação primitiva de capitais através do saque e da exploração colonial, via economia mineratória, agricultura comercial, comércio escravista, pirataria, uso da

mão-de-obra indígena sob os sistemas de *mita* e *encomienda*, além da ação acumulativa do capital usuário e mercantil. Embora as áreas coloniais da América Ibérica estivessem desde logo inseridas nesse contexto, o mundo americano apresenta-se para o europeu como algo completamente novo, a exigir uma organização política, administrativa e econômica à imagem e semelhança da Europa nesse período. Portanto, as novas terras foram submetidas desde logo ao padrão do conquistador, ao mesmo tempo em que também estabeleciam limites culturais e naturais à ação ibérica: “La ciudad fue europea en un mundo poblado por otras gentes y con otra cultura” (Romero). O tipo de exploração econômica impõe peculiaridades às cidades que se vão constituindo. Qualquer que seja o tipo de cidade, a sua relação com a metrópole é o ponto básico que as une e uniformiza. No conjunto colonial as zonas mine-ratórias geram cidades singulares, na medida em que, devido à novidade desse tipo de exploração, elas criam uma personalidade urbana muito própria. A exploração de metais promove um afluxo populacional de grande volume e conseqüente surto urbano, estranhas cidades com traços campestres. Os primeiros povoados quase reproduzem a lenda de Mídas – a voracidade pelo ouro e o esquecimento da infra-estrutura de sobrevivência. São cidades que crescem a olhos vistos e percorrem em menos de um século um processo inteiro, da fundação ao declínio. A dependência com relação ao mercado externo é grande, tanto para os produtos de sobrevivência quanto para os de luxo que os metais proporcionavam, daí uma intensa circulação mercantil. Nas

minas portuguesas desenvolveram-se, em torno dessas cidades, atividades agrícolas de autoconsumo e, segundo pesquisas recentes realizadas pela historiadora Virgínia Valadares, há um equívoco sobre a existência de manufaturas de tecidos na Minas setecentista: elas não existiram. Não foi desenvolvida nenhuma atividade comercial intensa de tecidos desta com outras capitanias, nem a mão-de-obra escrava foi desviada da lavoura de autoconsumo e da mineração para a atividade manufatureira. As cidades da área mineratória criaram um mercado aquecido e sofisticado e uma dependência externa acentuada; suportaram o peso do controle metropolitano e, na contramão, desenvolveram um espírito de liberdade e libertário próprio das antigas cidades européias da Idade Média Central (séculos XI-XIII) – “O ar da cidade dá a liberdade”, diz um provérbio alemão.

Além das cidades das áreas mineratórias, as cidades portuárias são significativas, porque é através delas que opera o circuito colônia-metrópole. Assim as cidades da América Latina colonial espelham nas suas origens o que vai pela Europa.

A crise do sistema colonial, coincidindo com o declínio das potências ibéricas e com o estabelecimento do capitalismo em países da Europa, principalmente Inglaterra, inaugura um novo ciclo de dependência, já na fase de acumulação capitalista. Essa dependência se prolonga e vai tomando as formas que o capitalismo central quer e precisa. É sobre essa dependência que Castells se fundamenta no estudo sobre o processo de urbanização da América Latina:

(...) y las formaciones sociales latino-americanas nacieron por tanto bajo el signo de la dependencia colonial, en sus variantes española y portuguesa. (...) continuando luego con el paso y la dependencia de tipo capitalista imperialista, notoriamente con la dominación económica directa de los Estados Unidos. (Castells, 1973, p. 7)

UM POUCO SOBRE A TESE DE DEPENDÊNCIA

É esse caráter de dependência que marcou e marca o histórico da urbanização da América Latina, reforçando a idéia de um processo de modernização exógeno, delineado por interesses externos. Com tais características, esse processo perde, de início, todas as possibilidades do que se poderia chamar “espontaneísmo”, nascido de uma construção própria e endógena. Dessa forma, o que seria uma urbanização dentro do que foi apresentado no conceito de modernidade, degrada-se num arremedo de modernidade, corroborando a idéia de que esse “espírito” tão do mundo europeu-capitalista encontra nas áreas periféricas seus limites estruturais intransponíveis, portanto inconclusos – apenas uma modernização.

Singer contesta a análise de Castells, indagando “em que medida é legítimo supor que a história latino-americana *não é mais* que uma sucessão de dependências (colonial, capitalista – comercial e imperialista)?” (Singer, 1975, p. 64). O ponto passível de crítica está no “*não é mais*”, porque exclui outras possibilidades de explicação para os problemas do processo de urbanização da América Latina e suas gravosas seqüelas. Singer desenvolve toda

uma argumentação, demonstrando o quanto é problemática essa relação única e fechada da dependência. Para ele,

o problema fundamental é a gênese do capitalismo monopolista na América Latina e os fatores que condicionam sua expansão. Nos países que iniciaram seu desenvolvimento antes de 1950, quando o capital estrangeiro começou a penetrar maciçamente na indústria dos países que se desenvolviam, o capitalismo monopolista inicialmente surge dominado pelo capital nacional, privado e público. Os monopólios internacionais, de base americana, européia e japonesa, já encontravam, nesses países, uma estrutura de mercado adequada para sua penetração. (...) A entrada do capital estrangeiro constituiu, nesses países, um dos fatores dinâmicos...

Pressupõe-se que tal não aconteceu nos países latino-americanos. Algumas questões se tornam aqui necessárias: que países são esses? Como áreas periféricas do capitalismo, como conseguiram driblar a ação intrusiva do capital que tudo ocupa? Que mecanismos de independência conseguiram promover? Não há respostas. Entenda-se o capitalismo como um sistema fundado na desigualdade – “a civilização da desigualdade”, como o definiu Schumpeter. A relação de dependência entre as partes desiguais que o compõem é uma decorrência natural. Com isso, o processo de urbanização da América Latina, atrelado ao processo capitalista – urbano por excelência – explica-se pela parte frágil da relação de dependência.

A AMÉRICA LATINA NO TEMPO DA GLOBALIZAÇÃO

Dando um salto no tempo, chega-se aos anos 90 do século XX, quando a terceira grande depressão do capitalismo ain-

da em curso impõe uma nova formatação ao sistema, na busca de mecanismos de superação. É a fase que se convencionou chamar de globalização, processo de reestruturação econômica do capitalismo (um devir) com base na informatização da produção, na velocidade das informações e do trânsito do capital, na revolução tecnológica (pós-industrialização), na expansão urbana generalizada e no seu subproduto político-econômico, o neoliberalismo.

Qual é o papel da América Latina nesse contexto? A globalização reforça a dependência ao capital internacional e abre novas perspectivas para a construção tardia da modernidade, fundada no primado da liberdade e da razão instrumental, na etapa da modernização das massas? Que impactos esse “novo” capitalismo provoca sobre a urbanização latino-americana?

O novo paradigma tecnológico (com base na microeletrônica e novos materiais) ameaça e põe em perigo a economia e a sociedade dos países em desenvolvimento. Ainda ancorados na produção industrial convencional – fordismo periférico – esses países receberam, como um *Deus ex machina*, os impactos acelerados do novo paradigma e não tiveram como se adaptar logo à nova divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a América Latina entra em outro estágio de dependência – importação de tecnologia avançada e serviços informacionais dos países centrais, paralelamente mais presa à voracidade do capital especulativo, que produz riqueza sem produção, crescimento sem trabalho. Os impactos sobre a sociedade em geral são dramáticos, porque aprofundam os desníveis sociais, ampliam o universo de pobres e indigentes num

grau de exclusão jamais visto na história.

Outro grande problema social decorrente da “quebra” do padrão fordista-periférico que caracteriza a produção industrial latino-americana é o desemprego. Enquanto se abrem as portas para um novo tipo de trabalhador de segmento primário independente (altamente qualificado) e secundário (não qualificado), restringe-se o mercado para a força de trabalho primário subordinada da economia formal. Se o agravamento do desemprego ocorre em escala mundial, nas áreas da economia periférica os impactos são excessivamente danosos. O que interessa também aqui é analisar, enfim, os resultados do desemprego e do empobrecimento generalizado da população sobre o processo de urbanização na América Latina, vinculado ao conceito de modernização.

Segundo Pradilla Cobos, ao estabelecer a relação entre neoliberalismo (como parte da globalização) e a questão urbana neste continente, as cidades gigantes são resultados do desgaste dessa ideologia: “(...) las ciudades del neoliberalismo, que son las versiones más contradictorias conocidas de la ciudad capitalista, pues muestran todos sus vicios y han perdido algunas de sus pocas virtudes, han profundizado sus conflictos y añadido otros problemas nuevos a nuestro extenso objeto de estudio y crítica”. O autor aponta sete traços marcantes desses “novos” espaços urbanos: gigantismo, desordem, privatização, fragmentação, exclusão, conflito e violência. Esses traços da nova urbanização convivem com a etapa de modernização das massas, produzindo um fato paradoxal e ao mesmo tempo instigante nas áreas urbanas latino-americanas.

O paradoxo está na incompatibilidade entre os vícios da superurbanização, entendida como explosão demográfica das cidades, e a modernização das massas, que tem produzido uma população urbana empenhada na conquista da plenitude da cidadania.

(...) a revolução burguesa latino-americana não resolve a questão nacional. Produz escassa articulação da sociedade civil com o Estado. Pouco faz no sentido de favorecer ou generalizar a metamorfose da população em povo, cidadãos. Em geral, alcança êxito no terreno econômico. Abre os espaços do mercado; dinamiza a produção de mercadorias; desenvolve as forças produtivas; favorece a produção do lucro ou mais-valia; institui o trabalho livre, alienado. Mas não favorece a transformação do trabalhador em cidadão, não constitui o povo como uma coletividade de cidadãos (...); a revolução burguesa pouco desenvolveu a sociedade civil, o povo, a cidadania, os princípios de liberdade e igualdade, opinião pública, partidos políticos independentes do poder estatal e de longa duração, processos eleitorais regulares e confiáveis, entre outros ideais e prática da ordem burguesa. (Ianni, 1986, p. 129-132)

Portanto, não se constituiu aqui a modernidade no sentido político-ideológico nas primeiras ondas de urbanização.

O novo estágio do capitalismo – globalização –, na medida em que se fundamenta na velocidade das informações, vai permitir que a circularidade das informações promova a modernização das massas, impulsionando a participação política formal (direito de voto) e real da comunidade, buscando acesso a posições de poder, ampliação de sua habilidade em influenciar a legislação e as decisões. A modernidade, antes apanágio de uma classe assentada sobre o capital, é apreendida e ampliada por setores sociais mais amplos do espaço urbano.

Enquanto o Estado neoliberal vai se abstraindo das questões sociais, incapaz de assumir seus compromissos de mais equidade e de garantia dos direitos básicos do cidadão, transferindo essa função para o poder municipal, a sociedade civil assume um papel cada vez mais expressivo, o que pode ser considerado como uma capacidade inovadora de se adaptar e superar os problemas promovidos pela globalização, embora tendo como ponto de partida os movimentos pelos direitos humanos nascidos durante as ditaduras das décadas de 70-80.

A forma como a sociedade civil latino-americana se organiza hoje pode ser considerada, de maneira otimista, como uma “revolução” das classes populares, uma revolução de baixo para cima, tomando formatos variados conforme os objetivos diversos e específicos que quer atingir. Esses organismos têm obtido não só recursos financeiros, mas também estratégicos, e criado novas lideranças para resolver os problemas básicos da população e garantir o desenvolvimento das comunidades. Buscando apoio e parceria com organizações internacionais, a sociedade civil vem buscando criar um novo corpo de leis de interesse público, assim como promover o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas. Isso é o que só se poderia chamar de “modernidade de massa” ou processo extemporâneo da modernidade na América Latina. Apesar do caráter inovador e salutar dessa modernidade, há enormes desafios a vencer, como os resíduos e as permanências do longo e presente processo de modernização; deles, o mais importante é a barreira promovida pelo arcaico, excludente e alienante sistema de educação.

Assim, neste final de século, na América Latina, a expansão do espaço urbano avança de forma irreversível. A velocidade de tudo quebra a barreira espacial. Como parte integrante da comunidade capitalista, não há como escapar, pelo menos por enquanto, da submissão ao processo de modernização imposto pelo capital das grandes empresas transnacionais e, portanto, marcado pela dependência. Já são perceptíveis os novos sinais desse processo: muitos dos centros urbanos latino-americanos já têm acentuadas características das chamadas cidades globais, centros internacionais que estão na direção da economia mundial, vendendo “mercadorias organizacionais” e interconectando em rede mundial a dinâmica de capitais e negócios.

Londres, Nova York, Tóquio são exemplos dessas cidades e representam o próprio espírito do capitalismo central nessa fase. A ação dessas cidades globais do centro só se concretiza quando se estabelece uma sinapse com suas co-irmãs das áreas periféricas. Assim, nessas áreas, “novos” espaços urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e outras estão de-

envolvendo as mesmas características daquelas que são de fato o espaço dos *headquarters* das mega-empresas.

Aqui o processo de modernização é observável e coloca a América Latina como área de dependência. Suas cidades modernizadas servem como reforço dessa situação. Nesse sentido, na era da globalização, este continente é uma “globônia”. Por outro lado, na contramão do processo de modernização, a organização da sociedade civil latino-americana, desenvolvendo de forma inovadora um interesse público, busca a consecução de um projeto de cidadania moldado originalmente na concepção de modernidade, uma revolução das classes expropriadas e urbanas, a formulação de políticas públicas voltadas para seus interesses e necessidades, tendo como alguns dos agentes estimuladores a “democratização” e a circularidade das informações.

Desruralização da cidade no século XIX, desindustrialização no século XX, a cidade contemporânea perdura, contudo, na sua essência. E sua essência está em outro lugar, na função da troca. (Le Goff, 1988, p. 33)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en América Latina. In: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.
- EISENSTADT, Shomuel N. **Modernização e mudança social**. Belo Horizonte: Editora do Professor, 1986.
- IANNI, Octávio. **Classe e nação**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEGOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1988.
- NABUCO, Maria Regina. Segmentação, terceirização, espaço. In: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, n. especial, p. 49-61, 1989.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: VALLADARES, Lícia; PRÉTECEILLE, Edmond (Org.). **Cidade, povo e nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

QUIJANO, Anibal. La formación de un universo marginal en las ciudades da América Latina. In: CASTELLS, M. (Org.). **Imperialismo y urbanización en América Latina**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1973.

ROMERO, J. L. **Latinoamérica**: las ciudades y las ideas. México: Siglo Veinteuno, 1976.

SINGER, Paul. Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: _____. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975. (Edições CEBRAP).

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder**: Martinho de Melo e Castro e a administração de Minas Gerais (1770-1795). 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

VOURVOULIAS, Alberto. The laboratory of urbanism. **Time**, Nova York, v. 153, n. 20, p. 36-37, May 1999.

WILDE, Alexander. Harnessing the power of ideas. **Time**, Nova York, v. 153, n. 20, p. 106-108, May 1999.

OS SILÊNCIOS E TANTAS HISTÓRIAS...*

*Núbia Braga Ribeiro***

RESUMO

Este artigo pretende refletir sobre os silêncios da história oficial contidos nos documentos escritos, propondo alternativas para conhecimento da história da Pedreira Prado Lopes através do uso das fontes orais. Essa favela está localizada na região noroeste de Belo Horizonte, possuindo cerca de 8.000 habitantes. Sua formação remete à própria construção da capital. Dessa maneira, é uma das mais antigas favelas, representando a luta pelo direito à cidade, porém as fontes escritas quase não fazem menção à sua trajetória.

Palavras-chave: Cidadania; História oral; Memória; Exclusão.

A partir da historiografia, é possível elucidar a constante busca nessas últimas décadas por novos objetos de estudo, novas abordagens e novos problemas, aos quais se acrescentam os “novos” documentos, já existentes, mas agora considerados importantes. Peter Burke, Michel de Certeau, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Carlo Guinzburg, entre outros importantes estudiosos, ressaltam a necessidade de se ampliar os horizontes. Discussões como: a história vista de baixo, a micro-história, o cotidiano, as mani-

festações culturais e sua diversidade, o popular e os silenciados ganham cada vez mais relevância para o historiador. É uma busca pela riqueza da pluralidade humana e desafia perceber, para além do oficial, as trajetórias que compõem também o campo do fazer e do refazer histórias de vidas não registradas ou superficialmente registradas. Essa ampliação vem ocorrendo, também, na historiografia brasileira a partir das últimas décadas, abordando diferentes temas e épocas.

São muitos os historiadores que hoje

* Este artigo é fruto das reflexões levantadas a partir do projeto de pesquisa “Vila Viva: cidadania e memória da Pedreira Prado Lopes”, elaborado por uma equipe de professoras do UNI-BH, da qual sou coordenadora.

** Mestre em História Social pela USP-SP. Professora nos cursos de História do UNI-BH e da PUC Minas.

comungam da necessidade de se estudar o marginalizado, a prostituta, o menor abandonado, o excluído, o desclassificado, o herege, a mulher, as relações de gênero, o negro, o indígena, as manifestações culturais e formas de resistência, a sexualidade, a cidade, seus signos e habitantes, dentre vários outros que não foram devidamente abordados em suas trajetórias.¹

A partir do exposto, acreditamos que a história da Pedreira Prado Lopes está inserida nessa busca de maior conhecimento da realidade em torno daqueles que fizeram sua história não oficial. Para isso, é preciso retirar do silêncio as palavras e fontes que permitam ir além das informações tradicionalmente existentes.

Dessa maneira, este artigo surgiu da necessidade de se pensar as omissões e o descaso da história oficial, dos documentos escritos que não contemplam a memória das favelas e, por que não dizer, tantas memórias e tantas histórias, especificamente da Vila Pedreira Prado Lopes. Essa é uma trajetória não encontrada nos discursos dos prefeitos, nem na documentação sobre a história de Belo Horizonte. Referências sobre a região da Lagoinha existem, mas sobre a Vila há o silêncio ou a imagem de algo ofensivo à sociedade. Os meandros do silêncio aparecem como códigos a serem decifrados. Lembro-me de uma aula do Prof. Caio Boschi, quando este mencionou que a história diz algo através do silêncio, da ausência. Pergun-

to-me sobre as fagulhas do tempo em que desaparecem os registros, sobre os motivos que levam à seleção do que se guarda ou que simplesmente são postos à parte.

O silêncio tratado aqui é entendido não só como ausência, mas captado também enquanto o momento exato em que a palavra cessa para dar origem à reflexão e daí à própria palavra. Há duas formas principais de silêncio: uma é a da omissão daquilo que não se quer expressar, lembrar, dizer, escrever, registrar, mas a outra refere-se ao instante anterior da palavra, do pensar, para o porvir existir como algo dito, concebendo a palavra:

Começamos a esquecer como é fecundar o silêncio, entendendo silêncio não como ausência de palavra, mas como condição de existência da própria palavra; o que existe é a constituição simultânea de idéias, silêncios e palavras; é o intervalo entre as palavras – o silêncio – que dá sentido à linguagem; em síntese, a palavra não é aquilo que existe para suprimir o silêncio, que existe apesar do silêncio, mas a palavra existe graças ao silêncio. (Novaes, 1999, p. 13)

Percorrer os dois silêncios é também o trajeto do historiador, tanto a ausência quanto o intervalo, o não dito e o não escrito pelas forças que manipulam a memória ou que trazem falas e escutas à memória. De um lado, o oficial, guardado nos arquivos; de outro, o que é guardado na própria fala dos corpos, das casas, dos barracões, dos becos e das ruelas, dos habitantes do morro. Ambos os silêncios nos interessam, pois foi preciso o intervalo inclusive para que este texto vies-

¹ Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Eni de Mesquita Samara, Renato Pinto Venâncio, integrantes do CPDOC com a história oral, Lucília Neves, Liana Maria Reis, Luiz Mott, Maria Lúcia de Barros Mott, Mary Del Priore, Kátia Mattoso, Maria Odila, Luciano Figueiredo, Luzia Ribeiro são alguns, de forma geral no Brasil, dentre vários outros também importantes. Ficaria exaustivo listar aqui todos os que vêm se dedicando a esses campos da história antes desconsiderados.

se a ser. Segundo Novaes: “Como se perdem, a cada instante, miríades de fatos fora do pequeno número daqueles que as palavras habitam?”. (Novaes, 1999, p. 12)

A vila só aparece nos noticiários quando ocorrem crimes, tráfico de drogas e violência. Ela representa, como todas as outras favelas, aquilo que a sociedade produz, a polícia reprime e os políticos em época de campanha lembram. Sua trajetória não é registrada numa outra perspectiva, por significar o repúdio à forma de vida que ali está. Esquecemo-nos de que o humano habita e adapta-se às condições mais perversas que lhe são impostas. Sua imagem se nos apresenta encoberta por uma bruma. Ao nos lembrarmos de sua existência e ameaça incômoda, não conseguimos enxergar para além da violência e do crime.

Nós, “a gente do asfalto”, como um dia ouvi um dos seus moradores referir-se aos que não moram em cima da “pedra”, temos o nosso olhar ofuscado, como se a fumaça do medo não permitisse vermos a vida que também existe na vila. Enquanto a gente da “pedra” não ameaça, não lembramos que existe. No entanto, quando ameaça, a “gente do asfalto” pede socorro ao Estado e à polícia, que atacam a consequência, mas jamais a causa.

O outro (morador da Pedreira) é o diferente e a causa disso vem das condições econômicas, pois o social impõe seu limite em função do ter e do poder, que dividem e aglutinam iguais ou não. Negar que a violência, o tráfico e o crescente índice de assaltos estejam vinculados ao aumento da miséria e das precárias condições seria continuar respaldando as diferenças e as desigualdades.

O desemprego aparece como se fosse culpa do indivíduo e não um problema coletivo de ordem social e de interesses políticos. Será que já nos esquecemos que o próprio sistema precisa do seu exército de reserva e de muitos que esperam a vaga do amanhã? Nem todos esperam e se lançam ao mundo da criminalidade como forma de chegar a algum lugar nesta sociedade, mesmo que este seja ilícito. “Olha aí, é o meu guri... ele me disse, seu moço, que um dia chegava lá...” (Chico Buarque, **Meu guri**). Não se pode generalizar, mas muitos que buscam na transgressão da ordem uma forma de sobreviver e de adquirir os bens materiais incorrem na violência. A fome e a miséria atrofiam o corpo e a alma. Como é possível esperar uma atitude diferente diante de um jovem que já está viciado pela droga e pelo próprio crime? Sem acesso a outras possibilidades de vida, de educação, de um lar, de lazer, de saúde e de amor, torna-se difícil uma outra referência para se desenvolver nesta sociedade. Embora muitas crianças consigam crescer e ser um adulto trabalhador, herói social sobrevivendo com salário mínimo, sem envolvimento com o crime, outros tantos desistem dessa tentativa e partem para o outro lado.

Os horrores do crime e da violência, mesmo que um assalto não envolva agressão física, são hoje comentários frequentes que escutamos ou até mesmo vivenciamos em todos os lugares. Nos assusta sabermos que não estamos imunes a tal fato e que, ao sairmos para trabalhar ou mesmo divertir, estamos sujeitos e expostos a uma situação dessas. Realmente é terrível! Mas é igualmente terrível saber que um jovem ou uma criança, em vez de es-

tar na escola, está com uma arma, preparando-se para o mundo da bandidagem e não o da cidadania.

As oportunidades de uma vida digna são quase vetadas. É evidente que nas favelas o crime existe e é levado para fora, ocupando as ruas da cidade, explicitando a nossa incapacidade de reconhecer que o outro, o diferente, existe porque sua marca é registrada a partir da própria diferença. A tão sonhada igualdade humana só chega no tribunal quando se tem que fazer “justiça”, ou na cadeia, quando o indivíduo é reduzido à ala mais obscura da sociedade. Aí lembramos que somos iguais perante a lei. Volto então a afirmar que continuaremos horrorizados com os comentários dos crimes que as pessoas próximas a nós vivem e pelos quais até nós mesmos já passamos. No entanto, combate-se a consequência e não a causa.

A Pedreira, como as outras favelas, hoje denominada Vila, não é só o lugar onde também existe a criminalidade. Essa não é a característica mais presente, nem sua imagem pode estar vinculada somente a esse pensamento. Famílias de trabalhadores e de desempregados, de segunda a sábado, até mesmo domingo, rumam para os diferentes pontos da grande Belo Horizonte para realizarem suas atividades e buscarem novas maneiras lícitas de sobrevivência. Sua história, não só a da ocupação de seu espaço, mas a de seus moradores, remonta à construção da capital mineira. Em sua origem, a Vila está ligada à família Prado Lopes. No início das obras de Belo Horizonte, o então engenheiro Antônio Prado Lopes Pereira, de 1ª classe da comissão construtora da capital, 3ª divisão, já explorava o local para dali retirar

pedras e usá-las na edificação de casas da cidade. A transformação em favela veio aos poucos, com a urbanização. Aqueles que não tinham um lugar no traçado urbanístico da cidade planejada fizeram do silêncio nascer a resistência e a morada. A palavra “pedreira” refere-se à extração de pedras, mas formula uma outra idéia: a capacidade de se fazer em cima das pedras o lar, de fazer o duro ganhar flexibilidade e o bruto ser lapidado por vida, mesmo que precária.

A intervenção na região da Lagoinha é significativa de como o Poder passa a atuar na reordenação da cidade. Esta área ficava justamente a meio caminho de um novo complexo de lazer e turismo que estava sendo construído para a população de alta renda da cidade: a Pampulha. A Lagoinha é a porta de entrada da Avenida Antônio Carlos, que faz a ligação da cidade com a Pampulha. (Silva, apud Cenas, 1994, p. 136)

É a desconstrução do espaço idealizado. A pedra resiste ao tempo e o humano resiste à imposição dos limites sociais e econômicos. Os conflitos são visíveis, bem como as desigualdades. “Os grandes problemas aí eram a prostituição e a favela Pedreira Prado Lopes (...). Dizia-se claramente que a cidade não poderia conviver com a zona boêmia e a miséria de forma assim tão próxima...” (Silva, apud Cenas, 1994, p. 136). Em 1955, o Prefeito Celso Mello de Azevedo cria a Comissão de Departamento com o objetivo de cadastrar as favelas. Em contrapartida, intensifica a criação das Uniões de Defesa nas favelas.

Para evocar a etimologia, segundo o dicionário Aurélio, “pedra” vem do grego *pétra*, pelo latim *petra*, matéria mineral dura e sólida, da natureza das rochas; e pedreira é rocha ou outro lugar de onde

se extrai pedra. Na íngreme Vila, a *petra* foi usada para abrigar. À medida que se sobe, há mais um morador ou famílias inteiras que, podemos inferir, aí se instalam não só pela localização próxima ao centro, que facilita o deslocamento, mas pelo crescente empobrecimento na cidade e pela falta de condições de vida e de emprego no meio rural, que leva as pessoas a buscarem uma nova e melhor vida. Esses motivos são velhos conhecidos da história. A cidade incha, a periferia se alarga e as favelas próximas ao centro aumentam, tanto quanto aumentam a miséria da maioria e a riqueza da minoria. A globalização e a tecnologia existem para alguns, pois, para muitos, a luta ainda é pelo “pão de cada dia”.

O invisível é logo ali. Quando ultrapassamos sua barreira, o nosso reflexo pode vir a ser uma imagem nem sempre a mais agradável, nem sempre a mais desejada, pois a forma visível oscila: “Às vezes o espelho aumenta o valor das coisas, às vezes anula. Nem tudo o que parece valer acima do espelho resiste a si próprio refletido no espelho”. (Calvino, 1999, p. 54)

A Pedreira está longe de ser o império e as cidades de Kublai Khan e das descrições de Marco Polo sobre suas maravilhas, mas, como o próprio viajante aponta, as cidades também são feitas de um emaranhado de relações. Neste a Pedreira se encontra, não fora, mas dentro do próprio real, esquecida nos discursos oficiais e registrada por quem a habita. É no arco ou na ponte que o arco faz, estabelecendo o elo entre o fora e o dentro, entre o interior e o exterior das coisas e daquilo que lhes dá vida que se pode perceber a dimensão e a existência do aparentemente oculto:

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.

— *Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.*

— *A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.*

Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo.

Depois acrescenta:

— *Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.*

— *Sem pedras o arco não existe. (Calvino, 1999, p. 79)*

As pedras têm muito o que contar (o espaço físico da Vila, suas construções), mas mais têm aqueles que construíram o arco (seus moradores). Através da oralidade, de depoimentos dos moradores, da experiência vivida, da ocupação do espaço, das leituras e da relação com esse espaço e seus habitantes, da cotidianidade e seus problemas, é possível recuperar a memória da Pedreira, mesmo que através de fragmentos.

O registro da memória encontra-se nas falas, nas vivências, nos signos, nas imagens da própria Pedreira. A maneira como a população se organiza e faz do espaço seu habitat mostra a memória enquanto construção da cidadania, originada pela necessidade de reconhecimento do direito à vida e do direito à cidade.

A memória está para a história assim como o homem está para a vida, em conformidade com a condição humana. A referência maior à busca da dignidade humana está nas condições de vida, na qualidade ou não de vida. Daí, percebe-se a Pedreira como parte da segregação social e da exclusão econômica, como o lugar onde excluídos do espaço denominado urbe respondem enquanto exercício da cidadania e da liberdade de participar

desse espaço como cidadãos e cidadãos. A pedra vira morada e inclui-se, mesmo que indesejada, no traçado urbano.

Vale o retorno à história que só volta enquanto memória, pois o que passou permanece assumindo novas relações que, embora diferenciadas, pairam como um fantasma cultural. A população negra, desde a escravidão até os dias de hoje, reclama o que lhe é de direito, não só a liberdade, mas a tão necessária igualdade de participação e de escolha. Os habitantes da Vila são em sua maioria negros e/ou miscigenados. No entanto, só faz escolha quem tem opção. E a opção é reconstruir espaços, tempos, memórias, rumo a uma legitimidade de negros, de mulatos, de brancos, de caboclos, de mamelucos, de indígenas, de todo ser humano enquanto cidadãos, co-participantes da realidade e, principalmente, “senhores de suas vidas”, opções e escolhas. No entanto, estamos longe de sermos “senhores de nós mesmos”. Isso vale para o negro, para o mulato, para o indígena (que de passagem é bom lembrar, embora este não faça parte do estudo em questão, não se autodenominava dessa forma – palavra vinda com o colonizador) ou para aquele que é branco e pobre nesta sociedade. O negro sofre a discriminação racial, além da social e da econômica, e o índio continua sendo tratado como um incapaz.

Tal reflexão ultrapassa a Pedreira e busca em todas as dimensões do social compreender a segregação ou repensar tantas histórias, atingindo o campo do “egóico”, das relações de dominação, dos vestígios de séculos de escravidão.

É preciso lembrar a incessante necessidade do capitalismo em forjar sua retó-

rica de liberdade. Esta é a cultura da discriminação construída historicamente: “Negro só trabalha na base da chibata”; “índio é preguiçoso e incapaz”; pobre e mendigo, seja branco ou não, se é que podemos falar em branco como raça pura, “não vai à luta, não gosta de trabalhar, prefere roubar ou pedir esmolas, é mais fácil”. Falas absurdas assim permeiam o nosso cotidiano, reforçam a discriminação, só servindo para dar razão à ilusão capitalista e ao seu *slogan*: basta trabalhar que você chega lá! Concomitante a isso é apregoada a liberdade de ir e vir, de comprar, de lutar e conseguir, através do suor, um lugar ao sol. Quanto suor e quanto sol que não trazem a terra, o teto, a educação, o acesso à dignidade. Este ainda é o país que espera! No caso da Pedreira Prado Lopes, seus habitantes labutam esperando, quem sabe, não a cesta básica na época de eleição, mas o básico necessário para todos os dias.

A realidade, embora seja um terreno escorregadio, configura-se, através das luzes da cidade, por cima dos muros, dos prédios, das vias e dos viadutos, como um enigma cobiçado por todos e só penetrado por poucos.

Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana, nas ruas os mendigos com esparadrapos podres cantam música urbana (...), os uniformes, os cartazes, os cinemas e os lares, nas favelas, coberturas, quase todos os lugares e mais uma criança nasceu...” (Russo, “Música urbana”).

O desfrute da *urbe* acontece, mas com lugares para cada um. Afinal, diante de tantos *outdoors* e de mercadorias à mostra, mais se contempla do que se compra: somos iguais diante da lei e de Deus, mas

é um árduo caminho para ser escutado tanto pela lei quanto por esse Deus que cobra seu dízimo ou sua acomodação.

A memória não é só a lembrança do que se foi, não é só a fotografia envelhecida, muito menos só o relato de tempos idos e de textos escritos, a memória é tudo isso e mais o que isso diz de nós mesmos. Seus significados são revelados através daquilo que nos constitui como pessoas, como ser social, como cidadãos, como parte desta existência. E fazemos memória mesmo que não tenhamos consciência disso. A vida não é exata nem predeterminada, mas uma infinidade de junções e de rupturas que vão sendo tecidas por nossas ações ou pela falta delas e até por nossos silêncios. Será que o silêncio não fala? Pode nossa percepção captar nesses intervalos muitas palavras!

As histórias de vida são fragmentos que compõem a memória coletiva, não de indivíduos isolados, mas de indivíduos que constituem a coletividade, do conjunto de fatores que movimentam uma época, um momento significativo para aqueles que o presenciam. São interpretações, visões de mundo, de sonhos e de imaginários que, unidos, testemunham com olhares diferentes e formam a maneira pela qual nos relacionamos e ocupamos um espaço.

Quando compreendemos que "memória coletiva" nada tem a ver com memórias de indivíduos, não mais podemos descrevê-la como a expressão direta e espontânea de dor, luto, escândalo, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles. A brilhante definição, "memória dividida", precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia im-

plícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de diferentes memórias. (Portelli, 1998, p. 127-128)

Recuperar a memória da Pedreira e de seus habitantes é recuperar um pouco de todos nós, da própria Belo Horizonte. É recuperar histórias, lutas, marcas; é não esquecer o que somos e aquilo que fazemos. É trazer para o debate e para a escuta os anseios e as questões cotidianas dos moradores da Pedreira. Talvez recuperar para lembrar aos políticos de suas próprias mazelas enquanto reivindicam aumentos e regalias, fazendo muitas vezes um mau uso da palavra, distorcendo-a, retirando seu significado e empregando-a para as elaborações discursivas de comemorações, de homenagens aos "grandes" personagens da história, deixando aos "pequenos" apenas o silêncio e o esquecimento proposital.

Le Goff, em **Documento/Monumento**, lembra Febvre (1996, p. 540), quando se pergunta se não é nossa função fazer falar o que é mudo e buscar, onde não existem documentos escritos, outras formas em que se registra a história. Continua, ainda, a afirmar que tudo que pertence ao homem e é deixado por ele ao longo de sua trajetória é um registro, uma fonte. Então por que não pensarmos que a Pedreira é um documento/monumento, entendendo monumento não somente como os bustos dos heróis e dos mitos erigidos pelas tantas praças de Belo Horizonte ou o pirulito da Praça Sete, mas como o que se ergue pelo extra-oficial involuntária ou voluntariamente como uma saída para fazer sua própria história. Monumento enquanto herança do passado

e documento enquanto testemunho, porém em fase de reconstrução, dinâmico e mutável.

Os limites sempre são quebrados e a aparente desordem vira o signo da ordenação da vida, já que, de outra forma, não teria lugar, nem existiria. A Pedreira é uma forma dessa dinâmica. A ironia da história talvez seja esta: enquanto uns produzem memórias enaltecidas, sucessão de fatos ordenados, linearidades bem compostas, outros as refazem na descontinuidade, na quebra, na criação de brechas e deixam-nas registradas nas imagens da própria cidade.

Somos um pouco de tudo. É a composição humana e seus contrastes: sobrevivência, fome, miséria, abandono, angústia, contas para pagar, impostos e impostos, desejos, amores, festas, poesias, memórias e outras histórias.

Os silêncios ora ganham forma e linguagem, ora são apenas fragmentos de oralidades e de lembranças, mas que contêm tantas histórias não escritas. É o acervo dos acasos, do contingencial e também das decisões políticas encerradas em seu mundo, nos gabinetes que fazem de tantos tão pouco caso. Escrevem suas histórias orgulhosos de que o futuro os lembrará, como se suas ações não fossem relidas por outros olhares e as revelassem enquanto uma falácia de jogos e de interesses. O tabuleiro (referência à planta de Belo Horizonte) pode ser aparentemente bonito e bem desenhado. No entanto, as pedras do jogo podem dar o xeque-mate ao esperado, ao planejado. Daí surge o inusitado nessa composição. A saída é para aqueles que traçam uma história não oficial, o esquecimento. Para os que contro-

lam a versão oficial, a tentativa é de ordenar as pedras novamente. Mas o humano é mais que pedras e mais que o próprio tabuleiro. São as mãos, as mentes que lideram o jogo, porém as relações humanas e sociais recriam outras possibilidades. Daí a perspectiva de o silêncio trazer a palavra. Há muitas formas de resistir, depende do que se entende por resistência, já que não há um lugar para ocupar. Dentro do previsto faz-se o imprevisto e lugares são criados virando o tabuleiro, deixando as mãos e as mentes atordoadas.

Se o crime, a violência, a desordem nas favelas e a ameaça são os registros divulgados e assustadores, é porque algo saiu dos planos ou, quem sabe, do esperado. Não há saída enquanto continuarem atacando a consequência. É a causa que deve ser combatida. Isso será possível com uma mudança na qualidade de vida. Portanto, o velho tabuleiro terá que ser guardado ou repensado numa outra perspectiva. Mesmo que se construam condomínios fechados, *shoppings*, e se fabriquem carros blindados, a vida será encerrada no controle possível do limite. O transbordamento, porém, é certo.

As favelas constituem não só os morros e periferias, mas estão presentes debaixo dos viadutos. A pauperização é vista nas caixas de papelão que alguns fazem de "casa", nas esquinas das ruas próximas aos prédios e nas praças. Aglomerados humanos em precárias condições de vida por toda parte se alastram, mostrando a incompetência ao lidar com a noção de gente.

A quase ausência de referências escritas oficiais sobre a história da Vila Pedreira Prado Lopes nos levou a indagar sobre muitas questões que talvez a história oral

possa responder, em parte. Será a história de seus moradores, uma vez contada por eles, com todas as escapadas que a memória caprichosa às vezes gosta de pregar, mas será uma outra leitura e também uma história.

As falas vêm e vão conforme o acervo que a memória traz, às vezes um pouco apagada, às vezes contraditória, outras nem lembrada. Porém, onde não se tem o recurso da fonte escrita, devemos encontrar outro lugar para dar início a uma “ar-

queologia” dos fragmentos quase imperceptíveis e a uma “antropologia” da linguagem oral. Os silêncios são rompidos e as tantas histórias vêm confrontadas por pluralidades de visões que dispensam o tabuleiro e fazem mãos e mentes dedicarem-se a um outro labor: tecer o percurso nada linear e retilíneo das relações humanas, composto não de matéria bruta e dura como a pedra, mas de matéria mortal repleta de sentimentos e de necessidades.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva: história antiga e média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. 3. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos objetos. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História**: novos problemas. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de julho de 1994): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 103-130.
- SILVA, Regina Helena Alves da. A cidade de Minas. **Cenas**: Belo Horizonte. Belo Horizonte: PBH, 1994.

O ESPAÇO E O LUGAR DA PARTICIPAÇÃO

Sonila Morelo*

RESUMO

O tema do presente artigo é o espaço e o lugar da participação política do cidadão. A atual democracia praticada nas cidades brasileiras – em que a via representativa é predominante em relação à direta – tem provocado uma reação de apatia nos cidadãos? Que propostas se apresentam como alternativa efetiva para proporcionar uma ampliação da participação? Para discorrer sobre essas questões e entender o espaço e o lugar da participação, propõe-se uma leitura das formas de participação política em cidades brasileiras à luz do paradigma da democracia ateniense.

Palavras-chave: Democracia; Cidadania; Participação.

Segundo Kevin Lynch, todo cidadão participa ativamente na composição do cenário urbano: “Não somos apenas observadores deste espetáculo, mas sim parte ativa dele, participando com os outros num mesmo palco”. (Kevin, 1980, p. 11-12)

No âmbito político legalmente instituído, quando se fala de grandes centros urbanos, a composição final do espetáculo tem sido realizada, na verdade, com uma participação muito pequena dos atores. A cidade deixou de ser o lugar da manifestação da diferença a que Aristóteles se referia: “Uma cidade é construída por

diferentes tipos de homens; pessoas iguais não podem fazê-la existir”. (Aristóteles in Sennett, 1997, p. 13)

Se considerarmos que o “lugar” é onde se distribuem os elementos nas relações entre as pessoas e o “espaço” um lugar praticado, conforme a concepção de Certeau (Silva, 1997, p. 164), poderemos constatar que os espaços nas cidades estão reduzidos a poucos lugares, principalmente se pensarmos nos espaços legais de participação política.

Para Finley, a apatia é resultante da forma democrática adotada atualmente, segundo a qual a participação está restrita

* Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais.

ao voto, emitido de quatro em quatro anos, na maioria dos países ditos democráticos. Assim, a atual prática democrática elimina, por um longo período, a participação direta do cidadão nas decisões. As decisões são tomadas somente por representantes. O cidadão não decide, por exemplo, se a verba disponível será destinada à construção de uma praça ou de um hospital, mas elege de tempos em tempos um representante que irá tomar tais decisões.

A apatia (...) é uma reação de retraimento provocada pela desigualdade no acesso de diferentes grupos de interesse àqueles que detêm o poder decisório, em outras palavras, uma resposta "à evolução na política", que "atribuiu primazia funcional à legitimação da autoridade sobre a articulação de interesses". (Finley, 1988, p. 119)

O argumento da funcionalidade da democracia tem-se mostrado, na realidade, o principal componente do discurso que nega a democracia direta, que retira do cidadão o direito de participação. Esse discurso, no entanto, não é justificável quando a referência é uma cidade pequena, o bairro de uma metrópole, uma escola ou instituição. No caso brasileiro, o problema da democracia está, principalmente, na forma centralizada do poder político. Roberto DaMatta (1993) diz que: "... o Estado não somos nós, não temos nada a ver com o Estado (...). O espaço entre o Estado e a sociedade continua sendo um fosso ..." (p. 57). Esse distanciamento da sociedade em relação ao Estado pode ser verificado também na relação entre o cidadão e a cidade. Entretanto, algumas experiências de ampliação do espaço público têm mostrado que é possível responder de forma criativa e efetiva ao desafio

de mudar o tradicional mecanismo democrático pelo qual a participação do cidadão está limitada à eleição de representantes.

Entre as promessas não cumpridas pela democracia moderna analisadas por Norberto Bobbio, uma refere-se ao espaço de participação política, que se encontra restrito, mormente, às eleições. Um espaço muito restrito, se considerarmos a periodicidade com que ocorrem as eleições. Bobbio defende um gênero "anfíbio" de democracia. Gênero que comporta tanto a representatividade quanto a participação direta. Para Bobbio, "democracia representativa e democracia direta não são dois sistemas alternativos (no sentido de que onde existe uma não pode existir a outra), mas são dois sistemas que podem se integrar reciprocamente". (Bobbio, 1986, p. 52)

A experiência de Porto Alegre – Orçamento Participativo – é um exemplo da viabilidade de implementação de uma forma de gestão pública que objetiva a socialização do poder, conferindo aos habitantes direito de decisão administrativa sobre os vários assuntos da cidade. O projeto Orçamento Participativo de Porto Alegre teve início em 1988, com uma aceitação extremamente significativa em termos de comparecimento das pessoas nas plenárias regionais. Em 1990,

(...) o Orçamento Participativo já se desenhava como um fato político, estruturador de uma nova relação política do Estado com a sociedade em Porto Alegre. [...] "Algo de novo", na maneira de governar, estava efetivamente acontecendo. (Genro; Souza, 1997, p. 27)

A contribuição do Orçamento Participativo é, realmente, trazer à cena política

uma nova prática de administração pública, que conjuga democracia representativa e democracia direta. A forma direta é o elemento novo no cotidiano político. Através da descentralização das decisões, com a criação de regionais organizadas para promover plenárias de livre acesso e manifestação dos cidadãos, foi possível atender às prioridades de cada bairro de acordo com a verba disponível. Com a participação e o resultado prático (realização das obras votadas pelos moradores da região), surge uma nova consciência de cidadania entre a população: o povo passa a se identificar com o governo.

O estudo sobre a cidade antiga grega pode trazer uma contribuição ao debate atual sobre o espaço público e participação popular pela via direta. “Afinal de contas, foram os gregos que descobriram não apenas a democracia, mas também a política – a arte de decidir através da discussão pública...” (Finley, 1988, p. 26). No ambiente da *pólis* grega, foi possível o estabelecimento de uma nova forma de pensamento político em que o poder ou governo – *kratos* – era exercido pelo povo – *demos*.

Quando se fala em democracia grega, o exemplo colocado em evidência é a cidade de Atenas. Pois, durante pelo menos dois séculos (do V ao IV a.C.), Atenas proporcionou uma unidade à civilização grega, dominou politicamente o mundo Egeu e esteve no centro de toda a produção artística, que se encontra em grande parte conservada, viabilizando pesquisas sobre essa cidade (Mossé, 1985, p. 17). Outro elemento que viabiliza o estudo de Atenas como paradigma de democracia é a constituição de um *logos*, de uma palavra voltada para o político, cuja essência se

concentra na ação. “A pátria do homem não é senão a pátria do *logos*, pois o *logos* é o grego, e o grego é o ático. [...] Atenas, doravante, só age falando”. (Cassin, Loraux, Peschanski, 1993, p. 50)

Em **As origens do pensamento grego**, Vernant observa que as muralhas que cercavam a *pólis* tinham função prática de segurança, mas também representavam a necessidade de união daqueles que ali habitavam. As construções não são feitas em torno do palácio real como anteriormente, mas em torno da *Ágora* – lugar público de discussão de assuntos de interesse geral. Nas ruínas do palácio, lugar que foi durante longo período referência de um poder centralizado na figura do *basileu*, são construídas as *Acrópolis* – espaço reservado a partir de então ao sagrado, à religião. Essas mudanças de ordenamento do espaço físico e político nas cidades antigas ocorreram de forma complexa. Entre o poder centralizado e a democracia, as cidades antigas passaram por outras experiências políticas, como a oligarquia e a tirania. Em seu estudo detalhado sobre esse processo de mudanças nas cidades gregas, Glotz lembra que toda a história desse período “está prenhe de revoluções e contra-revoluções, de morticínios, banimentos e confiscos”. (Glotz, 1980, p. 87)

Na construção do regime democrático, a novidade expressa-se no espaço público para o comércio de artigos variados e também para as assembleias populares, na *Ágora*. Nesse lugar se faz possível, inicialmente, a construção do espaço democrático, ou seja, da *isegoria*. É isso que torna a noção de poder do Estado algo inteiramente diferente: “... O Estado é precisamente o que despojou de todo caráter

privado, particular, o que, escapando da alçada de gene, já aparece como a questão de todos” (Vernant, 1986, p. 32). Esse “todos”, lembremos, refere-se aos iguais, os cidadãos.

O governo era, assim, “pelo povo”, no sentido mais literal. A Assembléia, que detinha a palavra final na guerra e na paz, nos tratados, nas finanças, na legislação, nas obras públicas, em suma, na totalidade das atividades governamentais, era um comício ao ar livre, com tantos milhares de cidadãos com idade superior a 18 anos quantos quisessem comparecer naquele determinado dia. Ela se reunia freqüentemente durante todo o ano, no mínimo quarenta vezes e, normalmente, chegava a uma decisão sobre o assunto a discutir em um único dia de debate, em que, em princípio, todos os presentes tinham o direito de participar, tomando a palavra isegoria, o direito universal de falar na Assembléia, algumas vezes empregado pelos escritores gregos como sinônimo de “democracia”. E a decisão era pelo voto da maioria simples daqueles que estivessem presentes. (Finley, 1988, p. 31)

De acordo com Heródoto, as reformas efetuadas por Clístenes ao dividir os atenienses em dez tribos – em vez das quatro então existentes – ampliaram a participação e conquistaram para sua facção o apoio do povo que, antes, estava excluído de tudo (Herodotus, V, p. 65-6). Aristóteles confirma o alcance político-democrático que o regime fundado por Clístenes promovia. Destaca ainda outras medidas que efetuaram a mistura dos cidadãos, ampliando o contingente da cidadania e fortalecendo a participação popular.

Estando como líder da multidão nessa ocasião – no quarto ano após a deposição da tirania (...), repartiu todos os cidadãos em dez tribos em vez de quatro, com o propósito de misturá-los, a fim de que mais pessoas participassem do regime (...), compôs o conselho com quinhentos membros em vez de quatrocentos, cinquenta de cada tribo... (Aristóteles, 1995, p. 51)

Dentre outras medidas que visavam à participação de forma igualitária, as citadas são especialmente importantes pelo fato de destituírem a antiga organização fundada em laços de sangue, substituindo-a por uma ordem geométrica e geográfica, criando as condições para a democracia (Mossé, 1985, p. 24). Segundo Loraux (1993), nesse momento inicial das reformas empreendidas por Clístenes ocorre uma ampliação do espaço participativo, na medida em que se incorporam ao corpo de cidadãos muitos estrangeiros e escravos metecos. (p. 17)

A ampliação do espaço político na *pólis*, segundo Vernant, caracteriza-se também pela publicidade dos conhecimentos através da escrita que, a partir do séc. VIII a.C., constitui uma técnica de uso cada vez mais amplo. Para o autor, a popularização da escrita foi uma reivindicação surgida com a necessidade de redação das leis no contexto do nascimento da cidade. Por esse viés, entende-se que a palavra escrita, além de assegurar a permanência das leis, subtrai a autoridade privada dos basileus que tinham a função de dizer o direito. Através da escrita, o direito torna-se um bem comum, pois apresenta-se disponível a todos. (Vernant, 1986, p. 37)

Para Detienne, por mais absoluto que tenha sido o império da palavra mágico-religiosa (caracterizada pela eficácia, atemporalidade e inseparável de condutas e valores simbólicos) no ambiente da cidade, foi possível a elaboração da palavra-diálogo, pautada pela laicização, inscrita no tempo, provida de uma autonomia própria e ampliada às dimensões de um grupo social. Na perspectiva de Detienne, o advento da cidade grega marca o fim

do sistema em que os juramentos decidiam através da força religiosa. A palavra atinge sua autonomia tanto na função política, quanto no reconhecimento do real. (Detienne, 1988, p. 45 e 55)

Com o surgimento da *pólis* e a instauração do espaço público, o poder se relacionará com a eloquência do discurso, da palavra dita. “A *arché* não era mais fundamentada nas armas, mas agora de outra forma, no combate através da palavra, o *agon*, acrescido de um outro componente, a persuasão, *peithó* (Rocha, 1995, p. 116). O poder da palavra está situado em sua capacidade de convencimento, já que as decisões são tomadas a partir de votações precedidas de debates. “A arte política é essencialmente exercício da linguagem...” (Vernant, 1986, p. 35). Portanto, uma argumentação convincente é fundamental para a aprovação de uma idéia pelo voto da maioria. As tragédias e comédias produzidas na Atenas do século V a.C. são os principais testemunhos da importância atribuída à arte de falar. Quem não ficaria convencido, por exemplo, da razão de Médeia? O discurso da personagem de Eurípides é mais forte, mais convincente que suas próprias ações.

No seu estudo sobre a cidade e a experiência corporal de seus habitantes, Richard Sennett destaca a importância da voz enquanto instrumento de manifestação da cidadania em Atenas. Sennett observa que a democracia ateniense dava à liberdade de pensamento a mesma ênfase atribuída à nudez. O desnudamento do pensamento pela liberdade da voz é comparado à nudez dos atletas nos ginásios. Para um ateniense, a educação tanto do corpo pelos exercícios físicos e competi-

ções olímpicas, quanto da oratória, ou arte de falar em público, era fundamental na prática da cidadania. (Sennett, 1997)

Não há dúvidas sobre a importância da escrita em relação à popularização do direito, sem a qual a democracia ficaria comprometida com interesses de grupos restritos. Por outro lado, a tradição preservou a oralidade como o meio principal de manifestação política. A cultura grega antiga era, essencialmente, oral. Como Finley exemplifica, Sócrates foi o único filósofo que recebeu a “pena de morte” naquela época e ele nunca escreveu nenhuma linha (Finley, 1988, p. 172). Isso demonstra que a liberdade de expressão estava condicionada a interesses comunitários ou outros, colocando em xeque a real possibilidade de um desnudamento total do pensamento.

De acordo com Sennett, o mostrar, exibir e revelar marcaram as pedras de Atenas. As construções arquitetônicas da cidade tendem a valorizar a projeção da voz. Se na *Ágora* a voz era dispersa e o debate acontecia entre grupos antes da votação, na colina de Pnice a construção em forma de teatro ampliava a voz emitida de um plano inferior e expunha a palavra à apreciação de todos os presentes na Assembléia (Sennett, 1997, p. 50-51). “O dizer em público e decidir em público foi o que constituiu a publicidade da vida na *pólis*”. (Rocha, 1995, p. 119)

A harmonia entre a carne (o cidadão) e a pedra (os lugares públicos) comportava também contradições. A fisiologia grega justificava direitos desiguais e espaços urbanos distintos. O debate era apenas propício aos homens, que possuíam o corpo mais aquecido, segundo a teoria anti-

ga da reprodução (Sennett, 1997, p. 38-40). Se, por um lado, a cidade grega “é o modelo por excelência, origem e paradigma da democracia”, por outro

funciona à custa de exclusões: um pequeno grupo de cidadãos, para poderem estar próximos, ao alcance da voz, contra o resto do mundo, estrangeiros e bárbaros. E tendo, em seu próprio interior, as mulheres, os metecos e [...] a massa dos escravos, [...] fora do político. (Cassin, Loraux, Peschanski, 1993, p. 7)

Sennett (1997) enfatiza que, apesar de não haver a participação dos “corpos frios” das mulheres nos espaços públicos instituídos, existia por parte delas a recusa do sofrimento passivo. Recusa manifestada através de rituais, em especial a Thesmophoria – que dignificava o corpo feminino frio – e a Adonia – que restaurava nelas o poder da fala e do desejo, que lhes fora negado por Péricles na Oração Funeiral. “... A maior glória de uma mulher está em evitar comentários por parte dos homens, seja de crítica ou elogio”. (p. 61)

Esses dois rituais exemplificam uma maneira encontrada de responder ao desprezo social, permitindo aos seres humanos comportarem-se como agentes ativos e não como vítimas passivas diante da exclusão. Se o pensamento político grego moldava a democracia em torno do *logos*, os rituais davam existência a zonas mágicas em que os poderes do *mythos* agiam por gestos como dançar, beber e cantar, que celebravam o compromisso recíproco entre os participantes (Sennett, 1997, p. 72-74). Outro exemplo de integração cívica é a participação das mulheres e dos escravos nas festas em honra do deus Dionísio. Momento singular de apagamento de diferenças, da festa todos participam

em condições de igualdade e é isso que torna possível a subversão da ordem.

A participação intensa das mulheres no seu culto, assim como a dos escravos, é reveladora dos perigos que ele representa para a ordem da póliade. A presença de Dionísio provoca em especial um apagamento geral das diferenças, fonte de toda hierarquia. (Trabulsi, 1984, p. 89)

No dia-a-dia, a condição da mulher é distinta em relação ao grupo dos que ficavam à margem do plano político. A condição jurídica da mulher grega lhe confere direitos cívicos, como demonstra Souza Lessa (1995, p. 65-70). Apesar da exclusão das mulheres nos debates públicos e da própria existência da escravidão, aqueles que possuíam o direito político exerciam-no na condição de igualdade. Ao contrário, por exemplo, da democracia brasileira, em que a teoria é diferente da prática. Pela Constituição, os direitos são iguais, mas, na prática, assistimos a uma grande desigualdade social, combatida na forma da lei, mas refletida no dia-a-dia do cidadão.

*... Quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
diante da chacina
Cento e onze presos indefesos
mas presos
são quase todos pretos
ou quase pretos
ou quase brancos
quase pretos
e tão pobres
e pobres
são como podres
e todos sabem
como se tratam os pretos...*
(Haiti, Caetano e Gil)

Qualquer um que der uma volta rápida pelas universidades – públicas ou não – e pelos presídios brasileiros pode constatar a diferença das cores da gente de um

e do outro lugar, brancos e pretos, mesmo que no Brasil os brancos não sejam assim tão brancos e vice-versa. Se não achar suficiente e resolver passear também pelos vários bairros de sua cidade, vai encontrar então um mapa mais rude da exclusão.

Se no âmbito legal, instituído, a prática democrática na maioria das cidades brasileiras tem-se mostrado excludente, as manifestações de protesto, de recusa do sofrimento passivo têm acontecido em espaços alternativos, para não dizer nas zonas mágicas. Um exemplo bastante atual são os bailes *funks* das periferias do Rio de Janeiro e São Paulo, freqüentados basicamente por negros. Nesses espaços das noites cariocas e paulistas, as canções dão voz ao protesto daqueles excluídos dos ambientes “civilizados” dos brancos.

*O sistema é injusto, maldito e leviano
Porque a corda só arrebenta no lado mais fraco.*

*Lado suburbano (...)
A realidade da gente é medíocre, brutal e barata
A gente vê gente que morre
A gente vê gente que mata
A realidade da gente está nos becos da favela
É briga no barraco pra ver quem raspa o prato.
(Apenas uma Imagem, Leo e Chacal)*

O *funk*, segundo Jane Souto, possibilita a recuperação e fortalecimento da autoestima dos jovens dos subúrbios: “Compositores de funk estendem a seus locais de origem os direitos que reclamam para si mesmos e que se traduzem, fundamentalmente, pelo direito à cidade e à cidadania” (Souto, 1997, p. 81). Portanto, apesar da exclusão da participação pelo estreito espaço público instituído segundo as “regras do jogo” democrático brasileiro, a apatia não se configura como um fato. Na voz do artista, fazem-se presentes o protesto contra o sistema e a reivindicação da participação na condição de igualdade. O espaço é, de fato, um lugar praticado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. **A constituição de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASSIN, B.; LORAUX, N.; PESCHANSKI, C. **Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.
- DAMATTA, Roberto. Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso". **Cadernos de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n. 3, 1993.
- DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia arcaica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- FINLEY, M. I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GENRO, Tarso. SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GLOTZ, Gustave. **A cidade grega**. São Paulo: Difel, 1980.
- KEVIN Lynch. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LESSA, Fábio de Souza. Dike, cidadania e mulher na pólis. In: **Phoînix**, Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 1995.
- MOSSÉ, Claude. **As instituições gregas**. Lisboa: Edições 70, 1985.
- ROCHA, Maria Cristina de Caldas Freire. A palavra como prática política na democracia ateniense". In: **Phoînix**, Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 1995.
- SENNETT, R. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SILVA, Regina Helena Alves da. **São Paulo, a invenção da metrópole**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUTO, Jane. Os outros lados do funk carioca. In: VIANNA, Hermano (Org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- TRABULSI, José Antônio Dabdab. Crise social, tirania e difusão do dionisismo na Grécia arcaica. **Revista de História**, USP, São Paulo, n. 116, 1984.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1986.

HISTÓRIA KAXIXÓ: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS*

Vanessa A. Caldeira**

RESUMO

Este artigo é uma síntese dos resultados de uma pesquisa etnográfica realizada sobre a história do grupo indígena kaxixó, que habita o vale do Rio Pará, no Alto São Francisco – Minas Gerais.

Palavras-chave: Questão indígena; Povo kaxixó; Reconhecimento étnico oficial.

A proximidade da data oficial do “descobrimento” do Brasil tem sido alvo de forte investimento da mídia brasileira, que envolve a população em uma “contagem regressiva” para as comemorações dos 500 anos. Todavia, há quem questione *o que* estaríamos comemorando: a descoberta de um país já habitado? O massacre de milhões de pessoas? A política colonialista?

Os movimentos sociais lançaram este ano o manifesto “Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”. Segundo eles, a proximidade do dia 22 de

abril de 2000 nos remete ao passado, possibilitando uma oportunidade de reflexão sobre a história brasileira.

Tema em voga, a questão indígena, associada na maioria das vezes apenas ao período da chegada dos portugueses ao Brasil, começa a despertar o interesse da população brasileira, fugindo ao espaço restrito dos livros didáticos de 1º grau. Questionamentos como: ainda existem índios no Brasil? Onde estão e como vivem? Por que sabemos tão pouco sobre eles? surgem na composição das comemorações dos 500 anos.

* Este artigo, anteriormente publicado nos *Cadernos de História*, v. 5, n. 6, está sendo novamente reproduzido, com correções.

** Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente vinculada à Organização não governamental OPAN (Operação Amazônia Nativa) – Projeto de Formação de Professores Indígenas do Alto Rio Madeira – grupo Kagwahiva – sul do Amazonas.

Contudo,

(...) há um uso muito difuso e generalizado do termo índio, materializado nas definições do dicionário, expresso na fala cotidiana, no imaginário popular, na literatura e nas artes eruditas, enraizando-se inclusive no pensamento científico. Nesses domínios índio corresponde sempre a alguém com características radicalmente distintas daquelas com que o brasileiro costuma se fazer representar. A imagem arquetípica é a de um habitante da mata, que vive em bandos nômades e anda nu, que possui uma tecnologia muito simples e tem uma religião própria (distinta do cristianismo). Os elementos fixos que compõem tal representação propiciam tanto a articulação de um discurso romântico, onde a natureza humana aflora com mais propriedade no homem primitivo, quanto na visão do selvagem como agressivo, cruel e repulsivo. (...) os povos indígenas do nordeste não se encaixam comodamente nas representações difusas sobre os índios. (Oliveira, 1993, p. V – grifo meu)

Na tentativa de contribuir para a construção de respostas sobre questões como as acima elucidadas e de auxiliar na percepção do dinamismo da história indígena no Brasil, este artigo traz consigo a luta de um povo pelo reconhecimento étnico oficial em Minas Gerais. Contrariando a imagem arquetípica de índio e apresentando-se no que antropólogos têm definido como processo de emergência étnica, os kaxixós, bem como os povos indígenas do nordeste brasileiro, contradizem a imagem estática de índio congelada no tempo e no espaço – imagem de índio como pertencente apenas ao 22 de abril de 1500.

Este artigo é o resumo da parte etnográfica de um trabalho realizado com o povo kaxixó através das organizações não governamentais Cedefes (Centro de Do-

cumentação Eloy Ferreira da Silva – Minas Gerais) e Anai (Associação Nacional de Ação Indigenista – Bahia), cujo principal objetivo foi atender à demanda do grupo pela realização de “um apanhado de sua história”, como eles mesmos definem.

Indigenista do Cedefes no período de 1996 a 1998, tive a oportunidade de coordenar este trabalho, que apresenta como um de seus resultados o relatório “Kaxixó: quem é esse povo?”.¹ *Sem pretensões de se constituir num trabalho acadêmico ou pericial, tradicionalmente preocupado em responder indagações do tipo: são mesmo índios?, ou não seriam apenas mais um grupo de trabalhadores rurais interessados em conseguir terra?, este relatório possuiu, sim, como linha mestra dar voz aos kaxixós, buscando compreender, conforme afirma Sampaio, “(...) a coerência da narrativa dada pelas próprias representações e categorias em cujos termos o grupo indígena contemporâneo elabora e afirma sua identidade”. (apud Caldeira et al., 1999, p. 74)*

Fixado nos municípios de Martinho Campos e Pompéu, a aproximadamente 280 quilômetros da capital mineira, o grupo kaxixó, que se apresenta, hoje, organizado em torno da luta pelo reconhecimento étnico oficial, ocupa quatro principais localidades: Capão do Zezinho e Criciúma – margem esquerda do rio Pará, município de Martinho Campos (Fazenda Criciúma), e Fundinho e Pindaíba – margem direita do mesmo rio – município de Pompéu (Fazenda São José).

O grupo kaxixó organizado na luta pelo reconhecimento étnico oficial soma

¹ Autores: Alenice Baeta, Izabel Missagia, José Augusto Sampaio e Vanessa Caldeira.

63 (sessenta e três) indivíduos que desenvolvem, basicamente, três principais atividades econômicas: prestação de serviços para os fazendeiros da região, agricultura familiar e pesca.²

A terra caracteriza-se, na memória social desse povo, como a principal razão dos conflitos e do extermínio dos índios e de sua cultura desde o período dos primeiros contatos entre esses e os colonizadores.

Segundo a narrativa kaxixó, teria sido ainda no século XVII, através das bandeiras – “picadas” – realizadas na região central de Minas Gerais, que se estabeleceram os primeiros conflitos de terra entre kaxixós e aqueles que eles denominam como “estrangeiros”, tendo sido apenas no século XVIII, através das ações da histórica figura do capitão Inácio de Oliveira Campos, marido da notória matriarca local dona Joaquina de Pompéu, que os kaxixós não mais teriam conseguido resistir ao povoamento da região.

Segundo o atual cacique kaxixó, capitão Inácio, antes de se casar com dona Joaquina e tendo como base a já consolidada povoação colonial do Pitangui, havia realizado algumas tentativas de povoamento ao norte desta, na área em que hoje se localizam os municípios de Pompéu e Martinho Campos, encontrando forte resistência dos índios.

Contudo, segundo ele, após algumas tentativas, o capitão Inácio teria conseguido “esbagaçar” o povo kaxixó:

Quando ele esbagaçou os índios com os negros, ele foi para Portugal e falou com o rei lá que podia mandar os fazendeiros para essa terra porque só existia bicho. Bicho era os kaxixó. Aí, eles veio para Pitangui e foi esparramando os fazendeiros... Nesse entremeio, o capitão casou com dona Joaquina e fez casa para Pompeu Velho [pai de dona Joaquina] no pé da serra, e depois construiu o sobrado. Fim de semana saía de Pitangui e vinha para cá... Aí ele entrou na parte selvagem, que já estava tudo para o mato. Ele esbagaçou os que era ativo, da Várzea do Galinheiro, e os que ficou, a dona Joaquina combinava. E ela pôs eles para trabalhar na terra e como jagunço. (Djalma Kaxixó – depoimento não gravado – 17/1/1999)

É o governo [refere-se ao capitão Inácio]... Antes de casar, é ele que esbagaçou os kaxixó. (...) Foi o governo com os bandeirantes. (Djalma Kaxixó – Belo Horizonte – 14/12/1998)³

Os kaxixó atribuem a esse momento da história o desaparecimento do etnônimo “kaxixó”. Segundo o Sr. Djalma, quando o capitão Inácio chegou com “mil negros” e os índios carijó e “esbagaçou” com o povo kaxixó, ele “tirou o nome do povo fora” e inseriu os kaxixó entre seus escravos carijó: “Os carijó de São Paulo que tem nome. Porque tem nome dentro da lei. Agora, os kaxixó não”. (Djalma Kaxixó – depoimento não gravado – 17/1/1999)

Esse foi, conforme definido pelos informantes kaxixó autorizados, o primeiro

² Contudo, é importante ressaltar que, segundo eles, seu povo ultrapassa em muito esse número, que se apresenta vinculado às quatro principais localidades por eles ocupadas. Segundo os kaxixós, seus parentes encontram-se em várias outras localidades, como: Logradouro (área rural de Martinho Campos), Várzea do Galinheiro (bairro da cidade de Pompéu), Ibitira (distrito de Martinho Campos), Belo Horizonte, tendo alguns migrado para Itaberaí – município do Estado de Goiás.

³ A opção por depoimentos de Djalma neste artigo advém do fato de Djalma se caracterizar como principal conhecedor e porta-voz da história kaxixó e seus depoimentos serem considerados fundamentais para a compreensão da história de seu povo. No relatório “Kaxixó: quem é esse povo?”, outros depoimentos estão disponíveis.

e grande conflito com os “brancos”. Desse conflito teria resultado o extermínio de grande parte do povo kaxixó, os que sobreviveram tendo sido expropriados de suas terras e sofrido o domínio de Capitão Inácio de Oliveira Campos e dona Joaquina de Pompéu.

Identificado como “o governo”, o capitão Inácio sintetiza, na memória kaxixó, a principal e decisiva tentativa de extermínio desse povo.

De acordo com a memória social kaxixó, dona Joaquina e o capitão Inácio teriam tentado, inicialmente, construir a sede de sua fazenda em uma das aldeias kaxixó: Várzea do Galinheiro. Todavia, encontrando resistência indígena, eles a construíram no local denominado Pompéu Velho.

Com a morte do Capitão Inácio, dona Joaquina assumiu a responsabilidade por manter seu domínio na região. Mulher e viúva, rompendo com os padrões masculinos vigentes de acesso ao poder, ela aliciou os índios kaxixó da Várzea do Galinheiro para auxiliá-la na administração de suas terras e escravos, treinando-os numa “escola para jagunços” por ela construída na Fazenda Quati. Os kaxixó da Várzea do Galinheiro, ou “índios caboclos”, como foram denominados, sofreram a imposição da “lei de jagunço”.

Segundo Djalma, o capitão Inácio dominou os índios e manteve seu poder na região “com a ajuda dos negros” e dona Joaquina “com a ajuda dos índios caboclos”.

Djalma narra também o que se pode-

ria considerar o segundo grande conflito de terras do seu povo com os brancos, revelando “o segredo kaxixó”: Cambino, um dos caciques, teria sido assassinado por um outro kaxixó, treinado para ser jagunço de dona Joaquina, para que capitão Olímpio, seu genro, dominasse então aquelas terras. Esse seria um segredo mantido durante anos, que somente pôde ser revelado após a morte do índio aliciado para jagunço.⁴

Em uma breve análise da narrativa, poder-se-ia dizer que, se o primeiro grande conflito fora marcado pela oposição radical entre os colonos e seus negros e carijós, e índios ainda isolados, os kaxixó, neste segundo conflito, do qual o assassinato de Cambino é o signo principal, a marca parece ser dada pela ruptura dos próprios kaxixó. Daí, certamente, o “segredo”...

Atualmente, após as histórias de conflito nas terras desses caciques, são os descendentes do capitão Olímpio – família Cordeiro Afonso Menezes – que mantêm seu domínio na margem direita do rio Pará – Fazenda São José, município de Pompéu.

A margem esquerda do rio – hoje município de Martinho Campos – também teve sua história marcada por conflitos de terra. A família dos “Tio”, designação atribuída pelos kaxixó aos seus parentes que ocupavam essa margem, enfrentou a família portuguesa dos Costa Pinto, sendo também expulsa de suas terras, com exceção de Tonho Luiz Kaxixó, que se tornaria “cunhado da família dos estrangeiros”, e de dona Antonieta, filha da portuguesa

⁴ Já no início do século XX, os kaxixó relatam o possível envolvimento desse mesmo índio jagunço (Tonho Candinho) no assassinato de outro cacique.

Francisca Costa Pinto e do índio Antônio Pedro Kaxixó.

José Vítor constitui-se na principal referência, para os kaxixós, da dominação sobre a margem esquerda do rio. Proprietário da fazenda Criciúma, ele teria usurpado de sua irmã, avó de Antonieta, o que pertencia a ela por direito: metade das terras da fazenda.

Segundo Djalma, Antonieta sofreu mais que os outros kaxixó as ameaças e perseguições dos fazendeiros, pois havia sempre o medo de que ela viesse a conseguir legalizar sua situação de herdeira da fazenda, apesar de estes jamais assumirem sua relação de parentesco com ela.

Vinculada à imagem de uma das herdeiras da fazenda Criciúma, Antonieta foi discriminada também pelos kaxixó nesse período – para os fazendeiros, ela era uma índia; para os kaxixó, ela era neta de fazendeiro. Contudo, após seu casamento com Veríssimo Kaxixó, essa situação foi alterada. Atualmente, Jerry Adriane, neto de Antonieta, é o vice-cacique kaxixó, representando uma das principais lideranças do grupo.

Os descendentes de Antônio Luiz Kaxixó também resistem às ameaças e pressões dos fazendeiros fixados na margem esquerda do rio Pará.

“Cunhado da família dos estrangeiros” e “aceitando ser mandado pelos fazendeiros”, Tonho Luiz (como era conhecido), gentio, ocupava uma pequena parte de terra na fazenda Criciúma, com a permissão do fazendeiro. Todavia, seus filhos, não aceitando a relação de exploração ali

estabelecida, fixaram-se em outro espaço de terra, pertencente também à fazenda Criciúma – Capão do Zezinho.

A pressão dos proprietários da fazenda Criciúma para que os índios desocupassem aquela área implicou a morte de um dos filhos de Tonho Luiz (Zezinho Mudo) e a saída dos outros que, em busca de novas terras, venderam sua casa para Pedro Ferreira, descendente da família portuguesa Costa Pinto.

Ainda na metade deste século, após se fixar no Capão do Zezinho, Pedro Ferreira, contradizendo a história de conflitos entre kaxixós e fazendeiros, casou-se com Sérgia, mãe de Djalma, atual cacique.

Morando em outra aldeia kaxixó, denominada Logradouro, Vó Sérgia, como é conhecida no grupo, mudou-se para o Capão do Zezinho com seus três filhos: Zezinho, Djalma e Valdertrudes (Nega), para então se casar com Pedro Ferreira, com quem teve mais quatro filhos: Pedro, Maria de Lurdes, Faustina e José Francisco (Marreco).

Além do Capão do Zezinho, outras aldeias kaxixó,⁵ como Logradouro, localizam-se na margem esquerda do rio Pará, na fazenda Criciúma. Todavia, segundo depoimento de Djalma, apenas os moradores do Capão do Zezinho resistiram, então, ao terceiro grande conflito de terras entre os kaxixó e os “brancos”, tornando-se, atualmente, o grupo de referência na luta pelo reconhecimento étnico oficial.

Segundo Djalma, foi por iniciativa de Pedro Luiz Gonzaga, o Piduca, quarta geração da família Costa Pinto, que os kaxi-

⁵ Ponte Alta, Morada, Grota Funda, Bucanha, Riacho, Urubu, Grota D'Água, Ripa, Lapa, entre outras.

xó sofreram mais uma tentativa de expulsão da área que ocupavam. Nesse período, os fazendeiros mantinham seu domínio naquele território através de ameaças de morte e expulsão. Os kaxixó percebem esse momento da história como um tempo de escravidão, quando somente a completa sujeição poderia lhes garantir a permanência na área. Entretanto, Pedro Luiz Gonzaga, ao assumir o poder na fazenda Criciúma, pressionou os kaxixó para que saíssem daquelas terras, dificultando ao máximo a vida do grupo na fazenda:

Nós plantava, Piduca punha porco para comer tudo! Punha fogo! Isso o padraço ainda estava com nós. Tinha que pagar para criar porco. Ninguém pagava, só nós. Vingança demais! Aí nós atravessou o rio. Plantamos milho. Mas a moagem era aqui. Aí era escravidão!

(...) Tonho Berto – Antônio Ribeiro da Silva – de Carmo da Mata, ele veio comprar terra na região e comprou a fazenda Criciúma. Piduca pediu seis meses para sair. E Tonho não sabia de nada, achava que a terra estava limpa. Quando viu que tinha gente, Piduca disse que ele é que tinha que tirar os índios. (Djalma Kaxixó – depoimento não gravado – 17/1/1999)

Nesse depoimento fica evidenciado que a tensão e os conflitos existentes no Baixo Vale do Rio Pará não se restringem aos kaxixó. Os próprios fazendeiros disputam o domínio daquelas terras. Segundo Djalma, foi em decorrência dessa disputa que a Rural Minas, o órgão estadual de terras, realizou, na década de oitenta, uma vistoria para verificar a situação fundiária da região.

Considerada terra devoluta em 1985, os kaxixó conseguiram regularizar parcela do Capão do Zezinho (2,28 hectares).

A segurança e a estabilidade que o documento trouxe para o grupo são consi-

deradas o fato mais importante. De acordo com Djalma, “depois que a lei passou por aqui, tudo ficou diferente”. A conquista, ainda que em extensão limitada, de uma das áreas de referência na história do grupo, foi fundamental para o fortalecimento da luta kaxixó. Foi após esse processo que os conflitos relacionados às ocupações situadas na margem direita do rio se intensificaram. O conflito de 1986 nas terras Pindaíba e Fundinho pode ser considerado o principal deles.

José Francisco Kaxixó (ou Marreco, como é conhecido) relata um dos momentos de conflito com o capataz de um dos proprietários da fazenda São José (margem direita do rio Pará):

O Zé Galinha hoje teve aqui em casa, nós estávamos fazendo o mutirão, fazendo a cerca, que eles tinham desmanchado. E a hora que ele chegou aqui em casa, o povo tinha uma santa que é visitadeira. Então o Pedro começou a fazer a novena. O povo que estava em mutirão começou a fazer a novena. Eu estava mexendo com a criação. Aí na hora que eu acabei de arrumar a criação, esse Zé Galinha chegou lá na porta procurando eu. Andando lá, beirando a porta. Aí eu agachei numa moita para ele não me ver. Aí os meninos procuravam eu lá dentro; eu não estava. Aí eu saí ligeiro e vim para assistir a novena. Aí os meninos topou comigo que lá ia chegando na porta! Falou: “O Zé tá te chamando, pai!” Eu falei com eles: “Só na hora que acabar a reza”. Aí, eu estou rezando lá junto com o povo, fazendo a novena. Aí antes da novena acabar, o meu menino chegou, falou: “Pai, anda depressa que ele tá desmanchando a cerca”. Aí eu chamei um cunhado meu, que chama Zé Florim, e nós fomos depressa mesmo! E ele já tinha arrebentado a alça de arame e jogado para lá e nós vimos ele montar a cavalo e sair correndo para a posse do Zé Candinho. Aí eu falei com o Zé Florim: “Vamos falar com o Zé Candinho para pegar a charrete e ir depressa lá para ver, que ele foi direto lá para a cerca”. Aí ele esperou a novena acabar e entrou na charrete. Eles foram três e levou o gravador. Topou com ele no caminho,

antes de chegar na cerca, e deu conta de gravar umas coisas dele. E chegou lá e viu a cerca que ele tinha desmanchado. Ele desmanchou bastante. (Fundinho – 1986)⁶

Nesse momento de resistência e confronto com o fazendeiro, os kaxixó fizeram denúncias na delegacia de Pompéu e solicitaram apoio de várias instituições: STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de Pompéu, Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), CPT (Comissão Pastoral da Terra) e Cedefes.

(...) Então eles [os fazendeiros] tentaram tirar eles [os kaxixó] de qualquer jeito. É, o Jadir começou derrubando, cortando a cerca do Zé Candinho (...). De primeiro eles começaram com o Zé Candinho; mas já tinham falado com o Marreco que era para o Marreco sair. Ai, nessa época, que eles cortaram a cerca do Zé Candinho, nós fizemos um mutirão do pessoal lá do Capão do Zezinho e (...) levantamos a cerca. (...) Eu me lembro um dia que eles arrancaram, num dia só... arrancaram todas as cercas do Zé Candinho, que é o Zé Cândido, e do Marreco, José Francisco. E do João Isabel eles não arrancaram não (...). Nós fazia cerca, eles derrubava. Nós fazia de novo, eles tornavam a derrubar. (Ivo Machado – presidente do STR de Pompéu, Belo Horizonte – 17/12/1998)

Terras já dominadas por fazendeiros, os kaxixó reverterem uma situação histórica: de pressionados, passam a pressionar os fazendeiros com suas ocupações.

Com uma história de conflitos iniciada ainda no século XVIII, o que estaria fazendo com que, em tais condições, esse punhado de famílias aparentadas esteja, com tanta determinação, insistindo em manter seus vínculos com essa terra e em

estimular e fortalecer, cada vez mais, sua vida comunitária?

Essa é, certamente, uma das questões que, para os kaxixó, pode ser respondida se houver disposição para ouvi-los contar a sua história...

Para o povo kaxixó, são as relações de parentesco que norteiam e proporcionam lógica à vida coletiva do grupo. Conscientes de uma ancestralidade comum, os kaxixó compartilham o forte sentimento de pertencerem a uma “família só”.

Presente na memória coletiva, Mãe Joana caracteriza-se como a ancestral de maior referência para o grupo, sendo Tia Vovó a antepassada mais antiga. Anteriormente à individualização desta, os kaxixó referem-se ao seu povo como descendente do Povo do Mato.

Termo genérico, Povo do Mato sintetiza o período da história kaxixó anterior ao contato e à dominação “dos brancos”, definindo uma origem comum do grupo que ocupava a margem direita do rio Pará: descendentes do povo da Mãe Joana, povo xavante, povo bicho ou povo selvagem. Enquanto aqueles que ocupavam a margem esquerda seriam descendentes do povo Tio.

O Povo do Mato, pertencente ao período anterior ao descobrimento do Brasil – “antes dos mil e quinhentos” – representa, então, a origem comum dos dois principais grupos de referência na história de formação da “nação kaxixó”, como eles mesmos definem.

Todavia, não menos importante que

⁶ Entrevista e transcrição de fita de Geralda Soares, indigenista do Cedefes, que desenvolveu o primeiro trabalho de pesquisa com o povo kaxixó, ainda na década de 80.

esses dois grupos de índios kaxixó é a figura de dona Joaquina de Pompéu, pois é através da miscigenação e da submissão que surge a “lei de kaxixó”:

Oh, cês quer saber? O primeiro filho do governo – que o capitão Inácio de Oliveira Campos com a dona Joaquina – adquiriu um filho lá com os índios kaxixó da Vargem do Galinheiro... Que a mulher, chamava Tia Vovó, criou um filho com nome de Fabrisco. É o primeiro neto do governo. (...) Primeiro neto do governo, índio kaxixó (...). Aí, já tem as histórias nossas agora dentro da lei de kaxixó... É que vem a complicação: nós, kaxixó já desse cruzamento no [inaudível] com... já é com... com o povo mesmo da dona Joaquina com o governo. (Djalma Kaxixó – Belo Horizonte – 14/12/1998)

Para os kaxixó, o momento de contato e dominação da família de dona Joaquina de Pompéu sobre o povo kaxixó, que habitava a região antes de 1500, constitui o marco original da história de formação do grupo que atualmente luta pelo reconhecimento étnico e se afirma como “neto do governo”, como fruto do “cruzamento” dos “brancos” com aqueles índios kaxixó.

Dessa forma, na memória kaxixó, capitão Inácio e sua esposa não se apresentam relacionados ao passado do grupo apenas como símbolos de poder e dominação, mas também como importantes ancestrais na constituição de sua genealogia.

O nascimento de um filho de Tia Vovó

(Povo do Mato) com o “povo do governo” constitui o início da miscigenação – o início da “lei de kaxixó”, dos índios kaxixó aldeados;⁷ índios trabalhadores, empregados, “domesticados”...

Fabrisco – ou Fabrisco –, considerado o “primeiro neto do governo”, índio caboclo da Várzea do Galinheiro (atual bairro de Pompéu e antigo aldeamento dos índios kaxixó) casou-se com Mãe Joana, do povo selvagem, “povo bicho”, que teria sido raptada de um lugar ainda isolado.

Essa distinção entre índios caboclos e índios selvagens, ambos habitantes da margem direita do rio Pará, foi formalizada por dona Joaquina de Pompéu, que registrou os primeiros como Barbosa da Cruz e os outros como Barbosa de Amorim.⁸

De acordo com o registro dos kaxixó da margem direita do rio Pará, Fabrisco Barbosa da Cruz casou-se então com Joana Barbosa de Amorim – Mãe Joana – e tiveram quatro filhos, um dos quais se casou com uma índia carijó e o outro, “tirado para jagunço”, casou-se com uma índia kaxixó descendente do povo Tio – margem esquerda do rio Pará.

Entretanto, o elo que manteve e ainda mantém unidos o grupo fixado à margem direita do rio e o fixado à margem esquerda estaria vinculado à existência de um terceiro grupo: o dos “caboclos d’água”.

⁷ Entende-se por índio aldeado aquele que estabelece um convívio com o povo branco, numa oposição ao índio que se mantém fixado no mato.

⁸ Segundo Djalma, os Barbosa de Amorim (povo da Mãe Joana) habitavam a região do rio do Peixe, aldeias Barrocão, Barreiro Branco, Espoção, Salgado, Logradouro, Buritizinho, Pompéu Velho, Capivara, Pindaíba, Fundinho, Pitanguí, Papagaio e as áreas de negros fugidos e ou aforriados: Veloso, Açude Ruim e Saco Barreiro. Os Barbosa da Cruz habitavam aldeias do rio Pará, São Francisco e Paraopeba: Passo Grande, Fazenda Quati, Pesqueiro, Olho D’Água, Barroca, Capãozinho, Catitu, Ponte Nova, Cabeceira, Cabeceira de Fora, Mucambo, Buriti Comprido, Diamante 1, Diamante 2, Diamante 3, Santa Helena, Grotão, Santa Rosa, Queimado, Baú, Terrado, Silva Campo e Pedro Moreira.

Seres fantásticos, os caboclos d'água representam a total rejeição ao contato com os "brancos". Refugiando-se nas águas do rio Pará, são descritos como homens de estatura muito baixa, corpo coberto de pêlos e braços muito fortes. Habitando algumas locas às margens do rio, teriam aprendido a sobreviver tanto na terra quanto embaixo d'água.

Símbolos da máxima resistência kaxixó frente aos colonizadores, os "caboclos d'água" teriam estabelecido a união e a integração territorial entre os descendentes do "povo Tio", ou "índios da Criciúma", e os descendentes do "povo da Mãe Joana", que resultam da união dos "índios caboclos" com o "o povo selvagem". Ambos os grupos teriam "cruzado" com esses seres fantásticos nas águas do rio Pará, compondo um grupo desconhecido.

Todavia, no passado recente, a união entre os dois grupos kaxixó apresenta-se consubstanciada no casamento de Antônio Pio com Amélia. Veríssimo, filho desse casal, manteve a união entre os grupos ao se casar com dona Antonieta, descendente dos "índios da Criciúma" e da família portuguesa Costa Pinto.

Assim, a ocupação kaxixó em ambas as margens do rio apresenta-se distribuída da seguinte forma: descendentes dos índios caboclos da Várzea do Galinheiro e o povo selvagem – margem direita; descendentes dos índios Tio ou índios da Criciúma – margem esquerda.

Contudo, na margem esquerda, além dos descendentes dos índios Tio, há ainda outro grupo kaxixó: o do índio Antônio Luiz, "gentio".

(...) E essa turma que ficou é os que aceitou os fazendeiros mandar. Então, o Tonho Luiz era

chamado de gentio porque ele aceitou os fazendeiro da Criciúma mandar para ele. Mas a família dele não aceitou. (...) Os que aceitou chama gentio. É o mesmo índio. Que é um pouco... eles eram tratados como gente, já não era índio, para o fazendeiro falar para os outros: cês é gente, gentio. (Djalma Kaxixó – Belo Horizonte – 14/12/1998)

Gentios, índios caboclos, índios da Criciúma, povo selvagem – xavante ou bicho – e os caboclos d'água constituem os vários grupos kaxixó que, "misturados" com o "povo do governo", os índios carijó e os negros, compõem a história de formação do povo kaxixó que atualmente luta pelo reconhecimento étnico oficial.

Misturou. Era para ser raça de negro. Meu avô é com negro. Mas eu sei que eu não sou negro. Sou misturado com os negros também. É como se eu fosse neto de negro (...). Sei a história dos negros. Convivi com os negros, criado com os índios e os brancos. Então, a história dos brancos eu sei tudo. (...)Então, como eles [os fazendeiros] tinham mais confiança era comigo, desde menininho contando as histórias tanto dos índios como dos negros ... Que eu sou da família que era para ser dos negros também. Criado com os índios, mas misturado com os negros escravos das fazendas, ia conhecendo... (Djalma Kaxixó – Capão do Zezinho – sem data)

Assumindo-se como uma "mistura" dos índios kaxixó com brancos governantes, índios carijó e negros escravos ou quilombolas, os kaxixó percebem-se como um grande povo indígena, unido por uma complexa rede de parentesco.

Na década de oitenta, superando o medo da reação dos fazendeiros, a discriminação dominante na sociedade regional e enfrentando um momento de profunda crise em que a ameaça concreta da dissolução de sua derradeira base territorial põe definitivamente em xeque a própria persistência do grupo, buscam, enfim, resga-

tar a “história kaxixó”, “revelando”, assim, sua identidade étnica:

Agora nós pode falar que nós é kaxixó mesmo. Mas de primeiro, a mãe falava, contava nós desde menino: “cês fala assim: índio caboclo da Várzea do Galinheiro”, e não é! Nós chama é kaxixó. Mas não pode falar até hoje. “Cês não precisa inventar falar isso, cês vai ser morto! Não pode falar não!” Nosso bisavô explicava tudo. (Djalma Kaxixó – Belo Horizonte – 14/12/1998)

A elaboração de um laudo antropológico desfavorável sobre a identidade étnica kaxixó,⁹ solicitado pela Funai (Fundação Nacional do Índio), emprestara le-

gitimidade a posturas de profissionais e instituições indigenistas que tentaram encerrar a discussão acerca da etnicidade kaxixó, mesmo havendo inúmeros questionamentos de representantes do grupo em relação a vários dados expostos no referido documento.

Assim, insistindo para serem ouvidos, eles enfrentam o poder local, a visão senso comum do que é ser índio (o mito do bom selvagem) e desafiam historiadores e antropólogos a refletir sobre quem são os grupos étnicos do Brasil neste final de século e, sobretudo, por que o são.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAETA, Alenice M. **Vistoria arqueológica preliminar na Bacia do Baixo Rio Pará – Municípios de Pompéu e Martinho Campos – MG.** Cedefes. 1996
- BAETA, Alenice M. **Vistoria no sítio arqueológico lito-cerâmico Salitre – Município: Martinho Campos. Bacia do Baixo Pará – Alto São Francisco.** Cedefes. 1996
- CALDEIRA, *et al.* **Kaxixó: quem é esse povo?** Contagem: editora, 1999.
- DINIZ, Sílvia G. **Pesquisando a história de Pitangui.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 1965.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- OLIVEIRA, João Pacheco. A viagem de volta: reelaboração cultural e horizonte político dos povos indígenas no nordeste In: ATLAS das terras indígenas no Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional, 1993. OLIVEIRA, João Pacheco. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais In SILVA, Orlando S. *et al.* (Ed.). **A perícia antropológica em processos judiciais.** Florianópolis: UFSC, 1994.
- PARAISO, Maria Hilda B. **Laudo antropológico sobre a comunidade denominada kaxixó.** Salvador, 1994.
- SOARES, Monsenhor Vicente. **História de Pitangui.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972.

⁹ Laudo pericial realizado pela antropóloga Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em novembro de 1994.

Outras publicações da Editora PUC Minas

ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
BIOS – Departamento de Ciências Biológicas
CADERNO DE CONTABILIDADE – Departamento de Ciências Contábeis
CADERNO DE ENTREVISTAS – Departamento de Comunicação Social
CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS – Faculdade Mineira de Direito
CADERNO DE REPORTAGENS MALDITAS – Departamento de Comunicação Social
CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO – Departamento de Administração
CADERNOS DE BIOÉTICA – Núcleo de Estudos de Bioética
CADERNOS CESPUC DE PESQUISA – Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas
CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Departamento de Sociologia
CADERNOS DE ECONOMIA – Departamento de Economia
CADERNOS DE ENGENHARIA – IPUC – Instituto Politécnico da PUC Minas
CADERNOS DE GEOGRAFIA – Departamento de Geografia
CADERNOS DE LETRAS – Departamento de Letras
CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL – Departamento de Serviço Social
EDUCAÇÃO – CADERNOS DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – Departamento de Educação
ENFERMAGEM REVISTA: CADERNOS DE ENFERMAGEM – Departamento de Enfermagem
EXTENSÃO: Cadernos da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas
HORIZONTE – Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas
ORDEM E DESORDEM: CADERNO DE COMUNICAÇÃO – Departamento de Comunicação Social
SCRIPTA – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e do CESPUC
SPIN – ENSINO E PESQUISA – Departamento de Física e Química
VERTENTE – Revista da PUC Minas Contagem

Composição Eletrônica:
EMS editoração eletrônica
Tel.: (31) 3041.1113 • magalhaes.salles@hotmail.com

Impressão:
FUMARC
Fundação Mariana Resende Costa
Av. Francisco Sales, 540 • Floresta
Fone: (31) 3249.7400 • Fax: (31) 3249.7413
30150-220 • Belo Horizonte • Minas Gerais